

**CENTRO UNIVERSITÁRIO NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**A COMUNIDADE NA ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO CONSELHO DE ESCOLA E NA ASSOCIAÇÃO DE
PAIS E MESTRES**

LUCIA MIEKO MATSUI

SÃO PAULO

2006

LUCIA MIEKO MATSUI

**A COMUNIDADE NA ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO CONSELHO DE ESCOLA E NA ASSOCIAÇÃO DE
PAIS E MESTRES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro Universitário Nove de Julho – Uninove, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Prof. Dr. Miguel H. Russo.-Orientador.

SÃO PAULO

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Matsui, Lucia Mieko.

A comunidade na escola: limites e possibilidades para a participação dos pais no conselho de escola e na associação de pais e mestres / Lucia Mieko Matsui. 2006

136 f.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Nove de Julho, 2006.
Orientador: Prof. Dr. Miguel H. Russo.

1. Participação dos pais. 2. Conselho de escola.
3. Associação de Pais e Mestres.

CDU : 37

**A COMUNIDADE NA ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO CONSELHO DE ESCOLA E NA ASSOCIAÇÃO
DE PAIS E MESTRES.**

POR

LUCIA MIEKO MATSUI

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário Nove de Julho – Uninove,
Programa de Pós- Graduação em Educação
– PPGE, para obtenção do grau de Mestre
em Educação, pela Banca Examinadora,
formada por:

Presidente: Prof. Miguel H. Russo, Dr. – Uninove

Membro: Prof^ª. Roberta Gurgel Azzi, Dra. - unicamp

Membro: Prof^ª. Ivonise Monfredini, Dra. – Uninove

São Paulo, 04 de Outubro de 2006

AGRADECIMENTOS

Neste momento especial agradeço aos meus familiares que me apoiaram e acreditaram em mim , aos meus amigos e professores que me incentivaram a continuar no Programa de Mestrado e ao meu orientador Dr Miguel H Russo que com carinho e dedicação não só me orientou mas também deu-me coragem e soube ter paciência nos momentos de indecisão e dificuldades da minha jornada.

Agradeço aos professores, funcionários e colegas do Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove Julho

RESUMO

Este trabalho de pesquisa buscou compreender a participação dos pais no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres. O objetivo do estudo foi entender a participação dos pais e identificar as causas que determinou sua pequena participação nos principais canais formais de participação na escola. A pesquisa empírica foi realizada em quatro escolas da rede estadual de ensino localizadas no município de Guarulhos tendo como sujeitos os diretores, professores e pais de alunos e se utilizou de análise documental, questionário e entrevista como instrumento de coleta de dados. O resultado da pesquisa indica uma participação insipiente e a existência de fatores internos e externos à escola que dificultam sua participação. O estudo revela que o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres são dois canais importantes para a participação dos pais e que o seu adequado funcionamento poderá vir a se tornar um elemento de melhoria da educação pública.

Palavras chaves: Participação dos pais. Conselho de Escola. Associação de Pais e Mestres.

ABSTRACT

This aim of this study was to understand the role of the School Council and the teachers and parents Association as channels for the parent participation in the school policy. The aim of this empirical research based in the data comprehended by official documents, question forms and personal interviews that they are obtained from the principals, teachers and student parent of the far state schools in the city of Guarulhos (SP). This result shows that parent participation is incipient and that there are internal and external (related to school) factors that impede their participation. The author conclude that the School Council and Teachers and Parents Association that they use this means as a way of an important channel for communication between school as institution and parents.

Key words: Parent participation. School Council. Teachers and Parents Association

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Origem e formulação do problema.....	8
3. Questões de estudo	9
4. Delimitação do estudo	10
5. Relevância do estudo	11
6. Metodologia da Pesquisa	12
7. Tipo da Pesquisa	14
8. Amostra da Pesquisa	15
9. Instrumento de coleta de dados	16
CAPITULO I – Veredas para o referencial teórico	18
1. Democracia	18
2. Descentralização: um elemento indispensável à democracia	20
3. Descentralização: requer participação dos pais nas escolas	24
4. Participação: requer a presença dos pais nas escolas públicas.....	27
5. Conceito de autonomia	30
6. Democracia : no interior da escola	34
7. Gestão participativa: experiências nas escolas públicas.....	36
7.1 – Gestão participativa dos pais na escola.....	42
8. Canais de participação formal dos pais na escola pública.....	50
8.1 – Associação de Pais e Mestres	52
8.2 – Conselho de Escola	54
CAPITULO II – A pesquisa	56
1. Metodologia.....	56
2. Dificuldades prévias antes dos dados serem coletados	57
3. Apresentação e discussão de dados	59
4. Análise das respostas dos pais de alunos ao questionário	61
5. Análise das observações dos registros em Atas do CE e da APM	65
6. Análise das entrevistas com os profissionais e pais de alunos	69
CAPITULO III – Final	86
1. Considerações Finais.....	86
2. Conclusão	87
Referências Bibliográficas.....	90
Anexos	93
I – O Mapa do Município de Guarulhos.....	94
II – Questionário	95
III – Roteiro da entrevista.....	102
IV – Tabulação de dados dos questionários	103
V – Análise das atas da escola A de 1985 à 2006	122

1 - Introdução

Ao realizar este estudo, temos em vista a importância da participação dos pais nos processos decisórios da escola como um dos fatores que podem contribuir para a democratização da educação. A proposta inicial deste estudo foi de realizar uma pesquisa que ajudasse a compreender melhor os impactos sobre o cotidiano escolar decorrentes da participação ou não da comunidade nos conselhos e órgãos colegiados.

Os órgãos colegiados que foram analisados são o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres da escola, com foco no segmento dos pais de alunos. Estes são vistos como usuários e representantes das aspirações e das demandas da sociedade.

A pesquisa também se propôs a identificar quais são os limites e as possibilidades para a participação de pais nos Conselhos de Escola e na Associação de Pais e Mestres da rede Estadual de Ensino localizada no Município de Guarulhos.

A idéia desta investigação apareceu pois vimos a necessidade de avaliar como é a participação dos pais no cotidiano escolar, principalmente no que diz respeito às reuniões de conselhos e órgãos colegiados que a escola promove, visto que os filhos são os principais usuários da escola pública.

A escola da rede pública atual, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem como princípio a gestão democrática que visa o fortalecimento dos canais de participação, como por exemplo, a Associação de Pais de Mestres e o Conselho de Escola. Dessa forma, a participação dos pais, de forma qualitativa e efetiva nestas instâncias acaba sendo o nosso objeto de estudo.

Voltar nossos olhos a esta participação e entender o significado que os pais atribuem à função da escola em suas vidas, tornou-se, para nós, objeto de preocupação, já que estas reflexões nos permitiram conhecer os interesses, necessidades e expectativas das famílias da comunidade para com a escola.

2 - Origem e formulação do problema

O interesse pelo tema dessa dissertação surgiu ao longo dos últimos 30 anos, período durante o qual, parte como professora e parte como diretora, participou do processo de escolha dos membros da diretoria da Associação de Pais e Mestres e dos membros do Conselho de Escola.

Ao longo desse período fui progressivamente convencendo-me da grande importância da participação dos pais na escola, tanto na condição de responsáveis pelos alunos representando seus interesses, quanto na condição de legítimos representantes dos interesses da sociedade nos órgãos colegiados da escola.

Como responsáveis pelos alunos, os pais podem dar uma inestimável contribuição ao processo educativo dos seus filhos. Por um lado, eles atuam como incentivadores da atuação discente na escola, quando mostram interesse sobre ela. Por outro lado, eles se tornam facilitadores da aprendizagem tanto oferecendo atenção e condições de acesso à informação e ao conhecimento, quanto criando condições materiais adequadas para o estudo domiciliar.

A modalidade de participação que as escolas em geral oferecem e cobram dos pais, é que eles dividam com ela a responsabilidade pela aprendizagem do aluno. Como os pais têm enormes dificuldades para assumir tal papel, essa participação acaba sendo insipiente, pelo menos nas classes trabalhadoras.

Como representantes dos interesses da sociedade, os pais podem ser a fonte primária das aspirações da sociedade em relação à escola, isto é, podem expressar os interesses e necessidades reais das camadas sociais atendidas pelo estabelecimento de ensino. Dessa forma, eles contribuem para a construção de um projeto político pedagógico que articule o trabalho escolar com as aspirações sociais dos seus usuários.

Mediante efetiva participação nos órgãos colegiados de direção, os pais podem assumir parte do poder na escola. Há inúmeras evidências empíricas e relatos de pesquisas, como os de Puterman (1983), Frem (1989), Cação (1989), Avancine (1990), Von Gal (1991), Tognarelli (1993), Almeida (1993), Oliveira (1994), Calil (1994), Mafra (1996) e Fernandes (1998).

Para outros autores como Coutinho (1994), Saviani (1991), Souza e Silva (1997), Silva (1996), Martins (2001), Demo (2001), Freire (2001), Paro (2001) e Antunes (2002) há fatores externos que revelam que a participação dos pais, muitas vezes, chega a ser inexpressiva. Para além das causas culturais e da ausência de tradição da participação política,

há fatores de ordem político-administrativos interiores ao aparelho burocrático do Estado e à própria escola, que se revelam restritivos à participação escolar.

Em muitas escolas, a participação dos agentes escolares em geral e dos pais em particular, tem sido restrita e insuficiente, contrariando, assim, a expectativa de participação, tendo em vista a centralização dos interesses dos pais no processo educativo escolar.

A partir dessa constatação empírica e da nossa prática em gestão da escola pública, buscamos compreender as causas que determinam a pequena participação dos pais na escola. Como explicar que, sendo o segmento dos pais de alunos aquele que representa os filhos e sendo estes os usuários da escola (e, assim, a sociedade), como a participação nos processos de tomada de decisões no âmbito escolar seja quase inexistente?

Trabalhamos nesta pesquisa com a hipótese de que os condicionantes ideológicos Paro (2001b) são instrumentos que impedem a participação dos pais nos conselhos e órgãos auxiliares das escolas públicas.

3 - Questões do estudo

A pesquisa foi orientada para responder a algumas questões formuladas a partir da temática central e do problema anteriormente descrito. O conjunto de questões pode assim ser sintetizado:

- Quais têm sido segundo os pais de alunos da escola pública, os diretores e os professores, os limites e as possibilidades para a efetiva participação dos pais nas instâncias formais de gestão colegiada da escola?
- Há, nas escolas pesquisadas, participação da comunidade em geral e dos pais em particular? Se sim, como se dá tal participação?
- A escola possui mecanismos de estímulo à participação dos pais?
- Como é o acolhimento da escola aos pais nas reuniões de Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres?
- Quais são as demandas favoráveis ou desfavoráveis que a escola apresenta para uma participação dos pais?
- Como os pais vêem a sua própria participação no Conselho e na Associação?
- A vida familiar e profissional constitui obstáculos à participação nas reuniões de Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres?

4 - Delimitação do Estudo

Ainda que a participação na escola diga respeito a todos os sujeitos do processo escolar, este estudo limitou-se aos aspectos que envolvem a participação dos pais de alunos nas reuniões de Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres de quatro escolas públicas estaduais localizadas no Município de Guarulhos.

O inciso VI do art.12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhece a importância da participação da comunidade, acenando para o fortalecimento da participação dos usuários na gestão da escola (PARO, 2001, p.58).

No início de cada ano letivo, a escola convoca os pais para participarem das reuniões de praxe: a primeira reunião de pais e professores e a eleição de pais para o Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres. Este convite visa uma aproximação da comunidade, solicitando a sua participação nas atividades permanentes de ensino e aprendizagem.

Em geral, as direções das escolas públicas estaduais sempre se queixam de que os pais de alunos não participam, visto que a grande maioria está ausente das reuniões. Por outro lado, os pais acusam a escola de serem excluídos de uma participação mais efetiva. São essas, entre outras, como falta de diálogo por exemplo, as dificuldades que a escola e os pais enfrentam para obterem um relacionamento harmonioso.

Este relacionamento harmonioso certamente depende de uma série de fatores, dentre os quais é importante considerar as aspirações da família com relação à escola. Na tentativa de superar essa problemática das causas dos limites da participação dos pais, lancei-me ao desafio de refletir sobre a escola a partir do ponto de vista dos pais, do que estes pensam a respeito da sua participação e os significados que a ela atribuem.

Acreditamos que hoje a escola esteja passando por um processo de mudanças políticas e administrativas. Vemos uma abertura, por parte da instituição à comunidade. Esta abertura se dá por meio de reuniões como o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres. Por outro lado, vemos uma insuficiência na participação da comunidade nessas reuniões. Talvez os motivos girem em torno do cotidiano dos pais: trabalho, cuidar dos filhos menores, cuidarem da casa, etc. Cabe à instituição consolidar as relações entre a escola e a família.

5 - Relevância do estudo

A importância de um gerenciamento coletivo, tanto nos aspectos administrativos quanto nos pedagógicos da escola pública (principalmente no que diz respeito à participação dos pais) vão ao encontro da importância na concretização do princípio da gestão democrática aos educadores e pais. Deve-se partir da participação destes últimos para construir um trabalho coletivo na escola e na (re)descoberta do espaço escolar.

A importância do nosso estudo está na contribuição que ele trará para uma melhor compreensão e reflexão sobre a participação dos pais de alunos, da comunidade e dos educadores nos Conselhos da Escola.

“Cada vez mais se afirma a participação da comunidade (especialmente dos pais), não apenas como um direito de controle democrático sobre os serviços do Estado, mas também como uma necessidade do próprio empreendimento pedagógico que é levado a efeito na escola, mas que supõe seu enraizamento e continuidade com todo o processo de formação do cidadão que se dá no todo da sociedade” (PARO, 2001, p. 59).

É preciso reconsiderar e refletir sobre as relações escolares estabelecidas com a comunidade e até que ponto a presença dos pais neste espaço é significativo. Os pais dos alunos tornam-se responsáveis pela escola a partir do momento que partilham dos seus problemas cotidianos. Compreender a necessidade da participação dos pais nos Conselhos de Escola é tanto a essência quanto a consequência de um trabalho que tem como base encarar os pais como parte da escola e não como opositores desta.

Para que esse trabalho tenha êxito, é necessário que os educadores reflitam a respeito da importância da presença constante dos pais na escola e da promoção de um maior entrosamento deles (enquanto membros da comunidade) com os membros da escola no dia-a-dia.

É preciso que haja uma conscientização dos pais no que diz respeito aos direitos e deveres de sua participação nos Conselhos de Escola e na Associação de Pais e Mestres. Além disso também é preciso que os pais, representantes da comunidade como membros nestes colegiados, tenham o direito de opinar na organização da escola juntamente aos gestores (diretor, vice-diretor e coordenador). Para isso eles devem conhecer as diretrizes e normas do sistema. Então a escola deve propiciar reflexões sobre o que é democracia, autonomia e projeto político pedagógico, sempre com a intenção de informar os pais de alunos para que eles possam, de fato, opinarem na elaboração dos projetos e organizações anuais da escola.

Para garantir a participação da comunidade nos processos de decisão das necessidades e prioridades da unidade escolar, a escola pode e deve promover as reuniões de pais, educadores, funcionários e gestores. Estas reuniões devem ocorrer constantemente nos estabelecimentos de ensino.

Esse trabalho de reflexão sobre a gestão coletiva, com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, deve-se estender tanto aos pais quanto aos educadores, visando sempre à comunidade escolar (alunos, pais, professores, direção, funcionários) e sua efetiva participação.

Temos claro que nossa análise não vai modificar a baixa participação dos pais nas escolas. Entretanto, acreditamos que a base deste estudo possa servir de contribuição na formação de opinião dos educadores a respeito da importância da participação dos pais no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres.

6 - Metodologia da pesquisa

Segundo Richardson (1999, p.22), “A idéia de método é antiga” e desde a Antigüidade clássica, houve tentativas de fazer uma síntese da experiência que era adquirida na aplicação dos métodos de conhecimento. Porém, o conceito de método como procedimento para chegar-se a um objetivo, começa a consolidar-se com o nascimento da “ciência moderna”, no século XVII. Francis Bacon e René Descartes foram os pensadores que mais contribuíram para o desenvolvimento de um método geral de conhecimento.

De acordo com Richardson (1999), segundo Francis Bacon o método científico é um conjunto de regras que servem para observar fenômenos e inferir conclusões. Bacon contribuiu com o desenvolvimento do método científico-indutivo. Este método consiste em concluir o geral do particular, cuja conclusão de alguns dados particulares constatados será obtida das proposições gerais através da experiência e observação.

René Descartes adotou o método da dedução. Este diz que o conhecimento deve ser rigorosamente demonstrado e inferido de um princípio único e fidedigno. Toda a ciência deveria ter o rigor da matemática e o critério para que o conhecimento fosse verdadeiro, claro e evidente.

Os fundamentos dos métodos são seguidos por muitas pessoas, em suas atividades diárias. Por exemplo, através de uma “receita para a preparação de um prato, escrever uma monografia ou o plano real”. Segundo Richardson (1999, p.24), é indispensável à aplicação de método para melhorar ou modificar algo, pois assim obtemos conhecimentos e transformamos a realidade.

Dessa forma, todo mundo, seja uma pessoa comum ou um pesquisador, que utilizar o método científico para investigar ou estudar algum fenômeno, estará pensando cientificamente: “significa pensar criticamente e compreender as exigências de que o conhecimento deve ser submetido por parte do pesquisador a uma reflexão para descobrir conexões necessárias entre as idéias e revelar as condições que definirão a verdade dos enunciados emitidos” (RICHARDSON, 1999, p.25).

Para o estudo do tema proposto, foi utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa em educação.

“A abordagem qualitativa descreve a complexidade de um determinado problema analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando detalhamentos dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos” (RICHARDSON, 1999, p.90)

“A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999, p.79).

No caso deste trabalho, articulamos a pesquisa de campo, a entrevista e a contribuição da nossa experiência (vivência como professora e diretora de escolas públicas).

Segundo Ludke, (2004, p.11) “... do professor engajado na prática docente, com uma atitude de reflexão sobre essa mesma prática, não apenas antes, em sua preparação, mas durante o seu desenrolar e depois dele, procurando extrair elementos que ajudem a melhorá-la”, tira o professor da atitude passiva que o enquadrava na Teoria da Reprodução.

7 - Tipo de pesquisa

Partimos da problemática do porquê há a falta de participação dos pais nas reuniões de colegiados da escola pública, sempre tendo por base um pensamento crítico.

Segundo Richardson (1999, p. 25) “... pensar cientificamente? Significa pensar criticamente, seguindo as idéias de Vieira Pinto (1985:38), significa compreender a exigência de que o conhecimento deve ser submetido por parte do pesquisador a uma reflexão para descobrir conexões necessárias entre as idéias e revelar as condições que definirão a verdade dos enunciados emitidos: ...”.

A técnica utilizada na nossa pesquisa de campo foi a entrevista e o questionário. Este combinou perguntas abertas e fechadas. E foi guiada por um roteiro previamente elaborado.

As perguntas fechadas tiveram como objetivo obter informações sócio-demográficas dos entrevistados (sexo, escolaridade, idade, situação civil, renda familiar, etc.) e respostas de identificação de opiniões (sim, não, conheço, não conheço etc.). Já as perguntas abertas destinaram-se a aprofundar as opiniões do entrevistado.

Segundo Richardson (1999, p.189), os questionários cumprem pelo menos duas funções: a de descrever as características e a de medir determinadas variáveis de um grupo social. Para esta dissertação, optamos construí-los com um maior número de perguntas fechadas. Desta maneira, eles foram melhores codificados pelos entrevistados e fáceis de serem respondidos, já que estávamos lidando com um público com pouca facilidade de escrita. Pensamos que isso facilitaria o preenchimento total dos questionários.

Após a pesquisa de campo nas quatro escolas através de questionários aos pais, retornamos em duas das quatro escolas e entrevistamos os dois diretores, quatro professores e quatro pais de alunos com o objetivo de reforçarmos o nosso questionamento sobre a participação dos pais nos órgãos colegiados da escola pública.

Fizemos ainda, a análise das atas do Conselho de escola e da Associação de Pais e Mestres em uma escola das quatro que inicialmente havíamos feito a pesquisa de campo.

8 - Amostra da Pesquisa

Segundo Richardson (1999, p.158) “Cada unidade ou membro de uma população, ou universo, denomina-se elemento, e quando se toma certo número de elementos para averiguar algo sobre a população a que pertence, fala-se de amostra. Define-se amostra, portanto, como qualquer subconjunto do conjunto universal ou da população”.

Na maioria das pesquisas sociais é necessário trabalhar com uma pequena parte do universo que se quer estudar. Segundo Gil (1999, p.98) ”quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar”.

Utilizamos nesta pesquisa uma amostragem intencional, escolhendo escolas publicas da rede estadual cujos pais de alunos estão inseridos, formalmente, dentro dos órgãos colegiados, como parte de membros eleitos do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres.

Para a aplicação dos questionários, foram escolhidas quatro escolas estaduais de Guarulhos: duas delas são situadas no centro e as outras duas na periferia da cidade. Todas têm uma história de comunidade presente e participativa nos colegiados e órgãos representativos, embora as realidades sócio-econômico-culturais sejam diferentes entre elas.

Estas quatro realidades diferentes servirão de base para analisarmos tanto se a participação dos pais acontece quanto quais são as possibilidades e impedimentos dessa participação nos Conselhos de Escola e na Associação de Pais e Mestres.

Dessa forma, a nossa escolha da amostra de pais usuários da escola pública não foi aleatória. Para o questionário escolhemos dez pais de cada uma das quatro escolas, num total de quarenta pais.

Dentro de cada grupo de 10 pais, três deles eram membros da diretoria da Associação de Pais e Mestres e outros três eram membros do Conselho de Escola. Os quatro pais restantes não eram membros de órgãos dirigentes da escola.

O Mapa da Cidade de Guarulhos foi dividido, para a localização das escolas estaduais, em diagonal pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo na reorganização das escolas em 1998. Dividiu-se a região do Município de Guarulhos em duas diretorias de ensino: a Diretoria de Ensino Região Guarulhos Norte e a Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul. As escolas pertencentes a estas duas diretorias possuem características bem diferentes umas das outras devido suas localizações.

Para obtermos dados mais significativos dos sujeitos que foram pesquisados nas respectivas escolas, estas foram nomeadas como A,B,C,D, por pertencerem às diferentes regiões da cidade de Guarulhos. As escolas A e B pertencem à Diretoria de Ensino Região Guarulhos Norte, respectivamente no centro e na periferia da cidade; as escolas C e D pertencem à Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul, respectivamente centro e periferia da cidade. Há nos anexos o mapa da localização dessas escolas.

Após os questionários concluídos, retornamos em 2006 em duas escolas para entrevistar os diretores, dois professores e mais dois pais de alunos em cada uma das duas escolas A e B com o objetivo de aprofundar questões sobre a participação dos pais na escola (APM/CE) que não foram suficientemente esclarecidas na aplicação dos questionários.

9 - Instrumento de coleta de dados

“Existem diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações acerca de grupos sociais” (RICHARDSON, 1999, p. 189). Cabe ao pesquisador optar por aquele capaz de fornecer uma mensuração da realidade almejada. Um instrumento de coleta de dados deve satisfazer dois critérios para que possa espelhar a realidade pesquisada: a validade e a confiabilidade. “Um instrumento é válido quando mede o que se deseja. Para ser válido, o instrumento deve ser confiável” (RICHARDSON, 1999, p. 176).

Escolhemos como instrumento de coleta de dados a entrevista. Esta foi realizada através de questionários aplicados aos pais das quatro escolas e aos profissionais de duas escolas. Além disso, analisamos as atas de Conselho de Escola de uma das escolas.

A técnica de aplicar o questionário é bastante importante na pesquisa educacional, principalmente porque podem fornecer informações sobre as percepções, sentimentos, necessidades, etc., vivenciados pelos sujeitos da pesquisa (TURRA, 1975).

Em um questionário a informação obtida restringe-se à respostas escritas e questões pré-elaboradas. Ao elaborar essas questões, o pesquisador deve considerar que as informações sobre a percepção, sentimento e necessidades geralmente são muito difíceis de serem obtidas porque depende de uma resposta direta da pessoa (TURRA, 1975). Para que estas informações fossem recuperadas utilizamos o método da entrevista como auxiliar aos questionários. Para elas, organizamos um roteiro pré-estabelecido.

Após a coleta de dados, seguiu-se a etapa de estabelecimento de semelhanças, tendências e padrões relevantes. Esta etapa é fundamental pois torna-se possível a formulação de questões analíticas a respeito de vários questionamentos que envolvem o tema, como por exemplo: a relação participação – conselho / alienação – participação / democracia / poder - participação / condicionante sócio-econômica e cultural.

O estudo analítico, desses questionários, irá compor o corpo da dissertação com a apresentação de dados para a discussão das questões.

Os resultados da pesquisa mostraram que a participação dos pais nos Conselhos de Escola e na Associação de Pais e Mestres das escolas paulistas acontece de forma real, mas baixa.

CAPÍTULO I

Veredas para o referencial teórico

1. DEMOCRACIA

“Democracia : s. f. 1. Governo do povo, soberania popular. 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e na distribuição eqüitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão de poderes e pelo controle da autoridade, i.e., dos poderes de decisão e de execução. 3. País cujo regime é democrático. 4. As classes populares; povo, proletariado”. (AURÉLIO , 2001, p.200).

Considerando que a palavra “democrático” é um adjetivo, torna-se necessário entender o seu significado enquanto substantivo “democracia” para depois analisarmos o que é uma gestão democrático-participativa.

Segundo Frem (1989), que é muito importante na reflexão sobre as escolas públicas, a democracia é expressa em múltiplas formas, em vários países e não se identifica completamente com nenhuma delas. Para alguns pode significar o direito de o indivíduo viver sua própria vida, sem a interferência dos demais; pode significar o equilíbrio entre os direitos da pessoa e os direitos da sociedade, entre a liberdade a soberania; para outros ainda, pode significar o direito de votar, ou a igualdade de oportunidades; pode ainda ser um estado de espírito, ou um modo de relacionamento entre as pessoas.

“O conceito de democracia é complexo, denso, elástico e, de acordo com os ângulos em que é considerado, encontraremos definições lógicas, formais, descritivas ou prescritivas que nos permitirão mais tarde uma definição integral que deverá expressar a forma, o conteúdo e a finalidade da democracia” (FREM, 1989, p.26).

Frem (1989, p.27) diz que “o pensamento político grego nos deu uma tipologia das formas de governo das quais uma é a democracia definida como governo do povo, governo da maioria “ na qual a vontade da maioria das pessoas prevalece. Na concepção grega, a articulação das relações políticas era determinada pela inserção do indivíduo enquanto

membro da cidade, enquanto cidadão reconhecido politicamente como tal, pois os cidadãos não reconhecidos não podiam votar. Estes eram os escravos, os estrangeiros, os artesãos e os comerciantes.

As leis regulavam integralmente a política, a sociedade, a moral e a intelectualidade. Assim, a liberdade existia na medida em que as leis, que eram feitas por homens para serem obedecidas e executadas por autoridades, também eram eleitas pelos cidadãos. Já a igualdade de direitos só existia na esfera política, ficando o mundo do trabalho à margem do processo das decisões públicas. Ainda assim, havia uma relação entre a vida pública e a participação política dos homens.

As necessidades e as prioridades da participação política dos cidadãos não foram intermediadas por uma equipe administrativa encarregada dos assuntos coletivos, tal como ocorrem nos estados modernos.

A comunidade identificava-se consigo mesma através do próprio comparecimento dos cidadãos à praça pública, onde as leis comuns eram discutidas e votadas (voto direto com ação de levantar o braço).

Com o transcorrer dos séculos, a evolução política do mundo aprimorou o conceito e a prática democrática. Hoje não há o voto direto para decidir os problemas gerais de uma sociedade, mesmo que ele ainda exista em uma assembléia de sindicato, em associações, etc. Com o voto elegemos alguém que nos represente para discutir e votar as leis em benefício da sociedade.

Desde o pensamento grego, manteve-se a participação do povo nas decisões do governo como requisito imprescindível da democracia. Os princípios de liberdade e igualdade permaneceram como sinônimos de regime democrático. Entretanto, no estado moderno, o conceito de democracia, sob certo aspecto, se alterou de forma de governo para o regime de governo.

No caso do Brasil, houve uma transferência do processo de tomada de decisão da coletividade para um centro de poder nas esferas políticas dos três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) colocado acima da sociedade. Este fato resultou na reorganização política das relações humanas e na transformação dos conceitos de espaço público, ou governo da maioria.

O que foi alterado na passagem da democracia grega para a moderna foi o modo de exercer o direito na tomada de decisões coletivas, através de representantes eleitos pelo povo para representá-lo nos três poderes. O povo, não é considerado de forma absoluta. Não são os

seus cidadãos que tomam as decisões que lhes dizem respeito, mas um grupo de representantes eleitos por ele.

A democracia representativa passou a ser considerada, por muitos pensadores, como o único governo popular possível para um grande Estado.

2. DESCENTRALIZAÇÃO: elemento indispensável à democracia

A descentralização é um elemento indispensável à caracterização da democracia, realizando-se num contexto em que estão presentes as variáveis políticas, econômicas e sociais. Considerada o oposto à centralização, ela está associada a valores como liberdade individual e auto-governo democrático. Isso não significa, no entanto, que a descentralização por si mesma não seja capaz de assegurar a existência de instituições democráticas.

A descentralização é importante em países que se encontra em processo de desenvolvimento, onde a urgência da expansão dos serviços públicos requer um aumento considerável do número de atividades governamentais bem mais localizadas. Ela possibilita ao Legislativo e ao Executivo, estadual ou federal, o não envolvimento em assuntos e negócios locais, evitando assim desviar sua atenção de importantes negócios de interesse estadual e nacional para interesse regional ou municipal.

Para que a descentralização ocorra, faz-se necessário a participação efetiva da população nos programas e atividades governamentais. Assim, a descentralização e a participação são duas peças essenciais para o funcionamento de uma democracia.

O equilíbrio econômico-social vem através da ação descentralizada, especialmente das decisões políticas locais em mãos da população. A participação política, econômica e social organiza-se de modo que o cidadão aprenda a exercitar os princípios básicos da democracia.

No fim dos anos 80, a sociedade brasileira teve como o horizonte a democracia, já que passávamos da ditadura militar para o regime democrático. Para os neoliberais, “a palavra democracia se refere a um método especial de governo e não sobre quais devam ser os fins de governo” Hayek apud Bianchetti (2001, p. 85).

Esses “fins de governo” foram as preocupações do novo regime nos anos subseqüentes à queda da ditadura militar. A questão que se instaurou é como governar, agora, um governo que ao mesmo tempo é democrático e capitalista?

Tentamos expor, por meio das idéias de Bianchetti, o pensamento liberal e o neoliberal que ocasionaram a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1996, que introduziram o princípio da gestão democrática na forma da lei.

Segundo Bianchetti (2001), o capitalismo presente no Brasil tinha a necessidade de acumular capital. As políticas distributivas, derivadas do Estado Benfeitor sob o paradigma Keynesiano de um Estado forte e interventor capaz de regular a demanda, oferecer subsídios e instaurar uma base planejada de desenvolvimento, fizeram com que a “máquina” administrativa sofresse um inchaço. O governo começou a se preocupar, pois havia mais gastos do que reserva de capital.

Após vários governos que tivemos sob o regime de ditadura militar, capitalista e liberal nas décadas de 70 e 80, iniciou-se, em 1995, um novo governo onde o partido social democrático brasileiro (PSDB) com idéias neoliberais, conseguiu eleger o presidente e o governador.

O presidente eleito foi o senhor Fernando Henrique Cardoso (sociólogo) e como governador do Estado de São Paulo o senhor Mário Covas (engenheiro). Eles incentivaram em seus governos a participação do povo nas decisões através de conselhos, associações e sindicatos. A intenção era de “desinchar” a responsabilidade da máquina administrativa do Estado, desburocratizando, descentralizando e, também, privatizando alguns órgãos públicos. Estas atitudes demonstraram um novo governo democrático, mas com o pensamento neoliberal.

A proposta de descentralização da educação teve suas origens na concepção global do modelo neoliberal. O Estado, reduzindo sua esfera de ação, transferiu à âmbitos menores a responsabilidade da execução das políticas que fazem funcionar a sociedade (BIANCHETTI, 2001).

A reforma educacional do Ministério da Educação e Cultura possui dois pilares fundamentais: A Emenda Constitucional nº. 14 e a Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de nº. 9394/96. Estas representaram avanços na aplicação do plano de ajuste neoliberal no ensino. O objetivo era combater a crise crônica que se nos expressou mais de cinquenta milhões de analfabetos, no alto índice de evasão e na repetência escolar.

Esta nova Legislação Educacional se deu de acordo com a mudança do papel do Estado, isto é, com a política do Estado mínimo. O governo Fernando Henrique Cardoso tinha como estratégia diminuir o tamanho do Estado, redefinindo suas funções em relação aos serviços públicos.

A Emenda Constitucional N.º. 14, de 12 de Setembro de 1996, modificou os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e deu uma nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Com ela, transferiu-se à âmbitos menores a responsabilidade do Ensino Fundamental (dos sete aos quatorze anos), ou seja, o Estado passou às prefeituras a responsabilidade deste estágio do Ensino.

A Lei n.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que veio confirmar a transferência de responsabilidade do Estado para o Município, além da gestão democrática da escola pública.

“Quando o Estado transfere as responsabilidades na execução das políticas para a esfera Municipal, desaparece o poder centralizador do Estado, que será delegada a autoridade regional ou local, estes, limitada em seus poderes por regras ditadas pela autoridade superior” (BIANCHETTI, 2001, p. 101).

Segundo Bianchetti (2001), o ideário neoliberal, que é umas das manifestações mais contemporâneas. Ele vem da raiz do liberalismo conservador. Dentro dessa concepção, as instituições do sistema econômico são constituídas pelos indivíduos. Estes, no seu todo, possuem capacidades naturais para desenvolverem-se com os seus instintos humanos, a sua racionalidade, vontades e desejos.

Para Friedman (1980) apud Bianchetti (2001), o indivíduo é o resultado da “sorte” em possuir genes que afetam a capacidade física e mental, o tipo de família e o meio cultural no qual ele nasce e as oportunidades para desenvolver esta capacidade física e mental.

Para Hayek apud Bianchetti (2001, p. 72) “as características essenciais do individualismo são as que herdamos a partir dos elementos providos pelo cristianismo e pela filosofia da Antigüidade clássica”.

Já Macpherson considera a concepção individualista um modelo elitista pluralista: “Trata os cidadãos como simples consumidores políticos e a sociedade política simplesmente como uma relação do tipo de mercado entre eles e os fornecedores de mercadorias políticas” Macpherson,(1978) apud Bianchetti (2001, p. 74).

As instituições sociais são, para os neoliberais, criações do homem para relacionar os interesses individuais na forma de somatório. “De todas as instituições sociais, o neoliberalismo dá maior atenção ao Estado”segundo Bianchetti (2001, p. 77).

Para o liberalismo, a sociedade civil representa atividade econômica e o Estado à sociedade política. É ele quem estabelece normas gerais, deixando os indivíduos livres para atuarem de acordo com os seus interesses. Desenvolveu-se o “Estado liberal baseado nos direitos individuais e na ação do Estado de acordo com o bem comum” (BIANCHETTI, 2001, p. 78), mas para os neoliberais a idéia de “bem comum”, fica limitada e é difícil ser estabelecida.

Segundo as teorias críticas, o Estado Capitalista foi criado pela burguesia para reproduzir, na sua estrutura, o funcionamento e as características das relações sociais e econômicas que constituem o modo de produção capitalista. Para os liberais, este Estado (que é uma instituição política), é o resultado das relações econômicas estabelecidas em nossa sociedade. Ele surge espontaneamente das relações existentes no mercado, concentra a capacidade de coerção (que é uma das funções principais) ligada às classes sociais hegemônicas e reproduz uma determinada ordem social.

Assim, o Estado é uma instituição política que irá preservar a sociedade e o governante; e será o governante aquele que terá o direito legítimo, delegado a ele por cada indivíduo, ou seja, como o representante eleito pela população.

O poder do Estado, que amplia sua esfera de ação, se transforma em coerção direta, intencionada e ilegítima que obstaculiza a liberdade segundo Vergara (1984) apud Bianchetti (2001). O poder para os liberais é um tema central; para os neoliberais, é uma preocupação de onde o poder poderá alcançar e chegar.

No modelo neoliberal, as políticas educacionais coincidem com as políticas sociais. Elas, por meio de planos, projetos e diretrizes específicas, introduzem a formação e capacitação das pessoas. Este modelo identifica-se com a “teoria do capital humano” que se fundamenta na lógica do mercado: a função da escola se reduz à formação dos recursos humanos, que servirão para a produção, onde a “articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessária” (BIANCHETTI, 2001, p.94).

O neoliberalismo, ao rejeitar a planificação social, fica livre às leis da oferta e da demanda, onde o próprio mercado é auto-regulador, equilibrando, dessa forma, a oferta do setor produtivo com a oferta das instituições educativas.

O financiamento da Educação através das rendas auferidas dos impostos, faz com que a educação seja vista como um bem na lógica do mercado. Desse modo, a sociedade pode apropriar-se livremente da educação de acordo com as suas possibilidades e o apoio da iniciativa privada de acordo com Bianchetti (2001). E para os pensadores do neoliberalismo, a Educação é um dos setores que deve ter a intervenção estatal e ser subsidiada por recurso público

Não se questiona a responsabilidade do governo no que diz respeito à Educação Básica. Postula-se em dividir as responsabilidades administrativas com o setor privado, estimulando a competição e o aquecimento do mercado. Assim, mantém-se o padrão de qualidade de ensino segundo Bianchetti (2001).

Com a livre escolha dos pais (público ou privado) diminuir-se-á o monopólio estatal diminuindo o corpo burocrático, a máquina administrativa, os gastos públicos, e, ainda, a visão da gestão democrática como transferência da responsabilidade para outras esferas administrativas (Estadual e Municipal), induzindo a participação dos pais para que estes sejam os fiscalizadores do dinheiro público ,Bianchetti (2001).

3. DESCENTRALIZAÇÃO: requer participação dos pais nas escolas

Embora a descentralização fique no aspecto econômico, no sentido de administrar as verbas, e não no aspecto pedagógico, há muitos obstáculos para a concretização da participação dos pais na gestão democrática da escola. É necessário promover, estimular, respeitar as diferenças de concepções pedagógicas e decidir as prioridades para os gastos das verbas. É preciso a transparência dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros na administração da escola pública.

Um outro ponto seria os educadores estarem convencidos da relevância e da necessidade da participação dos pais e educadores para que o processo de ensino e aprendizagem se concretize, conforme o que manifesta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo Souza (1997, p. 18) “a gestão democrática se liga às preocupações com a participação da comunidade escolar, professores, funcionários, alunos e pais ou membros da comunidade no governo da escola. Embora contenha o risco da gestão escolar ser manipulada por minorias organizadas, o princípio é salutar. Só se aplica

obrigatoriamente às escolas públicas, por definição constitucional (artigo 206, inciso VI da Constituição Federal) “.

Entretanto, o que vemos nas unidades escolares, é que pouco se decide do processo de ensino-aprendizagem. As decisões ainda ficam atreladas às normas e diretrizes do Sistema de Ensino.

Porém, atualmente a participação dos pais é muito importante para a consecução e entendimento do princípio da gestão democrática. Segundo Bordenave (1994, p.57) “é fundamental a micro participação, aquela que se dá nas comunidades, sindicatos, associações de bairros, grêmios estudantis, sociedades profissionais, grupos de igreja, clubes esportivos, escolas de samba e muitas outras expressões associativas. É aí onde a práxis participativa e a educação para a participação se desenvolve e amplia “.

Graças à micro participação, a escola, hoje, toma novos rumos para o exercício da cidadania: no gerenciamento de recursos; nos problemas cotidianos de administração escolar; na relação dos pais com os assuntos da educação dos filhos; na co-responsabilidade e na divisão de poderes da escola com a comunidade segundo Fernandes (1998).

Deve haver uma conscientização da importância da participação tanto dos membros da escola quanto dos pais de alunos para que eles percebam que a escola tem um caráter público e não particular.

A gestão democrática e a inserção social só ocorrerão quando houver as práticas participativas, a descentralização do poder dentro do estabelecimento e a socialização nas decisões. É preciso que haja um permanente exercício de diálogo entre a escola e os pais.

Além disso, é necessário assegurar a permanência dos membros escolares evitando a rotatividade (remoção de diretores, funcionários e professores) já que essas mudanças geram insegurança à comunidade escolar.

Deve-se superar o autoritarismo e o corporativismo ainda presentes nas práticas escolares. Só assim, haverá a compreensão da importância da participação dos pais na escola. Estes devem ser vistos não como meros executores, mas como uma nova forma de organização com capacidade e atitudes recíprocas de relações de solidariedade, compreensão, respeito às diferenças e participação nas tomadas de decisões coletivas. Esta é uma meta crescente nas escolas públicas segundo Frem (1989).

Entender a participação dos pais como contribuição e parceria para a resolução dos problemas da escola, e ter a comunidade aliada ao responsável para que a gestão democrática se concretize, é uma tarefa social do diretor de escola.

“Todavia, qualquer que seja o grau de participação da comunidade para o diretor ela é uma nova responsabilidade” (VALERIEN, 2002, p.143).

Segundo Valerien (2002, p.143), “levando em consideração nas relações com a comunidade; as instituições existente no seio da comunidade, o modo como à comunidade participa da administração educação (planejamento, financiamento, gestão) e os meios de reforço da participação da comunidade no desenvolvimento da educação ou da educação no desenvolvimento da comunidade”.

Neste processo, observamos um conjunto significativo de mudanças no agir social dos diretores de escola, cada vez mais pressionados pelas exigências de eficácia imediata dos problemas da escola e pelo discurso econômico na atual conjuntura política, Fernandes (1998).

Dentro da organização escolar, o descontentamento deixa claro o anseio por uma maneira diferente de trabalhar do dirigente de escola com a educação. Cada escola quer determinar a melhor alternativa de ação a partir de um modelo próprio e, coletivamente, alcançar êxito no que a comunidade escolar pretende fazer da realidade. Pensando na solução para esta questão é que se busca implementar a gestão democrática do ensino público. Isso envolve ações em conjunto das pessoas envolvidas:

- a) Autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- b) Livre organização dos segmentos da comunidade escolar;
- c) Participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisivos em órgãos colegiados;
- d) Transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
- d) Garantia de descentralização do processo educacional;
- e) Valorização dos profissionais da educação;
- f) Eficiência no uso de recursos, etc.

A escola desenvolvendo estas propostas desencadeará a co-responsabilidade na gestão administrativa cuja proposta de um governo democrático e neoliberal pode significar um processo de descentralização do poder.

Este processo, somado à garantia da participação nas decisões e na gestão participativa, pode representar estratégias do poder público. Entretanto não representa automaticamente que há participação dos pais na escola pública. Portanto, cabe à escola criar espaços autônomos de organização e posturas para assumir e garantir a eficácia na participação dos pais no cotidiano escolar.

Segundo Paro (2001b), a descentralização não pode ser compreendida, apenas, como uma transferência de encargos, mas sim entendida e aplicada como o fortalecimento da organização escolar que, ao possuir maior autonomia, define sua identidade e redefine o seu papel e o dos diferentes segmentos envolvidos.

Desse modo, superam-se os processos centralizados e centralizadores até agora existentes, fundamentados na natureza técnico-burocrática da administração dos sistemas de ensino. A descentralização se processa a medida que a escola vai construindo sua autonomia. Surge um novo paradigma de superação dos obstáculos para a participação efetiva dos pais na escola de modo que a escola “ promova e esteja convencida da relevância e da necessidade da participação” segundo Paro (2001b, p.16).

4. PARTICIPAÇÃO: requer a presença dos pais nas escolas públicas

Quando fomos realizar a pesquisa de campo, decidimos partir inicialmente do nosso entendimento sobre a participação. Isso nos levou a pensar que o que encontraríamos nas escolas seria uma grande falta de participação dos pais. Por isso tivemos como objetivo identificar quais seriam os impedimentos da não-participação dos pais nos colegiados de quatro escolas da rede estadual de ensino localizadas no Município de Guarulhos.

Depois de escolhidas as quatro escolas estaduais, começamos as visitas. Estas comprovaram que a participação da família é um fato em algumas escolas. Claro que depende de como a escola trabalha e busca esta participação. Em cada escola a participação ocorre de maneira diferenciada. O discurso dos envolvidos no processo educativo “de que os pais não querem participar” nem sempre acontece na realidade, fazendo parte, muitas vezes, do imaginário das pessoas.

Vendo que a participação não é a mesma para todas as escolas, a nossa problemática mudou de foco. No início do nosso projeto de pesquisa enfocávamos a falta de participação da família, e desinteresse dos pais em participar; buscamos analisar quais têm

vido, na opinião dos pais de alunos da escola pública, os impedimentos ou possibilidades para a sua efetiva participação na escola e, em especial, nas instâncias formais de gestão colegiada da escola.

Percebemos, pela nossa observação, que a grande dificuldade dos pais em participarem dos colegiados como a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola, associam-se com um dos condicionantes ideológicos da participação, tratado por Paro (2001b, p. 47).

Sentimos que os pais receiam em participar da escola com opiniões próprias por acharem que suas informações são banais ou insuficientes. Um outro fator, é que eles acham que a escola é muito mais informada do que eles, e que por isso não podem ajudar nas questões de planejamento. O único setor no qual eles se sentem úteis é quando a escola precisa de ajuda braçal. Por estes motivos, principalmente, os pais se sentem incapazes de participar do cotidiano escolar. Esta atitude reforça o imaginário e o senso comum de pensar dos professores e funcionários da escola, que afirmam que os pais não têm informação suficiente para opinar e sugerir.

Segundo Paro (2001b, p. 47) “... se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular”.

Os pais se sentem úteis em colaborar com a escola e ficam radiantes quando são ouvidos. É uma forma de relacionar-se com o outro, assim como de entendê-lo. “A participação não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo uma necessidade fundamental dos ser humano” , de acordo com Bordenave (1994, p.16).

O homem vive em grupo desde a época primitiva; isso faz parte da sua natureza. A não-participação significa a mutilação do homem social. Este só se desenvolverá de forma plena no potencial humano quando a sociedade lhe permitir e facilitar a sua participação.

Entendemos que a escola deva trabalhar a participação dos pais não como concessão e sim como uma necessidade e um direito dos usuários da escola pública. Estes devem “fazer parte, tomar parte e ter parte” na escola , Bordenave (1994, p.22). Essas três frases determinam uma participação passiva ou ativa.

“Para a democracia participativa na sociedade, assim como nas escolas públicas, os pais de alunos devem sentir que fazem

parte da escola, ter parte na condução da organização e tomar parte na construção desta escola da qual se sentem parte”
(BORDENAVE, 1994, p.23).

Consideraremos os três graus e níveis de participação propostos por Bordenave para entendermos como a escola pode alcançar a participação do ponto de vista do menor ou maior acesso ao controle das decisões pelos membros.

O controle das decisões e as informações dadas aos membros ficam na responsabilidade, na maioria das vezes, do diretor de escola. Porém a informação deve constituir-se no menor grau, enquanto que a co-gestão em um grau superior, segundo a escala de participação de Bordenave, para que haja a partilha das decisões e a organização entre os dirigentes de escola e os membros.

Segundo Bordenave (1994, p. 30 e 31) a auto-gestão é o grau mais alto “na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na auto gestão desaparece a diferença entre administradores e administrados (...) Numa associação de pais e mestres, por exemplo, os pais podem opinar e colaborar, mas via de regra, o controle é mantido pela direção do colégio”.

Nas observações que fizemos das escolas, constatamos que o diretor de escola detém o poder de resolução. Segundo Demo (2001, p.18) “a sociedade organiza-se através de polarizações hierárquicas predominando a postura de cima para baixo”. Dentro da escola pública o que ocorre é exatamente esta polarização hierárquica: na ponta do vértice de um triângulo está o diretor de escola, no meio os professores e funcionários e na base estão os alunos e seus pais.

Entretanto, há também outro tipo de polarização que devemos mencionar: quando existem opiniões divergentes entre os pais e a equipe escolar. Na maioria das vezes os funcionários e a equipe escolar ficam de um lado e as mães de alunos do outro. Os interesses são expressos de forma nítida, bem colocado no texto de Luís Sergio Avancine (1990) mencionado por Paro (2001, p.47). Os membros da escola têm posturas corporativistas em seus colegiados. Em nome da ética profissional, professores e funcionários são cúmplices nas questões problemáticas, como por exemplo a indisciplina de um aluno. Eles se posicionam de um lado enquanto do outro há as mães de alunos.

Em suma, na escola como em qualquer outro setor, as pessoas visam os seus interesses particulares e não o coletivo, gerando esta polarização que Avancine (1990) relata em sua tese de mestrado.

5. CONCEITO DE AUTONOMIA

Autonomia: S.F.Faculdade de se governar por si mesmo. 2. Direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias. 3. Liberdade ou independência moral e intelectual. 4. distância máxima que um veículo, um avião ou um navio pode percorrer sem se reabastecer de combustível. 5. ét. Propriedade pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem sua conduta (HOLANDA, 1983, p. 136).

Reflitamos acerca do conceito de autonomia de escola:

- Qual o seu significado para as pessoas que estão na escola?
- De que forma ela concretiza-se?
- Que implicação ele tem no cotidiano escolar?
- Como a autonomia é vista na ótica dos pais de alunos?

Estes são os questionamentos que dão base para uma reflexão necessária que deve ser feita pela escola com os seus membros.

Segundo Paro (2001a, p.57), “a autonomia não deve ser confundida com abandono e privatização”, assim como, “descentralização do poder com a desconcentração de tarefas” por parte do Estado; são duas coisas diferentes. “A descentralização do poder se dá na medida em que se possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si ou por seus representantes, nas tomadas de decisão”. Para que a descentralização do poder ocorra é necessário que as atividades e as ações não sejam apenas executadas pelos pais de alunos e sim decidida em conjunto com a escola.

A autonomia, na escola pública tem um significado bem diferente do que lemos no dicionário da língua portuguesa: “se governar por si mesmo”. Seu exercício se dá numa situação concreta na qual se estabelece relações do sujeito com os elementos naturais e culturais presentes no ambiente havendo, inclusive, que se levar em conta a existência de outros sujeitos que possam visar objetivos competitivos, cooperativos ou neutros em relação ao outro sujeito considerado de acordo com Paro (2001).

Segundo Silva (1996, p. 59) “A noção de autonomia é aplicada a duas ordens de fenômenos os quais poderíamos chamar de dimensão pessoal e dimensão grupal”. A

qualificação da autonomia na primeira dimensão é um atributo pessoal, sendo fruto da liberdade. Ela se manifesta pela afirmação da pessoa perante o Estado ou qualquer outra instituição destinada a regular o convívio social. Na segunda, a autonomia significa o esforço de grupos humanos no sentido de assumirem o poder de gerir suas próprias vidas.

Silva (1996, p.61) diz que “a autonomia da escola pública é defendida em nome dos diversos fatores, entre os quais podem ser destacados: a melhoria do desempenho do sistema, em termos de racionalidade administrativa, e a melhoria de ensino”.

Não podemos reduzir essa melhoria a um ensino simplesmente mais eficiente no seu conteúdo estritamente escolar. O fundamental é que a autonomia das escolas públicas esteja impregnada de um ideal pedagógico que constitua a base de uma tarefa educativa, cuja excelência há de ser medida pela capacidade de instalar uma convivência democrática, formando homens críticos, livres e criativos, Freire (2000b).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a autonomia está vinculada à forma de gestão da escola como meio de possibilitar aos seus membros uma participação e tomada de decisão na escolha do projeto político pedagógico e no gerenciamento das verbas públicas: “(...) a autonomia pedagógica é requerida também pela extrema complexidade e riqueza da cultura humana passível de ser apropriada no ato educativo” (Paro, 2001a, p. 114).

A autonomia a qual se refere o artigo 15 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional segundo Paro (2001a, p.57), diz respeito às escolas públicas, pois as escolas particulares já possuem autonomia administrativa e gestão financeira.

***“Artigo 15 – os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica”,
“E administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. (PARO 2001a, p.57)***

Paro (2001a, p.113) vê a autonomia sob dois aspectos: “a autonomia pedagógica e a autonomia administrativa e nesta também inclui a autonomia financeira”. A autonomia pedagógica fica restrita pois o projeto político pedagógico da escola depende dos projetos políticos e pedagógicos do sistema de ensino vigente.

“ ... o avanço maior em nível de autonomia da escola foi o de permitir no seio da escola a gestação de projetos pedagógicos próprios que com o apoio da administração possam acelerar a mudança da escola” (FREIRE, 2000a, p.79).

Para Fernandes (1998), a autonomia não significa ausência de leis, normas, regras ou a idéia de que a escola pode fazer o que quiser. Ela significa sim, a possibilidade de a escola ser o centro das decisões, traçarem seus rumos, buscar seus caminhos, criar condições de vir a ser o que se pretende, dentro dos parâmetros gerais definidos pelo Estado. Ela pressupõe que a escola tenha garantia de recursos materiais e humanos para poder pensar e fazer acontecer seu caminho, em busca de um ensino melhor e de qualidade para todos.

Com autonomia, a escola torna-se o centro das decisões, ao mesmo tempo, que assume a responsabilidade por elas. Para que isso aconteça, o Estado precisa assumir a sua responsabilidade, ou seja, oferecer aos estabelecimentos de ensino os meios para a concretização dessa autonomia.

Assim, cabe ao Estado repassar à escola os recursos necessários e suficientes para suas atividades de ensino e avaliar seu desempenho. Por sua vez, cabe à escola, pela própria lei, conquistar sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira, definindo, em conjunto com a comunidade, as prioridades de sua atuação, e prestando contas a esta comunidade dos resultados obtidos.

A prática institucional da democratização do ensino desencadeará, progressivamente, um processo circular em que as instâncias envolvidas - equipe diretiva, corpo docente, discente, pais, funcionários - redimensionem e redefina o fazer pedagógico, administrativo e financeiro.

Essa construção coletiva deve ocorrer de forma sincronizada e abrangente, com vista a uma nova estrutura capaz de romper a cadeia de recriminações mútuas e da busca de culpados pelo insucesso da escola, além de significar um avanço na concretização de desejos comuns.

O avanço da autonomia na escola só terá autenticidade quando esta escola construir, com os membros de sua comunidade, um permanente diálogo e uma consciência política e crítica, o que possibilitará discussões e planejamento das ações: “A autonomia pedagógica diz respeito a um mínimo de liberdade que a escola precisa ter para escolher os

conteúdos e os métodos de ensino, sem o qual fica comprometido, o caráter pedagógico de sua intervenção escolar” de acordo com Paro (2001a, p.113)

Os recursos humanos, materiais e financeiros são gerenciados pela autonomia administrativa, Paro (2001a), que os utiliza da forma mais adequada aos fins educativos. Tais recursos servem para realizar os objetivos da educação escolar.

Segundo Paro (2001a), a escola não tem autonomia administrativa para escolher seus recursos humanos, já que os professores, funcionários ou diretor da escola, na maioria dos sistemas de ensino das redes estaduais, são aprovados através de concursos públicos, nomeados ou designados pelos órgãos centrais.

Quanto aos recursos materiais e financeiros, as verbas que chegam às escolas vêm com um manual próprio de como deverão ser aplicadas. Desse modo, a escola não pode escolher e decidir formas para realizar e colocar em prática o seu projeto político pedagógico. Ela pode apenas homologar o que será aplicado de acordo com a política educacional do sistema de ensino. “Todavia, não se pode ignorar que a autonomia da escola para decidir sobre o pedagógico encontra seus limites na própria prerrogativa e dever do Estado de legislar sobre o assunto” (PARO, 2001a, p. 114).

Então a escola não tem autonomia para escolher a forma mais conveniente de ensino, pois as ações neste campo são prerrogativas do Estado a partir das diretrizes gerais traçadas pelo próprio sistema. Isto significa que para que a escola consiga gerenciar os recursos com autonomia, deverá também partir das diretrizes gerais traçadas pelo sistema de ensino. Só assim a escola definirá na sua gestão a forma mais adequada, levando em conta as suas peculiaridades que será definida pela escola. “Disso decorrem em dois aspectos que condicionaram sua administração: a participação democrática, para não entrar em conflito com a sua própria razão de ser (escola de gestão democrática) e também não ignorar a presença dos pais, usuários envolvidos na ação coletiva da escola, supondo-se que a escola deva atendê-los” (PARO, 2001a, p. 115).

Paro (2001a) alerta as escolas para que elas não se deixem enganar pelas práticas dos atuais políticos governamentais neoliberais que, a pretexto de aplicação da qualidade total, procuram descentralizar as tarefas, sem descentralizar o poder e a autoridade. “Sob o discurso da descentralização e da autonomia, o que buscam é a padronização de atividades com vistas à previsão de atitudes e ao controle das ações dos envolvidos” (PARO, 2001a, p. 115).

6. DEMOCRACIA: no interior da escola

Para compreender a relevância das relações dos pais com a vida escolar assim como a sua participação no cotidiano da escola, é necessário analisar o contexto social, político e econômico brasileiro atual.

Embora façamos uma análise simples, procuraremos descrever como a gestão democrática necessita da participação, que necessita da autonomia, que necessita da descentralização.

Analisando a escola pública do ponto de vista da democracia que se deseja (ou seja da participação dos pais), vemos que a baixa participação dos pais na escola pode ser encarada como um reflexo do regime político social e econômico que foi imposto à sociedade brasileira nos finais das décadas de 1960 a 1970 com o regime autoritário e militar.

A vida social e a política brasileira democrática começaram a fazer novamente parte do povo brasileiro nos anos oitenta, quando houve a abertura política em 1979, após anos no regime militar.

A participação da sociedade brasileira na história política do nosso país no início dos anos oitenta, foi marcada por muitos movimentos sociais organizados por trabalhadores, intelectuais, estudantes universitários e políticos que lutavam pela democratização e conclamavam o povo à participação.

Em meados dos anos oitenta muitas foram às mudanças: a nova Constituição do Brasil em 1988, a ascensão de vários partidos de esquerda, a informatização e a globalização.

Segundo Coutinho (1984, p.36), “as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma ‘via prussiana’ ou seja, através da conciliações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional. Essas transformações ‘pelo alto’ tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais”.

“Uma direta consequência da ‘via prussiana’ foi gerar uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil. Essa debilidade não se expressa apenas no plano

do pensamento social, tem conseqüências no relacionamento entre o Estado e a sociedade civil”
(COUTINHO, 1984, p. 38).

Devido a essa “debilidade”, a escola demorou a promover, como condição de cidadania, a capacidade de interpretar e enfrentar as novas mudanças da sociedade brasileira e de desenvolver a gestão democrática, a autonomia e a prática participativa.

Mas as expectativas da educação em promover relações entre os pais e a escola embasadas em uma prática participativa surgiram nas novas legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos novos Estatutos dos Conselhos de Escolas e Associação de Pais e Mestres, a partir de 1996 nas escolas públicas. Estes documentos vêm a gestão democrática como uma nova forma de administrar a escola pública, tentando consolidar a democracia assim como uma prática participativa dentro de cada unidade escolar.

“Entre outras expectativas, educação assume a função de um dos fatores positivos em termos de conduzir o crescimento econômico no rumo da melhoria da qualidade de vida e da consolidação da democracia”
(DEMO, 1993. p. 13).

A atualidade mostra-nos uma verdadeira revolução no que diz respeito à organização educacional.

Segundo Gadotti (1994) e Paro (2000a), gestão democrática implica, principalmente, repensar a estrutura de poder na escola, tendo em vista sua democratização e descentralização. A socialização e partilha do poder propicia a prática da participação coletiva que tem com o objetivo: atenuar o individualismo; ampliar a reciprocidade e eliminar gradativamente a exploração; propiciar a solidariedade, suprimindo a opressão pela autonomia, com o objetivo de anular a dependência aos órgãos intermediários, os quais elaboram políticas educacionais para que a escola seja mera executora.

A busca da gestão democrática incluiu, inicialmente, a ampla participação de representantes dos diferentes segmentos da escola (professores, funcionários, alunos e pais) nas decisões / ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas.

7. GESTÃO PARTICIPATIVA: experiências nas escolas públicas

A gestão participativa é normalmente entendida como uma forma regular e significativa de envolvimento dos funcionários de uma organização em seu processo decisório segundo Likert (1971).

Em organizações democraticamente administradas – inclusive escolas – os funcionários são envolvidos, quando há o estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, no estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho e na manutenção de padrões, atendendo, adequadamente as necessidades da clientela.

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado no estabelecimento de ensino e na melhoria do processo pedagógico, segundo Valerien (2002).

A escola é uma instituição social e, por isso mesmo, inevitavelmente está impregnada de valores circunstanciais que imperam nos intercâmbios sociais de cada época e de cada comunidade.

Na esfera acadêmica, autores como Paro (2001b), partindo de pesquisas empíricas, atribuem à baixa participação dos pais na escola a fatores de ordem interna (endógenos) da instituição, tais como condicionantes materiais, institucionais, político-sociais e ideológicos.

Segundo Paro (2001b, p.43), os condicionantes materiais de uma gestão participativa na escola refere-se ao desenvolvimento das práticas e das relações que ocorrem no interior da unidade escolar, embora as condições ótimas de trabalho não queiram dizer que ocorram relações democráticas e cooperativas. Mas, com a ausência dessas condições, poderia ocorrer um retardamento de mudanças que viriam favorecer o estabelecimento no que se refere a uma gestão democrática. Um exemplo é que, a partir do momento que uma escola não possui materiais e locais adequados para as reuniões, estas acabam não ocorrendo, o que acaba dificultando a participação dos pais. Na medida em que faltam recursos materiais e humanos, que professores estão desestimulados, que as classes estão repletas de alunos, que o prédio está deteriorado e que há falta de equipamentos e materiais pedagógicos, fica em segundo plano a preocupação com medidas de criar-se uma dinâmica interna de cooperação e participação.

As críticas sobre a falta de materiais e precariedade das condições de trabalho ficam ao lado da mais absoluta inércia por parte da escola. “Não se desenvolve nenhuma tentativa de superar tal condição ou de pressionar o Estado no sentido dessa superação” (PARO, 2001b, p.44). Porém, essas dificuldades também podem contribuir para o desenvolvimento de ações que a superem através da participação dos pais de alunos, professores, funcionários e direção, que reivindiquem melhores condições de trabalho.

Os condicionantes institucionais são de importância fundamental. Os condicionantes internos de participação organizam tanto a escola formalmente, com o caráter hierárquico da distribuição da autoridade no seu interior, quanto as relações verticais de mando, submissão e centralização das decisões, em detrimento das relações horizontais que favorecem o envolvimento participativo e democrático (PARO, 2001b).

Segundo Paro (2001b, p.45), “a existência de mecanismos como Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola, que deveriam propiciar uma participação mais efetiva da população nas atividades da escola, parece não estar servindo satisfatoriamente a essa função, em parte devido a seu caráter formalista e burocratizado”.

Sobre os condicionantes político-sociais, aos que Paro (2001b, p.46) se refere, refletem os múltiplos interesses dos grupos que interagem na unidade escolar. Embora todos sejam trabalhadores, há interesses contraditórios que originam relações de conflitos e práticas não harmoniosas no interior da escola. Esta não deve ignorar ou minimizar tais conflitos, mas sim levar em conta a sua existência, bem como as suas causas e implicações, como condições necessárias na busca da democratização da gestão escolar com perspectivas de participação, principalmente dos pais de alunos.

Avancine (1990), em sua pesquisa, relata a polarização de interesses dentro da escola: de um lado os professores, funcionários e direção; do outro, os pais de alunos, na ocupação de espaços na gestão da escola. Os interesses corporativistas afastam os pais de participarem da escola.

Como a escola não proporciona possibilidades de reflexões sobre seus problemas, conseqüentemente, ela também não forma nos pais uma consciência de cidadão participativo sobre a instituição pública.

Paro (2001b, p.47), analisa os condicionantes ideológicos da participação interna na escola sob dois aspectos. O primeiro diz respeito às pessoas que trabalham na escola, de como elas pensam e agem no sentido de facilitar, incentivar, dificultar ou impedir a

participação. O segundo reflete sobre a própria concepção de participação que os funcionários têm, no sentido de ser ou não favorável à participação dos pais dentro da escola.

No primeiro aspecto do condicionante ideológico, Paro destaca as concepções e crenças que os professores, funcionários e o diretor da escola vão adquirindo ao longo de suas vidas e que vão movendo as suas práticas e comportamentos em relação aos outros. Eles pensam que as condições econômica e cultural impedem os pais de participarem das decisões escolares. No segundo aspecto, a escola entende a participação dos pais como permissão e não como partilha nas decisões.

***“Se quisermos caminhar para essa democratização precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola”.* (PARO, 2001b, p. 19)**

Quando se fala em gestão democrática na escola entende-se que a comunidade escolar, e principalmente os pais de alunos que são os principais usuários, comparecem para opinar e decidir as questões relacionadas aos problemas da unidade escolar.

A participação, ou não, dos pais, para alguns autores como Puterman (1983), Frem (1989), Cação (1989), Avancine (1990), Von Gal (1991), Tognarelli (1993), Almeida (1993), Oliveira (1994), Calil (1994), Mafra (1996) e Fernandes (1998), trata-se das questões de fatores internos à escola. Para outros autores como Coutinho (1994), Saviani (1991), Souza e Silva (1997), Silva (1996), Martins (2001), Demo (2001), Freire (2001), Paro (2001) e Antunes (2002) a fatores externos.

A partir destes dois fatores suscitamos algumas reflexões:

- A primeira é interna à escola: como é a atuação de diretores e professores no que diz respeito ao liderar esta participação por meio dos colegiados e órgãos representativos?
- A segunda é externa à escola: as baixas condições sociais, econômicas e culturais, além da política educacional, impedem esta participação dos pais?

A gestão democrática somente concretizar-se-á através de um processo na escola, quando houver uma revisão por parte do sistema de ensino do mecanismo da participação política dos grupos em processos eletivos de escolha dos dirigentes da escola. Porém, não se pode esquecer de que “não basta à eleição de dirigentes escolares desvinculada de outras

medidas que transformem radicalmente a estrutura administrativa da escola” (PARO, 2001, p. 102).

Trabalhos como os de Puterman (1983), Frem (1989), Cação (1989), Avancine (1990), Von Gal (1991), Tognarelli (1993), Almeida (1993), Oliveira (1994), Calil (1994), Mafra (1996) e Fernandes (1998), tratam da questão da participação dos pais como um processo que vai se construindo.

Um dos aspectos para a sua concretização é repensar a questão da partilha do poder onde, no foco principal, estão os dirigentes escolares e os professores. Estes devem repensar as suas práticas e refletirem sobre a sua formação pessoal (adquiridas em sua jornada de vida pessoal e acadêmica) quanto às crenças e concepções relacionadas à participação dos pais.

Puterman (1983) relata uma experiência realizada quando ele estava na direção de uma escola estadual de São Miguel, em São Paulo. Em seu relato, ele defende a idéia de que a escola deve servir à comunidade, sendo a APM um elo entre as duas. O autor considera que a participação dos pais e dos alunos em atividades paralelas ao processo de ensino-aprendizagem, como o trabalho remunerado, em órgãos auxiliares da escola, contribuem para a satisfação de suas necessidades básicas imediatas, além do desenvolvimento de todo o seu potencial. Puterman fez entrevistas com os professores e alunos e organizou, durante sua atuação, uma iniciativa de realizar uma cooperativa da Associação de Pais e Mestres. Tanto as entrevistas quanto sua observação na formação da cooperativa, serviram de base para sua análise. Na literatura, ele buscou dados e opiniões de especialistas que estão de acordo com as suas idéias, no que se refere ao inter-relacionamento escola/comunidade. Ao relato, são acrescentados estudos realizados em órgãos oficiais sobre cantinas escolares e cooperativismo.

Com essa pesquisa, Puterman sendo um diretor de escola, quer mostrar a importância de um dirigente escolar ser “consequente”, palavra do autor, que ao nosso ver significaria um dirigente com os objetivos da escola e seguir esses objetivos através de suas ações. Ele escreve que os pais, participando de atividades dentro da escola e pertencendo à comunidade, agiriam com o representante desta última, propiciando a interligação entre os dois ambientes.

Puterman buscou na APM o elo entre a possibilidade de implantação da cantina escolar e cooperativa escolar, já que esta instância era o instrumento de inter-relacionamento entre a escola e a comunidade. A APM era pouco atuante, porém ela mudou seu caráter a

partir do momento que ela foi chamada a responder diante de problemas como a falta de recursos materiais e humanos. A cantina era explorada por terceiros e tinha instalações precárias. Os alunos do noturno não tinham janta, além de terem dificuldades em comprar materiais escolares, já que a escola não contava com verbas. Diante dessa ausência da integração escola/comunidade, a postura do diretor em liderar e iniciar atividades que se faziam urgentes, conseguiu colocar em prática as necessidades da escola.

Destaquemos a questão do inter-relacionamento da escola/comunidade. É de extrema importância que o dirigente escolar seja um conseqüente dos objetivos da escola, além de ter vontade política em fazer funcionar adequadamente o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres. O diretor da escola deve olhar para estes colegiados como um elo entre a escola e a comunidade. Embora a decisão, atualmente com o Conselho de escola sendo deliberativo, seja do colegiado, na maioria das vezes o "fazer" e a "vontade de fazer" ficam à mercê da iniciativa do diretor.

“(...) basta instituir um conselho de escola com a participação de professores, funcionários, alunos e pais, mesmo com atribuições deliberativas, como acontece no sistema público estadual paulista, se a função política de tal colegiado fica inteiramente prejudicada pela circunstância de que a autoridade máxima e absoluta dentro da escola é um diretor que em nada depende das hipotéticas deliberações desse conselho”. (PARO, 2001, p. 102).

Frem (1989), em seu trabalho, analisa as características da administração capitalista e da burocracia e seus reflexos no sistema escolar. Ela procurou levantar subsídios teóricos e práticos no sentido de observar se o diretor de escola estadual tem condições de exercer uma gestão participativa. Ele conclui que os diretores demonstram ter tendências a serem mais participativos que os professores. Estes, no entanto, têm tendências a serem mais descentralizadores que os diretores. Ambos concordam que as determinações burocrático-administrativas ocupam parte significativa da jornada do diretor, restando pouco tempo para o pedagógico. Os diretores possuem maior visão crítica que os professores nos aspectos político, pedagógico e administrativo da escola.

Para que os princípios democráticos sejam exercidos e respeitados, é necessário a participação organizada e ativa da comunidade. A democratização da administração escolar requer do diretor uma atuação como iniciador, sendo ele, o coordenador e orientador do processo educativo nos diversos segmentos da escola, da comunidade, dos pais, e, principalmente, em conjunto com os pais, na tomada de decisão.

Cação (1989), em sua pesquisa, analisa a atuação do diretor de escola. A autora diz que o diretor deve favorecer os interesses dos dominados, mesmo estando ele inserido num sistema educacional controlado pelos interesses dominantes. A participação é um importante requisito para a democratização com vistas a uma nova hegemonia das camadas subalternas. Esta participação deve aliar-se a outros movimentos da sociedade civil, levantando subsídios teóricos e práticos que servirão de base para discutir as possibilidades ou não da escola pública estadual tornar-se uma agência de transformação social através de uma gestão democrática.

Cação (1989) concluiu que o diretor de escola, assim como a escola pública, não possui autonomia e nem poder decisório nos aspectos relevantes e substanciais referentes ao processo educacional. Portanto a própria função da escola, enquanto agência de transformação social, não está junto dos interesses dos dominados. O diretor não possui condições de tornar-se o “novo intelectual a serviço desses interesses”.

Segundo Cação (1989), para que haja a participação dos pais na unidade escolar, deve haver um trabalho de conscientização. Feito este trabalho, a escola passa a ser um agente de transformação que pode abrir espaço para que a comunidade discuta os seus problemas externos como moradia, falta de saneamento básico, violência doméstica. Embora a escola e o diretor não detenham o poder decisório para resolver tais problemas, as discussões já representam o início de um caminho, já que elas pressupõem uma reflexão que leva a soluções tanto para os problemas externos quanto para os internos da escola.

Avancine (1990), em sua pesquisa, verificou a viabilidade e as implicações dos pais de alunos influenciarem os destinos da educação pública por meio da participação em conselhos de escola. Além de perceber as dificuldades encontradas na participação dos pais de alunos da escola pública, ele também identificou fatores que impõem barreiras a sua ação coletiva, tais como: raro empenho do poder público, resistências burocráticas e a redistribuição do poder que detém a marca corporativa nas relações entre os segmentos que compõem a escola, além de heterogeneidades diversas entre os membros da comunidade.

A investigação de Avancine aponta para uma esperança de que o funcionamento adequado do órgão colegiado venha ser um importante fator de “alavanca” a melhoria na escola, além de possibilitar a prática participativa.

Sendo a participação da comunidade um dos fatores propulsores da reforma da escola, uma das chaves para a resolução de seus problemas são a entrada e permanência da população usuária na escola, principalmente os pais de alunos.

Os Conselhos podem ser a outra chave para a discussão sobre a participação. A escola encarando firme e decididamente a questão da participação dos pais e da comunidade no interior da unidade escolar, vincula-se a uma proposta política de democratização de amplo alcance na sociedade.

A partir dos resultados de sua pesquisa, Avancine conclui que a comunidade quer sim uma maior aproximação com a escola. Porém, existem obstáculos que se localizam em seu interior, como resistências generalizadas do corpo de profissionais, faltas de informações, além da tendência de encarar os pais de alunos como um grupo de indivíduos destituídos de condições para uma relação dialógica com a “casa do saber”, já que, segundo essa visão, a única ajuda possível que eles têm a oferecer para a escola é o trabalho manual.

7.1 A gestão participativa dos pais na escola

A participação dos pais na escola não deve ser entendida apenas como um processo de informação e consulta, mas sim como partilha de poder de decisão das questões problemáticas. A partir de um diálogo constante, ambos poderão chegar a uma solução.

Avancine (1990), pesquisou as dificuldades da escola pública em lidar com a presença dos pais na discussão e gerência dos aspectos que dizem respeito ao seu funcionamento interno. Ele destacou que a falta de capital cultural/político e o tempo disponível para as reuniões, são alguns impedimentos para essa falta de participação.

Sobre a importância do tempo disponível que os pais devem ter para participar das reuniões na escola, Paro, na época das discussões travadas no Congresso Nacional sobre a nova Constituição Federal, ressaltou a importância de adotar-se um dispositivo constitucional que facilitasse a participação dos pais na escola pública. Um deles seria a isenção da hora de trabalho no emprego: o trabalhador que tivesse filho em idade escolar, seria liberado, mediante a comprovação de sua participação nas atividades da escola, sem prejuízo de seu salário (PARO, 2001, p.55).

Von Gal (1991), em seu trabalho, pesquisa sobre a participação da comunidade na escola a partir da análise do funcionamento do Conselho de Escola. Ela relata que a escola sempre se queixa de que os pais de alunos e até professores se alienam dos programas educacionais. Por sua vez, os pais, que outrora foram acusados, também acusam a escola de serem excluídos de uma participação mais efetiva. Em suas considerações finais, a autora destaca que, considerando que o diretor desempenha um papel fundamental na estrutura administrativa e pedagógica da escola, fica claro que a sua função é importante para o desenvolvimento do processo participativo.

Se a maior alegação para o não funcionamento ou a realização da gestão participativa está nas barreiras impostas pelo diretor de escola, hoje o Conselho de Escola, na visão da autora, é a grande oportunidade que as escolas paulistas têm para conquistar a sua autonomia.

O autoritarismo e o desconhecimento da idéia de participação dos pais nos colegiados da escola, como fator de auxílio em todas as questões administrativas e pedagógicas, ainda há na maioria dos diretores, rejeição da entrada dos pais na escola.

O Conselho de Escola deliberativo significa uma profunda mudança de visão. Se antes o diretor era visto como autoridade máxima, com este Conselho esse conceito se modifica, já que a gestão colegiada procura o fortalecimento da escola colocando os membros à frente das tarefas políticas. O diretor assume o papel de técnico e de político. Essa forma de administrar exige um diretor diferente do que está na escola atualmente.

Cabe ao diretor organizar e dirigir o processo participativo. Não dá mais para aceitar a justificativa de que a participação da comunidade na administração escolar não acontece porque a massa não sabe participar ou porque desconhece os mecanismos de funcionamento da estrutura escolar. É de responsabilidade dos órgãos superiores a que a escola está vinculada, fazer e dar oportunidade de reeducação de seus dirigentes escolares (VON GAL, 1991).

O Conselho de Escola é uma grande oportunidade para a conquista da autonomia escolar. Isso significa uma grande transformação, tanto na estrutura administrativa e pedagógica da escola como na política que a dirige. Este conselho é a condição de direito de participação dos pais na escola. Sendo ele, hoje, deliberativo como trata a Lei Complementar 444/83, Estatuto do Magistério Público oficial de Ensino do Estado de São Paulo, caminharemos a uma gestão democrática e participativa. Sabemos que entre a teoria e a

prática existem uma série de ações que distanciam uma da outra até a concretização de ambas.

Faz-se necessário investir na formação dos dirigentes de escola, já que seu papel fundamental é buscar soluções coletivas, vislumbrar caminhos, proporcionar encaminhamentos dos problemas, integrarem as famílias, incentivar as potencialidades, agrupar profissionais, procurar o máximo de desenvolvimento na formação dos membros do colegiado e estimular constantemente os pais e os membros escolares em busca dos objetivos da escola, proporcionando, de fato, o que a lei prescreve para uma escola democrática e participativa (VON GAL, 1991).

Tognarelli (1993), ao pesquisar sobre a relação da escola com a comunidade, revela a força da pseudo-participação e de uma “prática não acertada”, muito presente nas escolas. A autora defende que os diretores de escola podem e deve romper com práticas refratárias e centralizadoras, oportunizando, dessa forma, a parceria com os pais. É preciso encontrar a prática acertada para a determinada realidade educacional.

A prática dessa pseudo-participação na escola deve ser derrubada com ações que envolvam a comunicação entre as pessoas. Porém, na maioria das vezes, quando se trata de uma escola grande, essa ação fica prejudicada ou por falta de material adequado para a divulgação, ou pela própria divulgação, ou por centralismo da parte do dirigente escolar, que, muitas vezes, resolve os problemas sozinho, pois chamar os pais à escola demanda tempo e trabalho.

Sabemos que as escolas não possuem os módulos de funcionários completos em suas secretarias, o que dificulta as ações pedagógicas e administrativas do diretor de escola. Porém sabemos também que mesmo com os módulos completos, os diretores que privilegiam mais o administrativo do que o pedagógico, torna-se mais burocráticos e centralizadores deixando as questões pedagógicas.

A eleição de diretores é um importante instrumento de democratização, porém ela precisa ser aperfeiçoada, pois a eleição em si não garante a prática democrática. Só a vontade política dos envolvidos no processo educacional poderá impulsionar a construção da escola democrática (ALMEIDA, 1993).

A participação de todos os segmentos, principalmente a dos pais, em colegiados e em órgãos auxiliares da escola, não deve depender só da vontade política do diretor, mas sim de todos. Entretanto, é necessário que o diretor tenha uma formação política para entender e refletir sobre as políticas educacionais e não privilegiar somente os aspectos burocráticos da

administração, gerando, desse modo, uma política unilateral dentro da escola que tem como consequência quase que o exclusivo atendimento da administração, deixando em segundo plano os interesses dos pais de alunos, principais usuários da escola pública (ALMEIDA, 1993).

Oliveira (1994) analisou uma eleição de diretores realizada em Volta Redonda - RJ. A autora verificou as possíveis leituras da recepção que a comunidade escolar faz do processo de eleição para seus dirigentes. Um outro fato de análise foi à relação que existe entre a eleição e a gestão democrática, sendo aquela um caminho para a implantação desta. Essa forma de gestão participativa com eleição de dirigente de escola pressupõe o envolvimento e a atuação dos segmentos escolares na gerência desta unidade escolar. A autora conclui que se a escola não possui uma infra-estrutura adequada (recursos materiais, instalações físicas, etc.), a direção eleita assim como o diretor nomeado, deparar-se-á com inúmeras dificuldades de gerenciamento da escola.

Não só a direção eleita ou nomeada, mas toda a comunidade escolar, deve ter compromisso tanto com a gestão democrática, como com outros instrumentos que favoreçam a democratização da escola. Estes devem ser associados como a eleição de conselhos como uma forma de assegurar a participação dos pais de alunos.

Calil (1994) descreve e analisa os sucessos e fracassos de uma gestão voltada para a dinâmica comunitária numa escola de Vila Grande São Paulo - Carapicuíba. As observações da autora revelam que o dirigente escolar deve provocar, promover e dar sustentação às atividades para que a participação comunitária se instale. Quando esta se faz presente, sendo construída gradativamente, desmistifica-se a dificuldade encontrada pelo dirigente escolar com relação: à presença dos pais na escola, à sutil manipulação da legislação e aos seus próprios interesses e comodidade. Com isso desvela-se a importância da comunidade na vida da escola, com profundidade dos vínculos estabelecidos.

A proposta central do trabalho de Calil focalizou a gestão da escola pública como forma de dinamizar o trabalho escolar, partindo dos pressupostos de que a dinâmica institucional influencia radicalmente no resultado da aprendizagem de alunos provenientes das camadas de baixa renda. A identidade institucional conquistada no bairro, onde está inserida a escola, aliada ao espírito de equipe dos professores voltados para a renovação metodológica e preocupados com os resultados da aprendizagem, produzirá um efeito importante na maneira de conceber a ação administrativa da escola.

Calil conclui, em seu trabalho, a necessidade da construção de uma cultura democrática, que depende que o dirigente escolar acompanhe as mudanças, seja aberto às inovações, reflita sobre as relações que produzem um equilíbrio dinâmico e a interação com as pessoas, que deve se renovar a cada momento.

A autora acredita que o papel do diretor é fundamental para assegurar a qualidade de ensino. Por meio da administração do serviço educacional, além do diretor voltar-se para o atendimento da comunidade local, ele acaba sendo o elo fortalecedor da relação entre a escola e a comunidade. Dessa forma, ele trabalha para realizar, junto com o corpo docente e funcionários, o que a comunidade e a escola necessitam. O diretor de escola, hoje, deve ser um líder educacional e eminentemente um comunicador social, trabalhando para que sua atuação seja regida por uma ética.

Mafra (1996), analisa as políticas educacionais desenvolvidas pelos governos mineiros no período de 1983 a 1994, na Nova República. Focalizam-se os projetos voltados à reorganização da escola pública estadual com vistas a torná-la um espaço autônomo e aberto à participação da comunidade escolar. A autora sentiu a necessidade de investigar se essas políticas proclamadas foram desenvolvidas, buscando as prováveis causas de seu sucesso ou insucesso.

Seu trabalho visou também aprofundar o estudo sobre as políticas públicas educacionais e a gestão do sistema na escola mineira. A pesquisa nos mostra que a autonomia da escola e a participação da comunidade escolar na gestão da escola pública, só serão possíveis se houver a desmistificação de valores enraizados que nos impedem de viver e acreditar na vida com liberdade e na liberdade como conquista da participação pelo diálogo.

Ainda estamos longe de um ideal, mas estamos caminhando. Embora a gestão democrática suponha a participação dos pais como parte integrante, encontramos inúmeros obstáculos como a falta de recursos humanos e materiais, precariedades nas condições de trabalho, funcionamento adequado dos colegiados nas escolas. Deparamo-nos, ainda, com a política educacional do governo implantada após as eleições, onde o partido que é eleito inicia uma administração com a sua marca, muitas vezes não respeitando os projetos educacionais que deram certos na gestão do governo anterior.

Fernandes (1998) analisa a participação da comunidade de quatro escolas municipais de Ouro Preto, no processo de gerenciamento da educação pública, que ocorre por meio da experiência de gestão colegiada. Um outro ponto de observação da autora é o processo de aprendizado político e social que a comunidade adquire e a viabilização destas

experiências. Sua hipótese é de que a descentralização e a participação são instrumentos que oportunizam um exercício democrático e que convergem para elaborar condições favoráveis de surgimento de sujeitos políticos, cidadãos, além de proporcionar uma aprendizagem política que pode conduzir para uma participação.

Fernandes (1998) identificou tanto as formas de articulação e participação dos representantes da comunidade na escola, quanto o tipo de aprendizado político que estas pessoas constroem e absorvem ao longo da implementação da experiência colegiada nas escolas. Os representantes da comunidade escolar, por serem um coletivo que está fora do cotidiano técnico burocrático, precisariam ser chamados para ocuparem e realizarem a tarefa de gerenciar as decisões públicas no âmbito da educação. Através da participação efetiva, da compreensão da representatividade, do compromisso com o coletivo e do assumir a responsabilidade pelo bem comum, que os pais de alunos foram relacionando-se, informando-se e, conseqüentemente, politizando-se. Conclui-se que para alcançar um nível singular de democracia e cidadania, é preciso estar capacitado politicamente para este desafio porque, caso contrário, a participação dos pais, na prática, vai se concretizar como um processo meramente de inclusão formal, sem a participação concreta.

Fernandes chega à conclusão de que se quisermos uma escola transformadora, precisamos, em primeiro lugar, transformar a escola que temos atualmente. Com esta premissa, a participação efetiva dos pais na escola é um caminho que derrubará todos os condicionantes que são desfavoráveis à gestão democrática.

Outros autores, como Saviani (1991), Souza e Silva (1997), Martins (2001), Demo (2001), Freire (2001) e Antunes (2002) localizam em fatores externos à escola, especialmente sócio-culturais, econômicos e políticos, as causas da falta de motivação para a participação dos pais.

Saviani (1991), ressalta que a participação da comunidade na escola está relacionada ao contexto histórico e político da educação em cada época, cada qual marcada ou por restrições, ou por incentivos para que a escola promovesse, com a comunidade, a articulação para a construção dessa ordem democrática: “De como, quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e de como, quando menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática” (SAVIANI, 1991, p. 48).

Conciliar o interesse público e coletivo com o particular e individualista, em “busca do bem comum” nas escolas para o serviço educativo, é difícil, mas não impossível. É

uma crescente meta a ser atingida em todas as escolas públicas, uma vez que elas estão a serviço da comunidade e da participação dos pais com vistas a uma gestão democrática.

No interior de muitas escolas, existem professores, funcionários e diretores cujo poder de autoridade se faz presente com ações de autoritarismo, deixando de lado a prática da negociação e da argumentação nos conflitos existentes dentro da unidade escolar.

Esses conflitos existentes são significativos e necessários dentro da escola para a prática da participação mais democrática. Segundo Saviani (1991, p. 99) “(...) a especificidade da prática política se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários não antagônicos”.

Quando os segmentos da escola, como professores e especialistas, discursam sobre o que se deve fazer para que o “bem da escola seja alcançado”, o discurso dos membros escolar demonstra interesses individuais ou corporativistas. Sendo assim, o objetivo desta participação, é manipular a comunidade presente na reunião, onde a participação torna-se um mero “engodo”, segundo Avancine (1999), como um “faz de conta” que os pais participam das tomadas de decisões, sendo que elas já foram decididas por uma parte do grupo minoritário da escola.

A participação dos pais é uma forma de poder político que muitas vezes entra em confronto com os interesses dos membros da escola. Entretanto, esse confronto equilibra e desarticula os interesses corporativistas: “A participação, por conseguinte, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas outra forma de poder” (DEMO, 2001, p. 20).

Acreditamos que a participação dos pais é um sinônimo de envolvimento com os problemas da escola, sendo este segmento, uma das chaves para solucioná-los, sempre almejando um bem comum. A participação também significa qualidade de ensino para os filhos. Devemos ter claro de que viver o cotidiano escolar vai além do serviço braçal: “participar é bem mais do que em ‘certos fins de semana’, oferecer aos pais a oportunidade de reparando deteriorações, estragos das escolas, fazer as obrigações do próprio Estado” (FREIRE, 2000, p.127).

De acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a participação da comunidade (principalmente pais e alunos) na escola é obrigatória, regulamentada através da instituição dos colegiados nas escolas.

Observamos que as atuais políticas educacionais do Estado de São Paulo, através de leis, decretos, resoluções e portarias, viabilizam projetos e promovem programas cujos objetivos sensibilizam a comunidade a participar do cotidiano escolar.

Na mídia vemos anúncio de uma série de projetos: “Amigos da Escola”, “Dia Nacional da Família na escola”, “Família na escola”. Estes projetos não deixam de ser um estímulo para que os pais colaborem com a escola com solidariedade e doação. Porém, fica evidente que não há vínculos de co-responsabilidade ou uma divisão de poderes da comunidade com a escola.

A participação da comunidade “na” e “com” a escola vai se construindo num processo de relação democrática, onde as opiniões e as diferenças são discutidas, respeitadas e valorizadas. A base, como alicerce da construção dessa prática, consolida-se com as expectativas e os anseios dos pais, além da vontade política em querer participar dessa construção: “Participar é discutir, é ter voz, ganhando-a, na política educacional das escolas, na organização de seus orçamentos” (FREIRE, 2000a, p. 127).

Deve-se cultivar essa prática dia-a-dia, estabelecendo um diálogo com a comunidade, aprendendo com o outro, numa relação em aprender e a ensinar.

Segundo Demo (2001, p.60) “participação é sempre um ato de fé na potencialidade do outro. É acreditar que a comunidade não é destituída, mas oprimida. É assumir que pode ser criativa e co-gerir seu destino, sem populismos e provincianismos. A potencialidade que uma comunidade tem é precisamente o que construiu na história pelas próprias mãos, dentro de condições objetivas dadas. A isto damos o nome de cultura”

Há diversas explicações, dentro do ambiente escolar, para a pequena participação dos pais. Em geral, sendo elas desprovidas de fundamentação empírica, pode-se dizer que são, portanto, criadas como parte do imaginário ou das representações sociais.

As mais comuns são:

- As explicações dos professores: “- Os pais não participam porque não entendem nada dos problemas da escola. Além disso, eles não querem participar, ficam constrangidos, por não serem alfabetizados e, por isso, não querem se expor”.

A crítica por parte dos professores de que os pais não entendem do assunto, somada à concepção de que os problemas da escola devem ser resolvidos por seus membros, além de acentuar uma prática corporativista, também faz com que a escola se feche para a participação dos pais.

- As explicações dos alunos: “- Para quê participar se está tudo resolvido entre eles (referindo-se aos professores, aos funcionários e ao diretor)? Se a gente vai pedir explicações ou satisfações sobre o funcionamento da escola ou a forma como certos professores ou funcionários nos tratam, é bem capaz de sermos expulsos da escola”.

Não há, na maioria dos pais, consciência da importância de sua participação em denunciar o autoritarismo e o poder de mando na maioria das escolas públicas. O que prevalece é um estado de conformismo.

- As explicações dos próprios pais: “- O pessoal da escola (diretor, professor, funcionários) é que sabe dos seus problemas”; “nós só vamos fazer o que o diretor pedir”; “quando o governo não manda a verba, ou não contratam funcionários, precisamos reunir os pais para limpar, pintar e levantar fundos para a escola”.

Para os pais, na sua maioria, a participação é vista como execução, ou seja, participar significa contribuir com a mão de obra na escola.

Freire (2000a, p.127) nos diz “que “ participar é bem mais do que, em certos fins de semana, “oferecer” aos pais a oportunidade de, reparando deteriorações, estragos das escolas, fazer as obrigações do próprio Estado”.

Vale reforçar que ainda que a democratização do ensino público seja um princípio consagrado na Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso VI) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 14), concretizando-se, desse modo, de maneira formal, vê-se que, infelizmente, na prática escolar há muitos empecilhos gerados pelos mais diversos fatores, ocasionando a insuficiência na participação dos pais em órgãos de representatividade como o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres.

1. CANAIS DE PARTICIPAÇÃO FORMAL: dos pais na escola pública

A gestão democrática do ensino público aparece pela primeira vez como um princípio em de 1988, na Constituição Brasileira, em seu inciso VI do artigo 206. De acordo com Souza (1997, p.11), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n ° 9394/96, “no seu artigo 3 ° arrola os princípios, que devem presidir a organização e o funcionamento escolar, no Brasil”.

Esboça-se uma gestão administrativa que seja coletiva, participativa e autônoma, tornado-a, dessa forma, eficiente e legítima. A Lei estabelece que, além da participação dos profissionais da educação deve participar também a comunidade escolar e local em conselhos escolares para a elaboração projeto pedagógico. Assim garante-se que todas as pessoas envolvidas com a escola participem de sua gestão.

O inciso VIII do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diz que a gestão democrática deve estar ligada às preocupações com a participação da comunidade escolar, professores, funcionários, alunos e pais ou membros da comunidade.

O inciso II do artigo 14 institui a formação dos colegiados com perspectivas de tornar a escola mais democrática. Nesta perspectiva, a escola, através do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres, deve promover, incentivar e garantir a participação da comunidade em sua gestão democrática. Deve haver ainda reuniões com os pais e a equipe escolar, onde ocorreria a socialização das decisões.

“... os processos formativos em dois processos básicos, os formais ou escolares, e os informais ou sócio-familiares, que incluem todo o resto, como sejam: os grupos de trabalho, lazer, religião, vizinhança e o que mais seja...”, dois processos básicos ligados ao processo educacional: o escolar e o comunitário” (SOUZA, 1997, p. 5).

A escola é um lugar e um espaço cuja primeira função é a de educar, formando o indivíduo no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Nela passamos parte das nossas vidas aprendendo o que se exige de nós, é muito além do processo ensino e aprendizagem. A escola se constitui como espaço de formação de crianças, adolescentes e jovens, estes que são os futuros cidadãos para a nossa sociedade.

É nesse espaço formador que as relações de diálogos e as opiniões devem ocorrer para o exercício da democracia, em vista da autonomia e da participação do indivíduo na sociedade.

A escola faz parte tanto da vida dos alunos quanto de seus pais. Somente com a efetiva participação desses pais haverá a práxis das reivindicações, sugestões e opiniões. Conseqüentemente, eles estarão mais aptos e politizados no que diz respeito às suas necessidades como cidadãos críticos, democráticos e participativos. Seus interesses devem ser discutidos, contribuindo com a construção de uma gestão democrática e não reproduzindo uma pseudo-participação (TOGNARELLI, 1993).

No livro sobre a teoria e prática em educação popular, Nogueira relata as conclusões de Freire a respeito da educação ser uma prática política.

“Entendo a educação popular como esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não esquece, que é preciso o poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em primeira definição “eu a aprendo desse jeito”. Há estreita relação entre a escola e vida política”. (FREIRE , 2001 a, p. 19).

Segundo Freire, a educação é uma prática política misturada a tarefa educativa, que vai se mobilizando e se organizando para o exercício do poder. Este vai sendo conquistado a partir da participação.

Os canais de participações formais que contribuem para uma maior integração da escola, família e comunidade estão previstos em lei. Na rede Estadual de Ensino de São Paulo existem duas instituições que possuem um colegiado: a da Associação de Pais e Mestres e a do Conselho de Escola.

8.1 Associação de Pais e Mestres

Associação de Pais e Mestres é um órgão auxiliar dentro da escola,

“tem como objetivo principal a defesa dos interesses morais e materiais da escola, e representam os pais em nível local junto aos poderes públicos e junto às autoridades de educação em particular e por fim os pais sobre tudo quanto diz respeito à escolaridade de seus filhos”. (VALERIEN, 2002, p.142)

Por outro lado, agrupando pais e professores, a Associação de Pais e Mestres promove mais a defesa da escola que a participação real dos pais:

“a preocupação pela defesa dos interesses materiais e morais da escola ‘exclui qualquer possibilidade de intervenção’ nas questões que dependem dos profissionais da educação”. (VALERIEN, 2002, p. 142).

Como órgão auxiliar da escola, a Associação de Pais e Mestres (também, conhecida em outras épocas como Caixa Escolar), foi criada em 1931. Ela foi idealizada por Lourenço Filho quando ele assumiu a Diretoria de Ensino Público em São Paulo, em 1930, com o então Secretário José Carlos de Macedo. A Associação foi uma ação advinda das reformas implantadas no Estado de São Paulo, que demonstrava a importância das relações entre a escola e a família.

A Associação de Pais e Mestres, no período de 1961 a 1971, foi instituída pelo artigo 115 da Lei 4024, publicada em 20/12/61: “a escola deve estimular a formação da associação de pais e professores”. Ela, na época conhecida como Caixa Escolar, teve um período de restrição caracterizada pela regulamentação da APM no Estado de São Paulo, e, conseqüentemente, nos municípios por meio de atos isolados, desvinculados da lei que a criou (Puterman, 1983).

Para suprir a falta das verbas governamentais, a escola teve que recorrer à comunidade e também à mão de obra que estava a seu alcance. Era necessário que o diretor criasse um elo entre a escola e a comunidade por meio da Associação de Pais e Mestre e do Conselho de Escola, com habilidade e dinamismo, sendo perspicaz e versátil (PUTERMAN, 1983).

A Associação de Pais e Mestres tornou-se, então, um órgão auxiliar da escola que servia para resolver suas questões econômicas, uma vez que ela não pode ter fins lucrativos.

Puterman (1983) enfatiza o papel político do diretor na comunidade no que se refere em pôr em prática a política educacional. Diz ainda que o diretor deva aceitar o convite como representante da escola em entidades e associações como Lions, Rotary e Sociedade Amigos de Bairro, para que haja um envolvimento maior com a sua comunidade.

8.2 Conselho de Escola

O Conselho de Escola, segundo o Regimento Comum de Escolas de 1º e 2º graus, é um órgão Colegiado que a princípio não tinha poder de decisão, sendo apenas consultivo. Ele foi criado pelo Decreto nº. 11.625, de 23 de maio de 1978 (ANTUNES, 2001).

A partir do artigo 95 da Lei Complementar nº. 444 de 27 de dezembro de 1985, Estatuto do Magistério do Estado de São Paulo, o novo Conselho de Escola passa a ter poder de decisão sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos.

A composição do Conselho de Escola deve se dar entre os membros escolares, em paridade. Pais, alunos, professores e funcionários dividem com o diretor da escola as responsabilidades, decidindo sobre os recursos, sua viabilização e utilização.

“Corresponde a um conselho de administração...”
(VALERIEN, 2002, p. 142).

O processo de participação dos pais nos Conselho de Escola das escolas da rede de São Paulo começou a ser construído a partir de meados dos anos 80. Com a Lei 444/85, Estatuto do Magistério do Estado de São Paulo, o Conselho de Escola foi implantado nas Escolas Estaduais como um conselho consultivo e deliberativo.

A participação dos pais no Conselho de Escola ocorreu em 1984. Nesta época iniciou-se com um novo rumo para as escolas estaduais de São Paulo. Essa nova forma de gerir a escola está inserida em um novo panorama de democracia, marcado pelos movimentos sociais que agitaram o país nos anos 80, como greves dos metalúrgicos do ABC, as “diretas já”, e nos anos 90, o “movimento dos sem terras”, que reivindicava maior participação do povo nas decisões políticas (FERNANDES, 1998).

O objetivo da participação dos pais na Associação de Pais e Mestres e no Conselho de Escola era prever a divisão de responsabilidades. Isso implica para a escola promover o fluxo de informação, a consulta e tomada das decisões em coletividade.

Cabe à instituição escolar desenvolver mecanismos de repartição de poderes entre a comunidade e a autoridade escolar, em atividades coletivas e inovadoras cujas atitudes de

cidadania, especificamente na participação dos pais, sejam uma prática real dentro do estabelecimento.

Martins (2001) investigou as diferentes dimensões que constituem o exercício da autonomia na gestão do sistema de ensino a partir da análise de algumas das principais diretrizes da política educacional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, de 1995 a 1999. Neste período, definiram e conferiram autonomia pedagógica, administrativa e financeira à rede de escolas. Vemos que a autonomia é revestida de complexidade quando se investiga a política educacional entre 1984 e 1994.

Martins diz que a agenda política da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo vem focando em seu discurso, desde 1980, na necessidade de instaurarem-se mudanças na gestão da escola pública. Porém, ela se resguarda em romper com a visão de desconfiança sobre a escola, pois, historicamente, tem pesado sobre seus ombros (assim como aos seus profissionais) toda a responsabilidade pela eficiência do ensino público ofertado.

Entretanto, a concepção que outorga autonomia às escolas, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece, paradoxalmente, rígidos procedimentos normativos, administrativos e financeiros que são os eixos norteadores de uma política educacional.

Observamos no estudo de Martins que o exercício e desenvolvimento da autonomia coletiva se constituem, cresce e se consolida, na proporção em que o exercício e desenvolvimento de autonomia da escola e de cada um dos atores envolvidos, principalmente a dos pais nas relações cotidianas da escola, também se constitui, cresce e se consolida dentro dessas relações da escola e comunidade.

CAPITULO II

A pesquisa

1. Metodologia

Os passos metodológicos de uma pesquisa devem, previamente, ser determinados para que o pesquisador, em meio a tantos olhares e respostas distintas advindas do objeto de seu trabalho, possa, com clareza, identificar o que se quer investigar e aonde quer chegar, discernindo o que é relevante para o conjunto de seu projeto (RICHARDSON, 1999).

No caso específico deste estudo, buscamos a metodologia da pesquisa de campo com abordagem qualitativa. “A abordagem qualitativa se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada. Ela trabalha com o subjetivo dos sujeitos, ou seja, com crenças, valores, atitudes, etc. Esta abordagem também pode trabalhar com dados, porém o tratamento não deve envolver uma estatística avançada” (COSTA E COSTA, 2001, p.27).

A nossa preocupação foi com relação aos pais de alunos. Buscamos fazer a investigação sem a interferência afetiva entre os sujeitos da pesquisa e a pesquisadora. Procuramos nos manter imparcial e analisar as respostas sem a interferência de hipóteses implícitas ou explícitas, adquiridas durante a nossa trajetória profissional.

Manter a postura imparcial de um pesquisador foi um desafio já que a pesquisadora, enquanto profissional atuante e responsável por uma unidade escolar na função de diretora de escola, tem contato direto com o objeto da investigação.

Precisou-se trabalhar, neste caso, pela construção de uma relação livre de “pré-conceitos”, teórico, político, ideológico, afetivo que pudessem, representar obstáculos frente à ação de “enxergar o real” e ter um “olhar” por um outro ângulo, sem ser o de dirigente escolar. É importante essa nossa prática e experiência com relação o olhar de pesquisadora.

Segundo Ludke (2004, p.28), “a relação entre a pesquisa universitária e professores de escola básica não pode ser colocada em termos de uma opção entre teoria e prática”.

Após estas considerações, a elaboração do projeto de pesquisa possibilitou uma análise mais profunda sobre o tema da participação dos pais de alunos matriculados na escola pública e uma forma de investigar a realidade.

A primeira fase da investigação constitui-se da delimitação do objeto a ser abordado, a definição das categorias de análise que fariam parte das discussões teóricas sobre o tema pesquisado, a organização da estrutura da dissertação que apresentaria o processo e os resultados de toda a investigação e a elaboração de um planejamento prévio para a abordagem do objeto de estudo.

As categorias relacionadas ao objeto de estudo foram: democracia, descentralização, autonomia e participação dos pais. Estas categorias são conceitos básicos que refletem os aspectos essenciais, propriedades e relações dos objetos e fenômenos, chamadas, também, de categorias do materialismo dialético (RICHARDSON, 1999, p.49).

Para a nossa coleta de dados elaboramos previamente um questionário para depois fazermos as entrevistas. Haviam perguntas abertas e fechadas.

2- Dificuldades prévias antes dos dados coletados

Tivemos dois principais momentos de dificuldade na investigação do objeto de pesquisa. Em um primeiro momento, iniciamos um contato com as direções de quatro escolas. As escolas A e B pertenciam à diretoria de Ensino Guarulhos Norte e as escolas C e D faziam parte da diretoria de Ensino Guarulhos Sul. A investigação se deu no início do ano letivo de 2004.

Ao entrarmos em contato com pais membros (ou não membros) dos colegiados para que pudessem responder os questionários, houve muitos atropelos. As escolas estavam preocupadas com a organização e funcionamento, atribuição de aulas remanescentes, distribuição de horários dos professores, matrículas e transferência de alunos, reunião com os pais para eleição dos membros da Associação de Pais e Mestres e do Conselho de Escola, e uma assembléia geral para aprovação de um novo Estatuto da Associação de Pais e Mestres de acordo com o novo código civil.

O trabalho de acompanhamento da dinâmica da direção de escola em reunir os pais, assim como o comparecimento destes para responder os questionários, tornou-se também objetos de observação. Foi difícil tanto o contato com a direção quanto o contato com os pais.

O segundo momento de dificuldade se deu com a aplicação dos questionários, pois os pais da Escola B da periferia, em sua maioria, não respondiam ao convite para responder os questionários.

Além desses dois momentos, tivemos ainda uma terceira dificuldade: a falta de tempo por parte dos pais em atender os convites da escola para as reuniões de pais e professores e as reuniões da Associação de Pais e Mestres e do Conselho de Escola. Estas reuniões ocorreram no final de abril de 2004.

Na escola A, dos 10 pais que compareceram, todos responderam o questionário com perguntas fechadas. Cinco pais conseguiram responder as perguntas abertas, porém, pela metade.

Na escola B, de cada 10 pais que atenderam ao pedido para responder o questionário, seis eram da comunidade. Quanto ao restante, sem que a pesquisadora soubesse, eram funcionários da escola que tinham seus filhos matriculados neste estabelecimento, já que a organização da convocação ficou a cargo da direção da escola. Estes pais também tiveram dificuldades em responder o questionário com as perguntas abertas e responderam o questionário pela metade.

No final de setembro, entramos em contato com mais duas escolas: a escola C do centro e D da periferia da Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul. Ambas as direções solicitaram que voltássemos após o dia 5 de outubro, pois já teria passado as entregas de papeletas de conceitos dos alunos do terceiro bimestre e a reunião de conselho de ciclo com professores, coordenadores, direção e alunos eleitos neste conselho, cujo calendário estava previsto para a primeira semana de outubro.

A escola C havia marcado a reunião de pais e professores para o dia 08/10 e a escola D para o dia 20 de outubro. Utilizamos o final do horário das reuniões de pais e professores de cada escola para reunir os pais. Na escola C, dos dez pais, cinco não faziam parte de nenhum órgão colegiado, quatro eram membros do Conselho de Escola e dois eram membros da Associação de Pais e Mestres, sendo que um deles era simultaneamente membro dos dois órgãos colegiados.

Na escola D reunimos dez pais dos quais cinco não pertenciam a nenhum órgão colegiado, dois eram membros do Conselho de Escola e quatro eram membros da Associação de Pais e Mestres, sendo que um deles era simultaneamente membro dos dois órgãos colegiados.

Nestas duas últimas escolas, a pesquisadora, teve que solicitar, por diversas vezes, aos pais que respondessem a todas as questões abertas e fechadas, pois a todo o momento os pais diziam que estavam atrasados e que não podiam terminar.

Apesar das dificuldades encontradas, observamos que os condicionantes ideológicos (segundo Paro, 2001b), foram as causas que impediram o encontro dos pais com a pesquisadora. Contudo, a maioria dos pais que atenderam ao convite de responder o questionário conseguiram responder a todas as questões.

Retornamos em 2006, onde realizamos nas escolas A e B as entrevistas com os diretores, professores e pais de alunos e as análises das atas de reuniões das escolas.

3 - Apresentação e discussão dos dados

ESCOLA A

A escola A, inaugurada em 1976, situa-se no centro de Guarulhos. Ela pertence à rede estadual da Diretoria de Ensino Região Guarulhos Norte. As modalidades de ensino estão distribuídas nos períodos: Manhã - ensino médio e normal, sendo que o ensino normal foi instinto em 2005; tarde - ensino fundamental, ciclo II e médio; noite - ensino médio regular e médio supletivo. Ao todo, o estabelecimento tem 1600 alunos, diretor efetivo e 40 % de professores efetivos. Dos 80 professores, 32 são efetivos e 48 admitidos em caráter temporários.

Construída no centro de Guarulhos, a escola A recebe os alunos da periferia. Ela está situada no centro da zona comercial. Ao seu redor há indústrias, lojas e apartamentos de alto luxo. Em virtude de sua localização central, torna-se uma escola de passagem para os alunos oriundos dos bairros da periferia que trabalham no centro da cidade. Devido o horário de saída do trabalho e não conseguindo chegar a tempo no horário de entrada da escola próxima a sua casa, eles acabam sendo matriculados nesta escola.

Então, as pessoas que responderam aos questionários moram na periferia, em cortiços e barracos ou em casa alugada (informação oral). Seus filhos estão matriculados nesta escola, pois ajudam na renda familiar. Conforme a entrevista, os pais também acham que a escola do bairro é fraca, pois há falta de professores. Por causa destes dois motivos (o trabalho dos seus filhos, de 12 a 18 anos e por acharem que a escola do bairro é mais fraca), os pais escolheram matricular seus filhos nessa escola.

ESCOLA B

A escola B situa-se na periferia de Guarulhos. Inaugurada em 1978, pertence à Diretoria de Ensino Região Guarulhos Norte. As modalidades de ensino estão assim distribuídas nos períodos: manhã, tarde e noite - ensino fundamental (ciclo II), Fundamental supletivo (ciclo II) e Ensino Médio. Ao todo são 2600 alunos atendidos. O diretor é efetivo. Num total de 100 professores, 20 professores são efetivos e 80 admitidos em caráter temporários.

Na escola B, as características das pessoas que responderam o questionário são contrárias daquelas da escola A. Aqui, os filhos estão matriculados no ensino fundamental. Eles não trabalham. Os respondentes são de classe média baixa e possuem um nível escolar que vai do ensino fundamental completo ao superior completo. Há maior participação em sindicatos, associações de bairros e igrejas. Nesta escola, há pais com formação de nível superior como professores, coordenadores pedagógicos, vendedores, agentes penitenciários, bibliotecários e outros profissionais formados no ensino fundamental completo ou médio. Existem também, entre os pais respondentes com formação de nível superior, professores admitidos nesta escola como O.F.A. (ocupantes de função atividade) que recebem um adicional de longa distância que é concedido aos profissionais que atuam na periferia. Os preços baixos na aquisição da casa própria e o adicional de longa distancia são motivos para estarem morando na periferia.

ESCOLA C

A escola C está localizada centro de Guarulhos. Ela faz parte da Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul. Ela foi inaugurada em 1979 e hoje é tombada pelo Patrimônio Histórico. Ela conta com 860 alunos distribuídos em 25 classes do Ensino Fundamental do Ciclo I e com o total de 30 professores, sendo 12 efetivos e 18 admitidos em caráter temporário (O.F.A.). O diretor da escola, a coordenação e o vice-diretor são todos designados.

A escola está inserida dentro de uma área residencial, com casas e apartamentos populares de 3 andares. Dentre as mães que responderam o questionário, muitas não têm formação superior. A maioria é do lar e as que trabalham foram do lar têm empregos informais, próximos a sua residência. Elas somente auxiliam no orçamento familiar.

ESCOLA D

A escola D situa-se na periferia da região Sul de Guarulhos. Ela foi inaugurada em 1988. Ela conta com 2500 alunos distribuídos em 51 classes. Ela possui o ensino fundamental (Ciclo II) e o ensino médio. Há 79 professores dos quais 28 são efetivos e 51 admitidos em caráter temporários. O diretor é titular de cargo e coordenação e a vice-direção é designada.

As mães que responderam os questionários possuem nível superior ou formação do ensino médio. Cinco das mães trabalham em escolas públicas próximas, mas não nesta unidade escolar. A maioria tem renda familiar de 3 a 5 salários mínimos. As outras 05 são do lar.

O questionário apresentado aos pais continha algumas questões relativas à participação dos mesmos na escola.

4 – Análise das respostas dos pais de alunos ao questionário

A análise das repostas oferecidas segue abaixo:

Caracterização dos respondentes

ESCOLA A

- Sexo: oito respondentes são do sexo feminino e 2 do masculino.
- Idade: por volta de 36 a 45 anos.
- Situação familiar: há cinco casados, dois solteiros e 3 divorciados.
- Escolaridade: três responderam ter o ensino fundamental incompleto, dois com ensino fundamental completo, um com ensino médio incompleto, três com ensino médio completo e 1 com ensino superior incompleto.
- Profissões: três do lar, quatro domésticas, um motorista, um autônomo e uma professora.
- Salários: variam em média de um a cinco salários mínimos.
- Lazer: televisão.
- Filhos: a média é de três filhos por casal, entre as idades de 12 a 20 anos. Onze estão matriculados em escola estadual e os outros dezoito, fora da idade escolar, não estão matriculados em nenhuma escola.

- Participação em entidade, associação ou sindicato: três pessoas participam de igrejas, duas de sindicato, uma de partido político e cinco não participam de nada.

ESCOLA B

- Sexo: as dez respondentes são do sexo feminino.
- Idade: entre 26 e 45 anos.
- Situação familiar: há nove casadas, uma solteira.
- Escolaridade: uma com ensino fundamental incompleto, uma com ensino médio incompleto, quatro com ensino médio completo e quatro com ensino superior incompleto.
- Profissões: seis do lar, 1 encarregada de produção, uma recepcionista, uma operadora de máquina e uma radio - operadora.
- Salários: variam em média de um a dez salários mínimos.
- Lazer: 6 televisão, 2 viagem, uma cinema, e uma caminhada.
- Filhos: a média é de dois filhos por casal, entre as idades de 0 a 20 anos. Doze estão matriculados em escolas estaduais e os outros cinco fora da idade escolar, não estão matriculados em nenhuma escola.
- Participação em entidade, associação ou sindicato: uma pessoa participa de sindicato cinco de igrejas, quatro não participam de nada.

ESCOLA C

- Sexo: 8 respondentes são do sexo feminino e 2 do sexo masculino.
- Idade: varia de 36 a 45 anos.
- Nível de escolaridade: uma pessoa tem ensino fundamental incompleto, uma ensino médio incompleto, quatro ensino médio completo e 4 superior completo.
- Profissões: duas pessoas são do lar, dois são vendedores, um é encarregado de produção, uma é secretária de escola, uma bibliotecária de escola, um agente de organização de escola, um agente penitenciário e um coordenador pedagógico.
- Renda familiar: de três a dez salários mínimos.
- Lazer: para oito pessoas é a televisão, para um o cinema e para um viagem.
- Filhos: média de dois filhos por casal, entre as idades de onze a 20 anos, sendo 14 matriculados em escola estadual, um em escola municipal e 5 fora da idade escolar não estão matriculados.

- Participação em entidade, associação ou sindicato: um participa de sindicato, um de partido político, seis de igreja e 4 não participam de nada.

ESCOLA D

- Sexo: 10 do sexo feminino
- Idade: por volta de 26 a 45 anos.
- Situação familiar: nove casadas, uma solteira.
- Escolaridade: uma com ensino fundamental completo, três com ensino fundamental incompleto, duas com ensino médio completo, quatro com ensino superior completo.
- Profissões: quatro do lar, uma doméstica, 3 professoras, 1 secretária de escola e 1 agente escolar.
- Salários: variam em média de três a cinco salários mínimos.
- Lazer: 9 assistem televisão e 1 cinema.
- Filhos: a média é de dois filhos por casal, entre as idades de 11 a 20 anos. Quinze estão matriculados em escola estadual e os outros oito fora da idade escolar, não estão matriculados em nenhuma escola.
- Participação em entidade, associação ou sindicato: quatro em sindicatos, 3 em igreja e três não participam de nada.

2.3. Sobre a escola do seu filho

A distância das escolas até as residências dos respondentes são:

- Escola A: varia de dois a mais de três quilômetros;
- Escola B: varia de 100 metros a um quilômetro;
- Escola C: varia de 100 metros a 3 quilômetros;
- Escola D: varia de 100 metros a 2 quilômetros.

Todas as quatro escolas possuem as instituições o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres. Além dos pais conhecerem o regimento da escola, todas contam com um projeto político pedagógico. Os pais respondentes freqüentam e participam das reuniões de pais e professores.

2.4. Sobre a participação dos pais nas reuniões da Associação de Pais e Mestres e do Conselho de Escola.

Nas escolas A, B, C e D a maioria dos pais responderam que gostam de participar das reuniões porque acham importante a participação. O maior interesse é em relação ao acompanhamento dos seus filhos, mas também se interessam pelos assuntos da administração e da parte pedagógica da escola. Eles gostam de ficar a par dos problemas da escola.

Somente 15 dos pais não participam das reuniões (3 pais da escola A, 4 da escola B, 4 da escola C e 4 da escola D) nem dos Conselhos de Escola, nem da Associação de Pais e Mestres, nem de reuniões de professores. Os motivos são: trabalho, falta de tempo e horários inadequados instituídos pela escola para as reuniões. Eles não se interessam pelos assuntos administrativos e pedagógicos. 7 pais deste universo de 15 responderam que o modo de como a escola trabalha não lhes diz respeito.

Com relação à participação na escola, a maioria dos pais das quatro escolas responderam que estão presentes na escola, dando sugestões, opinando, votando e tomando as decisões junto com a direção.

No que concerne à opinião dos pais sobre as reuniões de Associação de Pais e Mestres e do Conselho de Escola, metade respondeu que são boas, são dinâmicas, há discussões, sugestões e votação. A outra metade, como não comparece, diz não saber.

Os fatores facilitadores para a participação nos conselhos colegiados, segundo os pais, são: a comunicação, horários adequados, abertura da direção e dos professores quanto à atenção ao diálogo e o bom atendimento. Já os fatores desestimuladores são: as distâncias, os horários inadequados, a falta de tempo dos pais por motivo de trabalho.

Os pais percebem a diferença entre a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola. Muitos deles responderam que a função da Associação de Pais e Mestres é de conservar e manter a escola, determinar sobre os gastos das verbas, deliberar as ações de melhoria. Já para o Conselho de Escola, ele deve votar e deliberar as prioridades em relação a essas melhorias.

Quanto ao item de como tem ocorrido à participação dos pais nas escolas, alguns responderam que ela se dá de maneira tranqüila e com boa integração com a direção e com os professores. A escola estimula a participação promovendo festas para a comunidade e cursos de final de semana, como artesanatos, com o Projeto da Escola da família.

Quanto às ações desestimuladoras citou-se a falta de diálogo e comunicação, a má recepção por parte dos funcionários (da secretaria) e a tomada de decisões sem consulta aos pais.

O sentimento dos pais quando eles vão às escolas de seus filhos é de acolhimento. Eles responderam que todos os membros da escola, direção, professores e funcionários são afáveis e os recebem procurando resolver os seus problemas.

2.5. Quanto às observações do final do questionário transcreveremos as opiniões dos pais:

ESCOLA A: “Eu, como pai, acho um absurdo o aluno passar de ano sem freqüentar e sem condições”; “Eu não respondi algumas questões, pois para mim a escola é ótima”; “Em minha opinião é a melhor escola e de boa qualidade”.

ESCOLA B: “Acredito que se a escola procurar se empenhar um pouco mais em chamar os pais para a escola para participarem de todo os eventos e principalmente reuniões”, “Tudo que for de benefício para a escola”.

ESCOLA C: “A escola é de boa qualidade, tanto profissional quanto o humano”; “Para que haja um bom andamento da escola é necessário que a comunidade participe mais”; “Os meus filhos gostam muito da escola porque ensinam bem e os professores são muito inteligentes e ajudam demais os nossos filhos”.

ESCOLA D: “Em minha opinião deveriam, nas reuniões sempre estarem explicando qual a importância dos pais na participação da APM e do Conselho de Escola e sobre esse projeto político e pedagógico”; “Estas questões negativas são pelo próprio comodismo dos pais que não cobram as verdadeiras necessidades de seus filhos”; “Quem reclama é ridículo e incomoda e acaba sendo encostada esquecida”; “Abram mais escolas e façam mais eventos educativos e culturais com lazer. Busquem trazer a escola profissionalizante. Continuem com o projeto ‘Família na escola’. Mandem mais recursos humanos e financeiros para melhorarmos a educação”; “Eu gostaria que a escola tivesse mais participação nas partes esportivas”.

5 – Análise das observações dos registros em Atas de Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres

No início de 2006, entramos novamente em contato com as direções das escolas A, B, C e D para fazermos as observações das Atas de Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres e entrevistas com os profissionais das escolas.

Para a análise das atas, escolhemos as escolas A e B, pertencentes à diretoria de Ensino Região Guarulhos Norte pois aí os pais compareciam mais nas reuniões dos dois órgãos colegiados e a comunidade demonstrava ser mais participativa. Porém, nos contatos que tentamos estabelecer com as direções das escolas, houve vários problemas e ficou inviável a pesquisa na escola B. Então se procuramos as direções das escolas C e D, mas o resultado foi o mesmo. Finalmente e infelizmente a investigação ficou limitada somente na escola A .

Nas escolas B e D, as direções não autorizaram as análises dos livros de registro das atas dos Conselhos de Escola argumentando que estas atas não estavam em dia. Além disso não havia funcionários disponíveis para procurar tais livros, pois estes estariam no quatinho da caixa d'água. Por fim, as atas anteriores ao ano de 2001 já tinham sido incineradas e os livros que continham as atas atuais não poderiam ser utilizados pois haviam registros sigilosos. O livro que contém as atas da Associação de Pais e Mestres havia sido levado ao cartório e retornaria somente em maio com o registro da nova composição da diretoria da Associação de Pais e Mestres de 2006.

Atualmente a escola C está em reforma para que futuramente seja a sede da Diretoria de Ensino Norte. Os alunos, professores e funcionários desta escola foram transferidos para antiga Escola CEFAM (atualmente extinto), tombada como patrimônio histórico. Em virtude desta mudança não foi possível localizar os livros do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres nas caixas da mudança onde foram guardadas.

A escola A, na qual conseguimos fazer a análise das atas de registro das reuniões do Conselho de Escola, situa-se no centro do Município de Guarulhos. Ela foi inaugurada em 1976 e conta, atualmente, com mais ou menos 1600 alunos matriculados distribuídos em 46 classes. Conseguimos localizar as atas dos períodos de 1985 a 1998 e de 1999 a 2006.

Além de termos a autorização para acharmos os livros de atas no arquivo morto da escola, também tivemos acesso à sala onde estão todos os livros antigos da unidade escolar.

A respeito dos livros da Associação de Pais e Mestres desta escola, somente foram localizados do período de 2002 a 2006, porém o livro havia sido levado para registro no 1 °

Cartório de Registro de Guarulhos em virtude da nova eleição para a composição de membros da gestão de 2006/2007. Os livros anteriores ao ano de 2002 foram incinerados.

Analisamos o período anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1985 a 1997) e até 2006. Observamos também o número de reuniões realizadas e o número de pais que participaram destas reuniões.

No estado de São Paulo o Conselho de Escola tornou-se deliberativo a partir de 1986 com a Lei Complementar 444/85.

Decorridos 21 anos na escola A (de 1985 a 2006), foram registradas 149 atas de reuniões do Conselho de Escola com a participação média de 538 pais de alunos, ou seja, uma média de 3 pais por reunião e de 7 reuniões realizadas anualmente. Levando em consideração que são os mesmos pais em determinadas reuniões, essa média de participação dos pais é ainda menor, o que nos faz concluir que a participação é baixa.

A composição dos membros do Conselho de Escola na escola A é relativa ao número de classes criadas anualmente. Por ano são em média de 46 a 51 classes, portanto o número de componentes é de 32 membros sendo: 40% de docentes, 5% de especialistas da Educação (exceto o Diretor de Escola), 5% de funcionários, 25% de pais e alunos, 25% de alunos.

A eleição dos membros do Conselho de Escola deve ser realizada no primeiro mês do ano letivo em Assembléias distintas para cada segmento e entre os pares (docente vota em docente, aluno vota em aluno, pai vota em pai e funcionário vota em funcionário), mediante o processo eletivo de voto direto e com a confecção de atas distintas da eleição de cada segmento.

Ordinariamente ocorrem duas reuniões do Conselho de Escola por semestre. Também há as reuniões extraordinárias que são convocadas pelo Diretor ou propostas no mínimo de 1/3 dos seus membros. As convocações são feitas pelo Diretor por escrito, com ciência dos interessados ou por edital afixado na escola em local visível e de fácil acesso ao público. Leva-se em consideração o prazo para convocação, o dia e horário e a possibilidade de participação da maioria dos membros componentes do Conselho.

Para que a reunião se realize e seja válida, é necessário que estejam presentes a maioria absoluta dos membros, ou seja, 50% mais um do total de membros do Conselho.

Garantida essa maioria, as questões são aprovada por maioria simples, ou seja, maioria de votos dos presentes à reunião.

Analisando o que diz o artigo 95 da Lei Complementar Nº. 444, de 27 de dezembro de 1985 e analisando o registro de atas de reuniões e as atas de eleições registradas no livro de Conselho de Escola, destacamos que até 1988, a escola A não obedecia à legislação no tocante ao número de membros para a composição e ao número de reuniões ordinárias registradas anualmente. O “quorum” de metade mais um dos membros do Conselho e a presença dos pais às reuniões eram muito baixa.

No período de 1989 a 1998, a escola A atendeu a legislação quanto ao número de membros para eleição. Fazia-se atas distintas da eleição de cada segmento, mas não atendia ao número de duas reuniões ordinárias por semestre no ano letivo. A presença dos pais às reuniões continuava sendo baixa.

A partir de 1998, embora a escola não tenham registrado as reuniões ordinárias de acordo com o calendário escolar, ela convocava os membros em mais reuniões extraordinárias devido à deliberação para aplicação das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) do Ministério da Educação e Desportos (MEC). Para receber esta verba, era levado em conta o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Quanto às reuniões de aplicação e prestação de contas, os registros das atas mostram a baixa participação do pais (02 pais por reuniões) para o número de pais eleitos (9 a 10 pais nessa época).

Os assuntos tratados para a deliberação e homologação nas reuniões do Conselho de Escola a partir de 1998 são: calendário escolar, plano da escola, ocupação da zeladoria (a cada dois anos), proposta designação da vice-direção (quando o professor pertence à outra Unidade Escolar), homologação da eleição entre os pares (professores) de proposta dos candidatos à Coordenação do período diurno ou noturno, homologação da chapa vencedora do Grêmio Estudantil (após o processo de eleição), deliberações sobre as aplicações das verbas e prestações de contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar do Ministério da Educação e Desportos (FNDE/MEC), deliberação da aplicação e prestação de contas de eventos, festas promovidas pela Associação de Pais e Mestres.

Outros assuntos como a disciplina e normas da escola, o regimento escolar, a segurança na escola, a cessão do prédio para a comunidade, projetos, festas e eventos são temas que surgiram através de alguma ocorrência ou solicitação dos membros eleitos ou da própria direção da escola.

Observamos que tanto para os diretores quanto para professores, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola, na prática, possui a mesma função: a de deliberar, aprovar e fiscalizar, de acordo com as análises das atas.

Nas nossas observações enquanto participantes-observadores, vimos que durante a realização da Reunião da APM e do CE, em ambas as reuniões a pauta era a mesma tanto para a Associação de Pais e Mestres quanto para o Conselho de Escola. Ela era redigida por dois professores intitulados “secretários”. Não havendo dois momentos para a realização dessas reuniões, elas ocorriam simultaneamente.

Ressaltamos que nas reuniões os pais emitem a sua opinião, são voz e voto. Contudo a sua participação ainda é insuficiente nas reuniões do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres, não atingindo o teto máximo do número de pais eleitos para participarem.

6 – Análise das entrevistas com os profissionais e pais de alunos

A realização das entrevistas iniciou-se em março de 2006. Foram entrevistados dois diretores, dois professores e dois pais de alunos, cada um de duas escolas estaduais diferentes (A e B) localizadas no município de Guarulhos, num total de 10 entrevistas. As entrevistas se deram de forma individual.

Um dos critérios para escolher os diretores, professores e pais a serem entrevistados, foi garantir a representação destes no que concerne a sua participação como membros ou não do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres.

Um roteiro prévio foi esquematizado para as entrevistas. Quando o apresentamos, garantimos o sigilo com relação às informações. Além disso reforçamos a nossa desvinculação com a direção da escola ou com qualquer outro órgão público para que as pessoas respondessem de forma espontânea e com total liberdade de expressão. É bom ressaltar que as entrevistas foram gravadas.

A análise qualitativa das respostas dos diretores das escolas A e B, vem de encontro com as reflexões e bibliografias mencionadas anteriormente nesta pesquisa. Não vamos designar se o diretor é um homem ou uma mulher. Designaremos somente o gênero masculino, ainda que este não corresponda à realidade.

No que concerne à questão “Como o Senhor(a) entende a participação da comunidade na escola?”, o Diretor da escola A respondeu que “participar é fazer parte, ou seja, a comunidade opinar sobre as questões que envolvem diretamente no desenvolvimento de seus filhos; ser ouvida e acolhida suas idéias”. Já o Diretor da escola B diz: “Entendo que a participação da comunidade se dá nas instituições escolares quando ela é chamada e sente-se à vontade para participar efetivamente das decisões importantes da escola, sem limitar-se apenas a avaliar as decisões já tomadas pelo corpo docente e demais funcionários”.

Analisando estas duas respostas, percebe-se que há por, parte dos diretores, um entendimento muito mais de participação formal do que real no que diz respeito à participação da comunidade no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres.

Paro (2000a, p.79) no relato da entrevista que realizou com uma diretora de escola diz: “Parece, pela sua fala, que a necessidade de participação internamente na escola, não vai além daquilo que já existe institucionalmente, ou seja, a necessidade de obediência às deliberações do Conselho de Escola e uma atuação mais efetiva do mesmo”.

Quando perguntados sobre a participação dos pais nos Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres, ambos os diretores disseram, quase que como um desabafo, que há uma grande dificuldade no comparecimento dos pais.

Observamos que o diretor B se preocupa mais em chamar os pais para reiterar algo já decidido pela escola do que deliberar e discutir os problemas, embora ele diga que a participação dos pais vem junto com as propostas de planejar e avaliar após a realização destas pela escola: “a participação dos pais no Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres como proponentes de aspectos a serem planejados, avaliados e efetivamente realizados pela escola, tendo estes pais função ativa na realização dessas metas. Assim como não devem ser chamados apenas para avaliar as decisões anteriormente tomadas, também não devem apenas indicar o que precisa ser feito, mas fazer junto com a equipe escolar o que foi proposto nesses colegiados”.

Já o Diretor da escola A diz: “Como existem as reuniões ordinárias e extraordinárias, nesses momentos os pais comparecem quando chamados pela escola, coisa que é difícil, pois as reuniões sempre têm poucos membros. Além disso, os pais em geral, membros ou não da Associação de Pais e Mestres e Conselho de Escola, podem e devem se colocar a qualquer momento dando idéias, sugestões e também contando histórias, ensinando suas habilidades através de oficinas etc. cabe aos gestores abrir as portas da escola”.

Através da questão “O Senhor(a) acha que houve mudanças no que concerne a participação dos pais na escola após a LDB de 1996?” enquanto que o diretor da escola A referiu-se à participação dos pais na movimentação dos recursos das verbas enviadas para escola (“Eu acredito que houve sim, pois a LDB de 1996 trouxe mais autonomia para escola desenvolver seus próprios projetos, montar seu currículo, além disso, os filhos com o passar dos anos têm cobrado muito mais atenção e participação de seus pais. Dessa forma os pais participam sim e mais!”), o diretor da escola B enfatizou a participação como questão cultural na gestão democrática destacada na LDB de 1996 (“Não, porque a participação não melhora ou piora apenas por força de lei, mas pela criação e investimento na força decisiva dos colegiados, da voz e vez que damos para todos e por uma cultura da participação”).

Quando foi perguntado sobre qual é a importância atribuída à participação da comunidade na escola e como é viabilizada esta participação, ambos os diretores disseram ser muito importante a participação dos pais. Eles procuram viabilizá-la através do relacionamento positivo da escola com os pais.

O Diretor da escola A respondeu: “A participação da comunidade é essencial, pois apenas através dela é que temos a chance de ver o outro lado, como as ações desenvolvidas pela escola estão se repercutindo na vida familiar. Seria uma espécie de avaliação, constante ‘termômetro’ da escola para re-planejar sempre que necessário. No meu caso, eu dou liberdade, abertura e portas abertas à comunidade. Ouço suas questões e modifico as ações sempre que necessário. Apenas gostaria de ressaltar que são poucos os pais que chegam diretamente nos gestores para se colocarem. Em sua maioria deixam por conta da escola mesmo”.

O diretor da escola B: “A escola não pode ser entendida como propriedade dos funcionários. Se a escola tem proprietário, esse é a comunidade do seu entorno. Logo, sua participação na tomada de decisões é importante para que esta comunidade efetivamente de aproprie desse espaço, tomando-o como seu. Procuro envolver os pais para participar nas eleições dos representantes dos colegiados, presto contas das ações desenvolvidas, e procuro envolver os pais e alunos nas atividades cotidianas da escola”.

Quando perguntamos sobre qual é o papel atribuído à APM e ao CE enquanto canais da participação formal e quais as atribuições que correspondem a cada um (APM e CE) deles na escola, as respostas de ambos os diretores foram mais de conteúdo formal que é prerrogativa da lei do que o real vivenciado no cotidiano da escola.

Diretor da escola A: “O papel real é muito importante, porém não funciona da forma como deveria, de como foi pensada, aliás, como todos os órgãos no Brasil. O papel é reunir pais e educadores para formalizar o Projeto Político pedagógico da escola e também suprir todas as necessidades materiais da escola, trocar idéias pesar erros e acertos, ou seja, repensar o cotidiano da escola e a vida escolar do educando, tanto no pedagógico como disciplinar. Fazer a escola funcionar em todos os âmbitos. A Associação de Pais e Mestres confere toda a parte burocrática como orçamentos, notas fiscais, cheques, atas, supervisiona se os recursos foram utilizados de forma correta e legal (parte prática ou seja a execução das ações), já o Conselho de Escola se concentra mais no âmbito das idéias de como utilizar os recursos disponíveis de acordo com as necessidades seria a parte teórica)”.

Diretor da escola B: “atribuo como os mais importantes canais da participação formal, uma vez que tomam e referendam as decisões e executam o orçamento da escola. E atribuo como fundamentais organizadores da participação da comunidade nas decisões e execução orçamentária, uma vez que a gestão pedagógica e administrativa passa pela gestão de recursos”.

Na questão que se refere à participação dos pais nas reuniões de Conselho de escola e da Associação de Pais e Mestres, ambos responderam que a participação é muito pequena. No início do ano letivo, a gestão eleita é insuficiente e torna-se ainda mais baixa a frequência no decorrer do ano.

- Diretor da escola A: “A participação é muito pequena e com muita insistência e conscientização. Marcamos sempre as reuniões com antecedência em horários que os membros têm disponibilidade, mas mesmo assim é muito difícil conseguirmos o comprometimento. A justificativa, quando chega é sempre falta de tempo, médico, mas na verdade falta disponibilidade de comprometimento, mesmo”.
- Diretor da escola B: “Geralmente no início da gestão a participação é maior e ao longo do ano vai rareando, limitando-se a uns poucos participantes e, na maioria, professores”.

No que concerne os obstáculos para a efetiva participação dos pais de alunos na escola e, em especial, nas instâncias formais de gestão colegiada da APM e CE, observamos, por meio das opiniões dos diretores, que a participação dos pais não está relacionada somente à

escola, mas à questão cultural. É preciso uma política de conscientização da sociedade em geral.

- O diretor da escola A respondeu: “A falta efetiva do exercício da cidadania em geral, pois votamos nas eleições e dias depois já não nos lembramos mais em quem. As pessoas em sua maioria não exercem seus direitos e não desenvolvem seus papéis na sociedade, deixam tudo para o poder público resolver e nem sempre ficam satisfeitos, mas não reclamam”.
- O Diretor da escola B: “Em geral, na falta da cultura da participação nas instâncias de decisão coletiva, agravada pelo desrespeito que as instituições dispensam a essas decisões tomadas pelos colegiados”.

Uma hora já tinha se passado quando chegávamos a este ponto das entrevistas, ou seja, perto do fim. Nesta altura, ocorreu em ambas as escolas, que os diretores, após uma hora sentados na nossa frente já estavam incomodados, pois eles eram solicitados a todo o momento pelos funcionários da escola para a resolução de problemas cotidianos. Por este motivo tivemos que ser breves nas últimas questões.

Para contornar a pequena participação dos pais nos órgãos colegiados, os diretores procuram estimular a presença dos mesmos na escola estabelecendo horários adequados, ou seja, dentro do horário de seus filhos ou em horários noturnos. Em nenhum momento falou-se em dias adequados como, por exemplo, a realização da reunião aos sábados. Quanto às estratégias de estímulo percebe-se que há uma preocupação em trazer algo, como cursos, que sejam voltados aos interesses das mães.

Diretor da escola A: “Procurando realizar as reuniões em horários adequados para os pais, de preferência dentro dos horários que os filhos estudam, estimulando a participação em muitas conversas com os pais. Solicitando as mães que tem horário disponível para vir à escola como voluntária e assim elas fazem parte do dia-a-dia da escola, conhecendo os problemas e entendendo a dinâmica administrativa e pedagógica da escola no seu cotidiano”.

Diretor da escola B: “respeitando os horários que os pais podem participar, estimulando a presença dos pais com atividades de interesses próprios (curso de pintura, curso de bordados , arte culinária). Como eu disse no item anterior promovendo cursos que as próprias mães ensinam outras mães (curso de bordado, arte culinária, pintura, coral), respeitando os horários em que os pais possam comparecer as reuniões”.

Os assuntos (que são de interesse dos pais) discutidos no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres dizem respeito à real condição de aproveitamento de ensino aprendizagem em sala de aula. Desta forma, vê-se que a visão de “assunto” é fragmentada e não global.

Diretor da escola A: “Eu acredito que os pais querem que seus filhos sejam melhores que eles, tenham melhores oportunidades na vida, e vêm na escola um futuro melhor. Dessa forma, deve-se discutir nesses órgãos mecanismos com os quais a escola consiga parcerias efetivas com os pais, aprofundando discussões sobre “como” fazer na prática que os educandos realmente tenham melhores oportunidades que os pais. Isso tudo pode ser através de oficinas profissionalizantes, programas em parceria com órgãos públicos e empresas privadas, como estágios e 1º emprego, etc.”.

Diretor da escola B: “Assuntos que devem ser tratados são de organização pedagógica da unidade; de decisões na execução orçamentária com base nas prioridades estabelecidas nesses colegiados, indicadas pelos seus pares e de discussão das normas de convivência, tanto de professores-alunos, como aluno-aluno, enfim todos que convivem durante certo período na escola, amenizando assim os conflitos”.

PROFESSORES

Analisamos as entrevistas efetuadas com 4 professores: dois da escola A e dois da escola B. Apresentamos o roteiro das entrevistas na reunião de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). As coordenações de ambas as escolas nos permitiram que nós apresentássemos a pesquisa ao grupo de professores para que, voluntariamente, eles viessem a responder as nossas perguntas.

Os professores, receosos de que as informações dadas pelo depoimento chegassem ao diretor da escola, negaram-se a serem entrevistados. Garantimos que as entrevistas seriam sigilosas e que a identificação de todos seriam Professor 1, 2, 3 e 4, sendo o 1 e 2 da escola A e 3 e 4 da escola B.

Logo no primeiro dia já nos deparamos com uma grande dificuldade. Ao tocar o sinal da entrada, os professores foram se retirando o que inviabilizou a concretização das entrevistas. Desta forma, pedimos ao Coordenador Pedagógico do noturno que na próxima reunião de HTPC, pudéssemos falar com os professores individualmente, na esperança de que

um deles pudesse dispor de seu tempo para o depoimento das entrevistas. Assim, pudemos iniciar nosso trabalho.

Os professores 1 e 2 (escola A), são antigos no magistério. Eles se removeram para esta escola, que é central, há mais de dez anos. Na ocasião das entrevistas, a direção da escola estava passando por mudanças. O diretor anterior havia se aposentado. Um novo diretor veio por remoção trazendo, junto com ele, duas novas vice-diretoras. Como consequência havia, no interior do corpo de funcionários da escola, um clima de descontentamento pela saída das antigas vice-diretoras.

Os professores 3 e 4 (escola B) são professores mais novos no magistério, e atuam na periferia de Guarulhos. Diferente da escola A, aqui o diretor está há mais de dez anos no cargo.

Na entrevista preferimos usar as sigla CE e APM para Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres, respectivamente, já que fazem parte da linguagem dos docentes.

Ao perguntarmos o que os professores entendiam por participação da comunidade na escola, eles responderam que a escola deve estar envolvida com a sua comunidade. Eles também sentem a necessidade da parceria entre a escola e os pais de alunos:

- Professor 1 : “A escola nada é mais do que pais, professores e alunos escola. Uma escola não educa sozinha precisa da comunidade. O diretor não pode agir sozinho”;
- Professor 2 : “Em primeiro lugar a gestão escolar está em ascensão democrática com a participação da comunidade escolar e local, interferindo nas decisões da escola ou das pessoas que vêm dirigir”;
- Professor 3 : “Pais, alunos, professores, funcionários em busca de melhorias, sugerindo ou criticando”;
- Professor 4: “ A Comunidade deve estar interagindo em tudo que beneficia a escola e a comunidade deve estar envolvida no ambiente escolar”.

Quanto à opinião sobre a participação dos pais no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres, os professores, cautelosamente, responderam que estas duas instâncias, que representam colegiados, podem “fazer frente” a uma decisão arbitrária do diretor de escola (algum problema ou decisão que a direção venha tomar):

- Professor 1: “A presença dos pais na escola fortifica todo o processo de engajamento da escola para algumas decisões e principalmente no CE onde tomamos decisões que irão ocorrer modificações na escola e na APM e que mexe com o financeiro, saber como está sendo empregada a verba. Participação deve ser muito ativa”;
- Professor 2 : “A participação do colegiado é importante, usando-se o bom senso, que nem sempre tem nas decisões a serem tomadas no coletivo, pois muitas vezes impera a ordem absoluta do diretor”;
- Professor 3 : “Os pais devem ser co-colaboradores dos professores para a formação dos seus próprios filhos”;
- Professor 4 : “Tentar compreender os dois lados, o dos pais e o da escola, em caso de indisciplina de alunos agindo como mediador”.

Com a relação à legislação sobre a gestão democrática percebe-se que para os professores não houve modificação na presença ou não dos pais às reuniões. Já quanto à participação dos pais na escola após a LDB de 1996, as respostas são:

- Professor 1: “há maior participação, após a LDB/96 e a consciência por parte dos pais”;
- Professor 2 : “discordo, na época dos meus estudos os pais eram mais presentes, hoje não participam como deveriam e não ajudam o professor”;
- Professor 3 : “Com a LDB ocorreria descentralização passando as escolas terem mais autonomia com relação aos aspectos financeiros e administrativos”;
- Professor 4: “Precisaria haver mais comprometimento apenas a minoria se interessa uma presença maior é necessária para essa integração”.

No que concerne à importância que os professores atribuem à participação da comunidade na escola, as respostas foram:

- Professor 1 : “Resultar numa maior integração entre todos, onde a decisão seja de todos”;
- Professor 2: “De um modo geral as comunidades locais não estão amadurecidas para participarem de colegiados de suma importância que vão refletir num funcionamento futuro. Antigamente a comunidade reivindicava mais”;

- Professor 3: “A educação, a formação, (exemplo: escola da família) ajudam a melhorar a auto-estima dos pais. O financeiro é parte da escola. A participação da comunidade na escola tem que ser muito boa”;
- Professor 4: “A escola necessita do envolvimento da comunidade. É preciso conhecer os anseios da comunidade para trabalhar em benefício da comunidade, não só os anseios do diretor da escola”;

Vemos que todos os professores afirmam a importância do funcionamento pedagógico e administrativo. Este é priorizado em detrimento do financeiro e do material. Em nenhum momento das entrevistas falou-se em taxas para APM ou falta de materiais ou escolas necessitando de reformas; mas sim diálogo, compromisso, anseios da comunidade, integração de todos, sempre se referindo aos pais e à escola.

Com relação à viabilização da participação dos pais na escola:

- Professor 1: “Viabiliza através da escola da família e abre espaço para que participe do Conselho de Escola e APM”;
- Professor 2: “A U.E. tem o conselho de escola e APM. É realizada as reuniões periodicamente. A reunião APM por lei acontece por semestre e a CE a qualquer momento a critério do diretor”;
- Professor 3 : “As escolas trabalham muito bem este aspecto. Tenho experiência na escola de período integral e há participação do professores com a comunidade. Aqui parece melhor que lá”;
- Professor 4 : “São convocados para a reuniões de CE nos momentos de festas e eventos culturais”.

Segundo os professores, a viabilização da participação dos pais depende do diretor de escola. Há o desconhecimento da legislação em termos de ocorrência das reuniões durante o ano letivo.

Quando chegamos à pergunta do papel atribuído à APM e ao CE enquanto canais de participação formal, observamos que não há clareza do que é uma instituição auxiliar como estas duas instâncias. Para os professores entrevistados a APM cuida da parte financeira e o Conselho de Escola da parte de relacionamento e funcionamento da escola.

- O professor 1 não entendeu a questão. Ele explicitou a maneira que a escola convoca os seus pais de alunos, embora fora explicado o teor da pergunta, sobre os papéis da APM e do CE enquanto canais de participação formal na escola. Eis a resposta deste professor: “No caso de alunos e professores, através de convocação escrita e verbal, no caso de pais convocação escrita e telefonema. Quando vai através dos filhos (somente por bilhetes), pois, pode haver extravio”;
- Professor 2 definiu a APM como uma auxiliadora dos alunos, enquanto que o CE seria um auxílio à escola: “APM – é uma instituição de auxílio aos estudantes e o Conselho de Escola, de natureza deliberativa, se preocupa mais com problemas administrativos e pedagógicos traçando metas e objetivos a serem atingidos durante o ano letivo”;
- Professor 3 : “APM – Pais têm que estar presentes na escola, para assinar a papelada e o CE – é muito importante, ajuda a sanar as dificuldades que surgem no dia-a-dia em todos os aspectos em relação ao aprendizado. A organização, limpeza, melhorias para escola”;
- Professor 4 : “APM/CE são canais para decisões burocráticas e financeiras da escola”.

No que diz respeito às atribuições correspondentes à APM e ao CE, todos os professores referiram-se à primeira como uma gestão financeira, e à segunda como administrativa. Estas duas instâncias são vistas separadamente, e não como dois órgãos colegiados que dentro de suas estruturas estatutárias e regimentais tratam dos problemas e soluções como órgãos auxiliares da escola, conjuntamente com a direção .

- Professor 1 : “APM – decisões sobre melhorias e controle de gastos. CE – decisões referente à disciplina e ao corpo docente, por exemplo como acontece neste momento com mudanças na direção e o conselho aprova, se a vice-direção que ela sugere é adequada: será aceita ou não”;
- Professor 2 : “A U.E. se esforça ao máximo pela atribuições dessas instituições escolares, pelo funcionamento delas”;
- Professor 3 : “Praticamente já respondi na questão 6, a APM cuida dos aspectos materiais e os pais devem estar sempre presentes. O CE cuida da parte de aprendizado e da disciplina do aluno”;
- Professor 4 : “APM - Cuida da parte financeira através da compra de móveis e utensílios que são importantes para escola envolvendo a parte administrativa. Por

exemplo, decidir se a coordenadora deveria continuar ou não na escola. CE - Delibera sobre situações que podem ocorrer de bom ou não na escola”.

Na questão sobre a participação dos pais nas reuniões do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres, todos os professores entrevistados responderam que há participação, porém esta ainda é pequena:

- Professor 1: “Não, só uma parte dos pais membros do conselho participam. Os alunos que não são membros do conselho também participam quando há interesse no assunto da pauta. Eu considero que a participação, dos pais, alunos e professores, é marcante e primordial”;
- Professor 2 : “Sim, em número pequeno”;
- Professor 3 : “Há, porque faço parte da HTPC e dá para perceber como anda a organização e frequência dos pais, mais ou menos 50% a porcentagem de frequências”;
- Professor 4 : “Há, porque tem que haver uma porcentagem de pais, alunos e professores e funcionários da escola que participam do conselho para a votações. Mais ou menos 40% de presença dos pais”.

Na opinião dos professores, os impedimentos para a efetiva participação dos pais de alunos na escola e, em especial, nas instâncias formais de gestão colegiada da APM e do CE são: horário inadequado, uma grande distância entre a escola e a residência e falta de comunicação:

- Professor 1: “Maioria que não comparece deve ser por causa do trabalho e distância. Esta é uma escola cuja comunidade está na periferia”;
- Professor 2 : “Falta de tempo, vida corrida, sedentária, falta de vontade e a distância. Não temos uma comunidade local, pois 70% dos nossos alunos vem de outros bairros”;
- Professor 3: “Em minha opinião, quando não há um grande número de participantes é devido às falhas na comunicação, pois todos moram próximos à escola”;
- Professor 4: “Não há impedimento, simplesmente os pais não têm o hábito de participação de colegiados, eles participam de sociedade amigos de bairros, de igreja, solicitam coisas para o bairro mas participar do conselho de escola não”.

Quanto ao contorno da pequena participação dos pais nos órgãos colegiados, a maioria dos professores entrevistados concorda que as reuniões devam ocorrer em horários adequados aos pais de alunos:

- Professor 1: “Sugeriria que cada um comparecesse nos momentos que lhe forem possíveis. Por exemplo, se não pode vir de manhã venha à noite ou à tarde-flexibilidade de horários”;
- Professor 2: “Deveria ter um incentivo maior, mostrando aos pais a sua importância na tomada das decisões nestes conselhos”;
- Professor 3 : “Não considero pequena. Na maioria das vezes a adesão é de 60%”;
- Professor 4 : “Através da realização de eventos culturais e esportivos para a comunidade local passar a participar da U.E”.

As estratégias e as ações da escola com vistas a estimular a participação dos pais são a flexibilização de horários, informação e divulgação das reuniões:

- Professor 1 : “A escola flexibiliza os horários para facilitar a participação dos pais”;
- Professor 2 : “Convocações através de telefone, por escrito para não ter desculpa que não foram avisados”;
- Professor 3 : “Divulgação antecipada. Na maioria das vezes isto ocorre muito em cima da hora”;
- Professor 4 : “Realização de festas culturais (Festa Junina) e eventos para a comunidade pois o bairro, por ser de periferia, é carente de lazer, chamando para vir à escola”.

Não há temas pré-estabelecidos para ser discutido no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres. Na maioria das reuniões os assuntos envolvem problemas entre alunos e professores, comunidade e funcionários e estrutura do prédio:

- Professor 1: “No momento o que é discutido da pauta previamente elaborada é suficiente; devido ao pouco tempo para as discussões. Dar enfoque a assuntos com pouca importância faz com que as de maior importância sejam apressados, portanto selecionar mais os assuntos. Os assuntos que surgem na hora não devem ter tanto peso quanto os que estão na pauta”;
- Professor 2 : “A formação de uma escola de pais”;

- Professor 3 : “No meu pensamento deveria discutir o acompanhamento do pai para com as atividades do aluno. Procurando conhecer suas dificuldades, incentivando o filho a usar o uniforme, pois uma escola uniformizado é mais bem vista até pela própria sociedade”;
- Professor 4 : “Mostrar a importância que a família tem na vida estudantil e a diferença que ela faz quando é atuante e acompanha a vida escolar do seus filhos”.

PAIS

Entrevistamos dois pais da escola A e dois pais da escola B, num total de quatro entrevistas. Estas foram realizadas no final de junho de 2006, em escolas estaduais do Município de Guarulhos onde os pais entrevistados têm seus filhos matriculados este ano.

Segundo Paro (2000a, p.20) “Não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode torna-se realidade”. Com base nesta idéia, preocupamo-nos em realizar essa segunda pesquisa com os pais. Nosso objetivo foi de examinar e aprofundar as questões sobre a participação deles na Associação de Pais e Mestres e no Conselho de Escola. Além disso nos preocupamos em analisar os impedimentos e as possibilidades dessa participação nas duas instâncias já citadas. Tivemos esclarecimentos suficientes com a aplicação dos questionários utilizados nas entrevistas de 2004.

Para os pais, a participação da comunidade na escola é vista como a ajuda e contribuição que eles podem dar na melhoria da escola e no relacionamento desta com os pais de alunos.

- Pai 1: “Participar é bem além de vir nas reuniões do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres. A comunidade deve participar dos projetos e mutirões da escola”;
- Pai 2: “É a participação dos membros da família dos alunos, principalmente os pais em atividade na escola”;
- Pai 3: “Através de atividades extra-classe, os pais e a comunidade são envolvidos no processo pedagógico e administrativo”;
- Pai 4: “Entendo que é louvável, pois integra a comunidade local, alunos e funcionários formando um ambiente mais prazeroso de se encontrar”.

Há uma maior conscientização dos pais no que concerne à participação deles na APM e no CE. Na época em que aplicamos os questionários, a participação se resumia na ajuda e colaboração muito mais braçal do que intelectual. Hoje observamos diferentes respostas:

- Pai 1: “Bem ativa e movimentada”;
- Pai 2: “Deve ser forte e atuante, comprometida”;
- Pai 3: “Deve participar o máximo possível em todas as reuniões convocadas para estar sempre a par dos acontecimentos da escola”;
- Pai 4: “Tanto um como o outro, os pais devem participar para que tomem conhecimento das atividades que acontecem na escola”.

Houve certa dificuldade em saber da legislação vigente quando foi perguntado se na opinião dos pais houve mudanças na participação deles na escola após a LDB de 1996. Alguns entenderam que se tratava da relação dos pais com a escola após 1996:

- Pai 1: “Desculpe a minha ignorância, mas não sei do que se trata a LDB, mas acho que hoje em dia a participação é mais ativa embora a frequência seja menor”;
- Pai 2: “Para mim não houve alteração”;
- Pai 3: “Sim, a LDB articula com valores de respeito e liberdade, deixando nós, os pais, mais à vontade para falarmos com a direção, pois antes, os pais não conseguiam entrar na escola, os portões eram fechados e o acesso era mais difícil”;
- Pai 4 : Acho que mudou para melhor, pois agora os pais falam mais do que antes, que só escutavam o diretor falar”.

Quanto à importância atribuída à participação da comunidade na escola, todos concordam que esta é bem importante:

- Pai 1: “De suma importância para que as decisões na escola sejam transparentes”;
- Pai 2: “A integração escola-família”;
- Pai 3: “Desenvolver ações compartilhadas da comunidade local e equipe da escola”;
- Pai4: “Toda a participação da comunidade na escola é sempre bem-vinda, pois permite que os mesmos verifiquem pessoalmente de que forma são os tratamentos dados aos nossos filhos”.

A propósito de como a participação é viabilizada, sentimos que as escolas querem a presença dos pais e procuram alternativas positivas para isso, por exemplo, a presença dos pais nas reuniões:

- Pai 1: “Sempre através de reuniões e palestras”;
- Pai 2: “Positivamente, deixando os pais à vontade, dando liberdade para nós falarmos sobre todos os assuntos”;
- Pai 3: “A direção alterna os horários, turnos e dias de reuniões para que os pais possam participar mais”
- Pai 4: A direção dá total abertura à participação dos pais e da comunidade nesta escola”.

Há uma mistura de competência e atribuição na forma de como os pais vêem o papel que é atribuído à APM e ao CE enquanto canais da participação formal:

- Pai 1: “Para mim é difícil responder a esta questão, pois não tenho participação ativa e não sei como funciona”;
- Pai 2: “A APM decide sobre verbas e recursos da escola e o CE delibera”;
- Pai 3: “Uma APM e CE atuantes constituem uma definição da identidade de cada escola e do papel a serem desempenhado por elas”;
- Pai 4: “São meios mais importantes para esta finalidade de participação dos pais na escola. Importantes órgãos, se bem dirigidos”.

Quanto às atribuições que correspondem a cada um (APM e CE), os pais definem-nos como parte financeira e pedagógica, respectivamente:

- Pai 1: “Não sei responder, pois não faço parte nem de um nem de outro”;
- Pai 2: “Os membros da APM ficam responsáveis pela prestação de conta e distribuição da verba. Conselho é responsável pelas decisões extra-curriculares”;
- Pai 3: “APM: receber, definir e fiscalizar a aplicação de recursos financeiros destinados à escola e o CE : Propor, analisar e aprovar o projeto pedagógico da escola”;
- Pai 4: “APM é um órgão que vai cuidar da parte dos gastos das verbas e o Conselho é que toma as decisões para o que é que vai gastar”.

A participação dos pais nas reuniões de Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres é reduzida. Todos responderam que não há participação e deram inúmeros motivos particulares:

- Pai 1: “Não acompanho, logo não sei, mas tendo como parâmetro a reunião de pais (a bimestral) sobre os acompanhamento dos filhos eu vejo que a participação é pequena”
- Pai2: “Poucos pais participam”;
- Pai 3: “Não, a presença durante o ano vai rareando mais ainda”;
- Pai 4 : “Há participação mas poderia ser maior, pois os pais faltam muito nas reuniões”.

Segundo o ponto de vista dos pais, os impedimentos para sua efetiva participação na escola e, em especial, nas instâncias formais de gestão colegiada da APM e do CE, estão relacionados a fatores externos, especificamente ao cotidiano. Em nenhuma das respostas estes impedimentos estão relacionados à direção da escola:

- Pai 1: “Falta de conhecimento e comodismo por parte dos pais, às vezes até falta de comprometimento”;
- Pai 2: “Desinteresse dos próprios pais”;
- Pai 3: “A falta de integração aos anseios das famílias com os objetivos e metas da escola”;
- Pai 4: “Em minha opinião, este impedimento está ligado diretamente à responsabilidade social de cada um dos pais”.

Os pais afirmaram que há iniciativas positivas da direção em querer que eles participem mais das reuniões do que antigamente. A escola procura encontrar alternativas para contornar a pequena participação dos pais nos órgãos colegiados buscando estratégias de estímulo à participação:

- Pai 1: “Chamando os pais com mais frequência na escola, e a estratégia é o funcionamento do Programa da Família na escola e festas para a comunidade”;
- Pai 2: “A direção contorna comunicando-se mais com os pais, chamando os pais através do telefone, por bilhetes, e a Festa Junina, festa de regiões onde nascemos, cursos de pinturas, de sabonetes ajudam para trazê-los mais na escola”

- Pai 3 : “A direção conversa muito em todas as reuniões sobre a importância da participação dos pais na escola. Ela está sempre informando os pais sobre o que está fazendo com o dinheiro arrecadado e sobre os gastos com os recursos recebidos. Mantendo os pais informados faz com que haja mais interesse na participação”;
- Pai 4: “Acho que o diretor contorna graças ao seu jogo de cintura combinado com a competência da direção escolar”.

Finalizando a entrevista perguntamos sobre o que deve ser discutido no Conselho de escola e na Associação de Pais e Mestres que seja de interesse dos pais. As respostas estavam mais voltadas aos seus interesses pessoais imediatos do que aos interesses coletivos de bom funcionamento e a boa qualidade de ensino:

- Pai 1: “Deve ser discutido tudo aquilo que diz respeito aos interesses dos pais e com os seus filhos”;
- Pai 2: “Melhoria no nível dos professores, segurança, instalação, manutenção, atividades extra-curriculares, etc.”;
- Pai 3 : “Prioridades no uso dos recursos destinados a escola em como será utilizados para os nossos filhos, conservação do patrimônio escolar, etc.”;
- Pai 4: “Sobre as famílias dos alunos, que não tem dinheiro e estão desempregadas, e precisam de materiais escolares e uniformes”.

É bom ressaltar que em todas as entrevistas há a conscientização da importância da realização dos Conselhos de Escola e da Associação de Pais e Mestres como elos fortalecedores entre a escola e a comunidade, especialmente os pais de alunos. Embora a participação seja pequena, a presença dos pais nas reuniões não deve ser considerada insignificante.

O resultado das análises efetuadas a partir dos dados obtidos pelas entrevistas através das opiniões dos quatro professores sobre a participação dos pais de alunos às reuniões da Associação de Pais e Mestres e do Conselho de Escola, não significa uma generalização sobre o assunto.

CAPITULO III

1- Considerações finais

Após dez anos da existência da LDB (Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96) percebe-se uma pequena mudança na participação dos pais nas reuniões dos colegiados.

Embora esta participação seja pequena, para a nossa surpresa, ela é dinâmica. Os pais realmente participam das reuniões e das discussões. Quando a direção quer influenciar, em alguns momentos, às opiniões dos pais, estes se colocam e pontuam as questões de forma participativa, levantando hipóteses que só quem participa e atua efetivamente podem levantar.

Os pais, ao participarem como executores de algumas funções (ajudar na limpeza, auxiliar como inspetor de alunos, ajudar na cozinha), que são funções inerentes a que o Estado deve atender e executar nas escolas públicas, ao mesmo tempo vão adquirindo informações sobre o funcionamento do administrativo e pedagógico e sobre os problemas do cotidiano escolar.

Os pais presentes no dia-a-dia da escola se apropriam das questões problemáticas da unidade escolar, conscientizando-se e expondo suas idéias de forma a sugerir, opinar e decidir, com os membros escolares.

Mas é preciso considerar alguns condicionantes externos à unidade escolar e sua relação de interdependência com os condicionantes internos a ela.

Em relação aos condicionantes de participação, Paro (2000, p.273) afirma que a participação é geralmente determinada pelos seguintes elementos:

- 1) Os condicionantes econômico-sociais ou as reais condições de vida da população, à medida que tais condições proporcionam tempo, condições materiais e disposição pessoal para participar;
- 2) Os condicionantes culturais ou a visão das pessoas sobre a viabilidade e a possibilidade da participação, movidas por uma visão de mundo e de educação escolar que lhes favoreça ou não a vontade de participar;
- 3) Os condicionantes institucionais ou os mecanismos coletivos, formalizados ou não, presentes em seu ambiente social mais próximo dos quais a população pode dispor para encaminhar sua ação participativa.

A participação comunitária na escola depende dos múltiplos interesses dos grupos que ali interagem, bem como dos condicionantes materiais, institucionais e ideológicos, que devem ser interdependentes aos condicionantes de participação externos à unidade escolar (PARO, 2000, p.300).

Paro (2001), em seu livro “Escritos sobre a Educação”, escreve com muita propriedade :

“ Para responder às exigências de qualidade e produtividade da escola pública, a gestão democrática deverá realizar-se plenamente em seu caráter mediador. Ao mesmo tempo, consentânea com as características dialógicas da relação pedagógica, deverá assumir a forma democrática para atender tanto ao direito da população ao controle democrático do Estado quanto à necessidade que a própria escola tem da participação dos usuários para bem desempenhar suas funções”. (PARO 2001, p.99),

2- Conclusão

Após a realização da pesquisa e analisando os resultados, constatamos que nas escolas pesquisadas há a participação dos pais. Esta ocorre formalmente na forma de colegiados (Associação de Pais e Mestres e Conselho de Escola) e nas reuniões de pais e professores de forma qualitativa, pois expressa o interesse dos pais, embora, em algumas das escolas, não sejam acatadas as suas vontades.

A escola possui mecanismos de estímulo de participação como festas, eventos, passeios, cultos ecumênicos e atualmente, o que mais foi comentado, é o Projeto Família na escola. Este programa foi instituído pelo Governo do Estado de São Paulo. Devido à falta de lazer nos bairros, as famílias comparecem para os diversos cursos proporcionados como tricô, informática, danças, artesanatos, pinturas, etc.

Segundo nossas observações, o acolhimento dos pais pela escola (principalmente no que diz respeito aos funcionários da secretaria da escola) não é boa. Não há receptividade.

Entretanto a direção e os professores estimulam a participação, porém há sempre interesses administrativos por trás.

Os membros dirigentes dos órgãos colegiados da escola atribuem à falta de participação e o baixo interesse dos pais nas reuniões por diversos motivos: os horários de reuniões, a falta de tempo, o desinteresse e o não compromisso com a escola. Eles não atribuem a falta de estímulos por parte dos professores e direção.

Observamos que as escolas estimulam a participação dos pais mais com interesse formal e legal do que o interesse na divisão de responsabilidades e delegação das funções existentes na Associação de Pais e Mestres, ficando a parte burocrática centralizada nas mãos dos membros da escola e a parte da execução das ações aos pais para a sua realização.

Podemos constatar, de acordo com as nossas observações nos registros de atas de reuniões, que os pais participam com mais freqüência hoje do que antes da LDB, apesar dos vários contra-tempos e dificuldades em poder freqüentar as reuniões. A vida familiar e profissional dos pais constitui um obstáculo para a participação na escola, além de que o cotidiano das famílias é muito agitado.

As decisões do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres são tomadas em nome desses colegiados e os pais são cientificados sobre essas decisões.

Os pais conseguem emitir suas opiniões durante as reuniões, porém o que ainda existe é a cultura da polarização: de um lado a opinião dos pais e do outro a opinião dos membros da escola (professores, funcionários e direção) que Avancini (1990) citou em seu trabalho de mestrado.

Os assuntos priorizados pelos pais são: informações a respeito dos processos de avaliação das instituições para a melhoria da qualidade de ensino, a formação dos alunos em ciclos, o relacionamento aluno e professor em classe, a falta de estímulos e incentivos para o hábito do estudo no processo de ensino e de aprendizagem. Infelizmente as escolas tratam mais dos assuntos sobre aplicação e prestação de contas das verbas das escolas do que os assuntos que os pais consideram que deveriam ser tratados.

Nas nossas observações, constatamos ainda que os pais queiram colaborar com a escola, mas não sabem como fazê-lo pois a escola ainda mantém certa distância no relacionamento com a família. A maior causa para os impedimentos da efetiva participação dos pais é a própria escola.

Segundo Bordenave (1994, p. 61) “a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte de convivência democrática”.

O fenômeno da participação dos pais ou não na escola, seus impedimentos e possibilidades, “ é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder” (BORDENAVE, 1994, p.77).

Concluimos que os impedimentos da participação dos pais nas reuniões dos colegiados e dos órgãos da escola envolvem os condicionantes ideológicos internos e externos à escola e avança para um processo de uma prática real de participação.

Esse processo da prática real de participação dos pais nas escolas públicas estaduais é lento e gradativo, mas o seu funcionamento positivo será transformador na melhoria da educação pública.

Segundo a investigação de Avancine (1990) aponta uma esperança de que o funcionamento adequado do órgão colegiado venha ser um importante fator de “alavancar” a melhoria na escola, além de possibilitar a prática participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria de Lourdes G. **Possibilidades e desafios de Gestão democrática em Escola Pública (contexto paulistano de 89-92)**. São Paulo: PUC/SP, 1993. (Dissertação em Mestrado)
- ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar**. São Paulo: Cortez, 2002. (Instituto Paulo Freire)
- AVANCINE, Sérgio L. **Daqui ninguém nos tira: mães na gestão colegiada da escola pública**. São Paulo: PUC/SP, 1990. (Dissertação de Mestrado)
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BORDENAVE, Juan E Diaz.. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96. 1996.
- CAÇÃO, Maria Izaura. **Administração da escola pública estadual: exercício solitário ou solidário**. Campinas: UNICAMP, 1989. (Dissertação em Mestrado: administração e supervisão educacional)
- CALIL, Elisa Silingowschi. **Escola sem Grade: Um passo além da participação comunitária**. São Paulo: PUC, 1994. (Dissertação de Mestrado em Supervisão e Currículo)
- COSTA, Marcos A. F.; COSTA, Maria de Fátima B. da. **Metodologia da Pesquisa: conceitos e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson, 1943. **Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1992.
- _____. **A Democracia como valor universal e outros ensaios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Desafios Modernos da Educação**, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FERNANDES, Mônica Abranches. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. Campinas: UNICAMP, 1998. (Dissertação de Mestrado em Educação: Administração e Supervisão educacional)
- FREIRE, Paulo F. **A Educação na Cidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

- _____. **Educação como Prática de Liberdade**. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.
- _____. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em Educação Popular**. 6ª ed. São Paulo: Vozes, 2001a.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001b.
- FREM, Sandra Ap. **Obstáculos e possibilidades para uma gestão democrática participativa na escola Estadual de 1º Grau**. Campinas: UNICAMP, 1989. (Dissertação de Mestrado)
- GADOTTI, Moacir. “Pressupostos do projeto pedagógico”. In: **MEC - Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília: 28/02 a 02/09/1994.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2000.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário**. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Nova Fronteira 1983.
- LUDKE, Menga...[et al]. **Professor e a pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Papyrus, 2004.
- LIKERT, Rensis. **Novos padrões de administração**. São Paulo: editora Pioneira, 1971.
- MAFRA, Edite Soares. **Política Educacional em Minas Gerais: a autonomia da escola e a participação da comunidade escolar na Gestão da Escola Pública Estadual (1983 a 1994)**. São Paulo: PUC, 1996. (Dissertação de Mestrado :Supervisão e Currículo)
- MARTINS, Angela Maria. **Auto gestão da escola pública: entre a tese a teoria e a prática**. Campinas: UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado)
- OLIVEIRA, Ana Angélica Rodrigues. **A eleição para Diretores e a gestão democrática a escola pública: uma reflexão sobre suas possibilidades e limitações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- NOGUEIRA, Martha Guanaes. **Supervisão Educacional: a questão política**. São Paulo: Loyola, 1989.
- PARO, Vitor H. **Escrito sobre a Educação**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2001 a
- _____. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2001b.
- _____. **Por dentro da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Xamã, 2000 a.
- _____. **Qualidade do ensino: à contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000b.

- PUTERMAN, Jacob. **O papel do Diretor de Escola no inter-relacionamento escola/comunidade**. Campinas: UNICAMP, 1983. (Dissertação de mestrado)
- RICHARDSON, Roberto Jarry ; colaboradores José Augusto de Souza Pres... (et.al.). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3^a ed. E ampliada. São Paulo: Atlas S.A., 1999.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: Para além da curvatura da vara**. 25 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SEVERINO, Antonio J. **Metodología do trábalo científico**. 21^a ed revista ampliada. São Paulo, Cortez, 2001.
- SILVA, Jair M. da. **A autonomia da escola pública: a re humanização da escola**. São Paulo, Papirus 1996.
- SOUZA, Paulo N. P.; SILVA, Eurides B. da. **Como entender e aplicar a Nova LDB: lei n. 9394/96**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- TOGNARELLI, Vanda Rutkowski. **Entre sombras e luzes da baixada: a construção da escola pública**. São Paulo: PUC, 1993. (Dissertação Mestrado em supervisão e currículo)
- TURRA, Clódia Maria Godoy; ENRICONE, Délcia; SANT'ANNA, Flávia Maria. **Planejamento de ensino e avaliação**, Porto Alegre:Sagra Editora, 1975.
- VALERIEN, Jean. (versão em francês); DIAS, José Augusto (adaptação versão brasileira). **Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento**. 8^a ed. São Paulo: Cortez. Paris: UNESCO; Brasília: MEC, 2002.
- VON GAL, Maria de Lourdes Gallo. **Conselho de Escola. A participação da Comunidade na Gestão Administrativa e pedagógicos da Escola Pública Paulista de 1º Grau**. São Paulo: USP.1991 (Dissertação de Mestrado).

ANEXOS

I - O mapa do Município de Guarulhos,

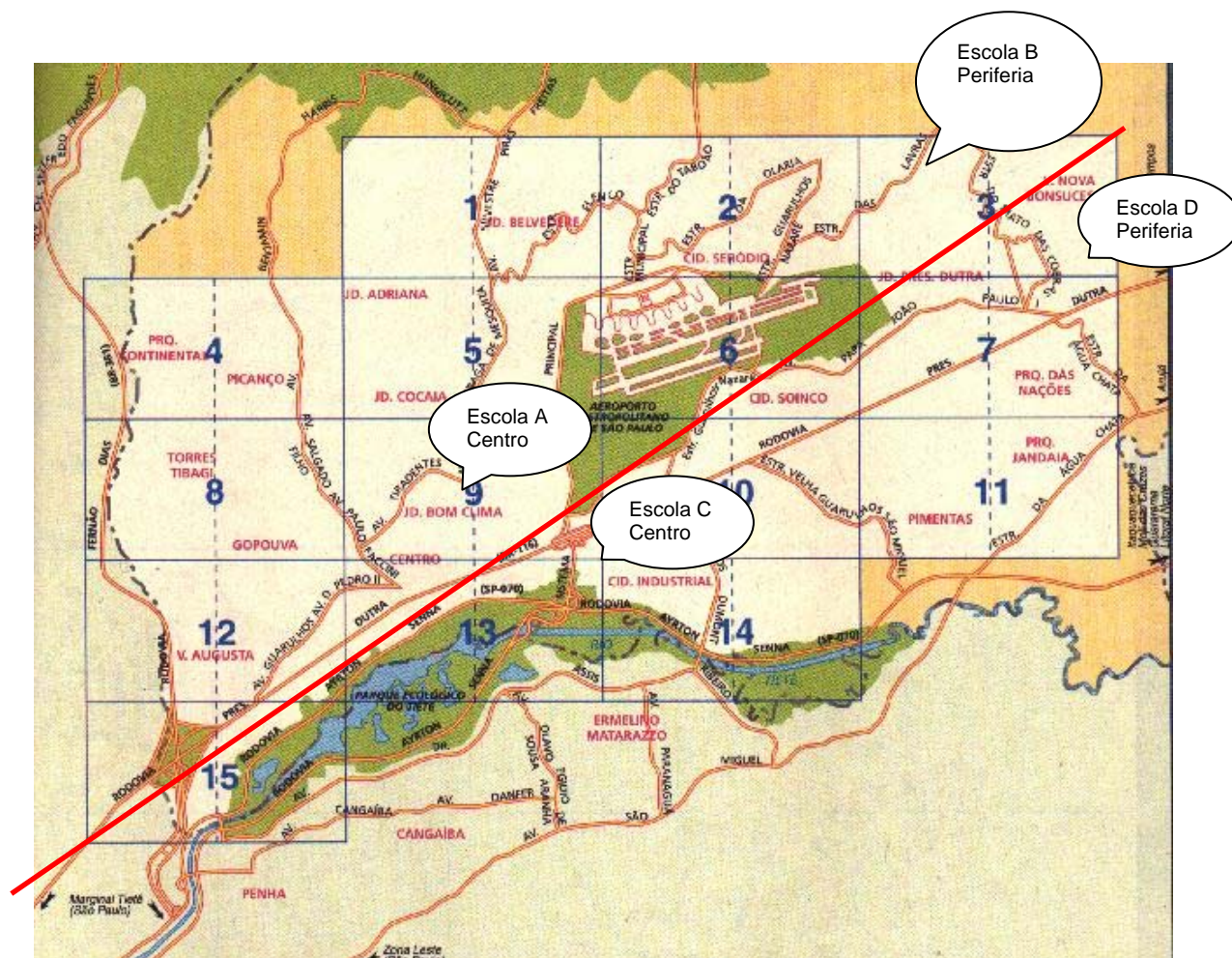
II - Questionário

III - Roteiro da entrevista

IV - Tabulação dos dados dos questionários,

V – Análise das Atas da escola A de 1985 a 2006.

ANEXO I - O MAPA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS



ESCOLAS PESQUISADAS:

— Linha imaginária dividindo Guarulhos em duas diretorias de ensino.

As escolas estaduais A e B pertencem a Diretoria de Ensino Região Guarulhos Norte.
As escolas estaduais C e D pertencem a Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul

ANEXO II - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS DE ALUNOS

O presente questionário visa levantar na opinião dos pais de alunos da escola pública, os impedimentos ou contribuição para a sua efetiva participação na escola e, em especial, nas instâncias formais de gestão coletiva (colegiada) da escola. Destina-se a elaboração de uma dissertação de mestrado a ser apresentada a Universidade Nove de Julho -UNINOVE, como requisito parcial ao título de mestre. Sendo assim gostaria de agradecer sua disponibilidade em responder o questionário abaixo.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

1- CARACTERIZAÇÃO

1) GENERO

- Feminino
- Masculino

2) FAIXA ETARIA

- Até 25 anos
- De 26 a 35 anos
- De 36 a 45 anos
- Mais de 45 anos

3) ESTADO CIVIL

- Casado
- Solteiro
- Divorciado
- Viúvo
- Outros

4) ESCOLARIDADE

- 1º grau incomp
- 1º grau compl
- 2º grau incomp
- 2º grau compl
- Superior incompl
- Superior compl
- Mestrado
- Doutorado

5) QUAL A SUA PROFISSÃO:

- Do lar
- Domestica
- Professora
- Secretária
- Agente escolar

- Coordenadora
- Bibliotecária
- Motorista
- Autônomo
- Encarregado de produção
- Vendedor
- Agente penitenciário
- Recepcionista
- Operadora de máquina
- Rádio operadora

6) QUAL A RENDA FAMILIAR?

- 6^a - 1 sal. mínimo
- 6b De 1 a 2 sal.mínimo
- 6c De 3 a 5 sal mínimo
- 6d De 5 a 10 sal mínimo
- 6e + 10 sal mínimo

7) Quais tipos de lazer você pratica com maior frequência ? (TV, esportes, viagens, teatro, shows, cinema, outros)

- TV
- Esporte
- Viagem
- Teatro
- Shows
- Cinema
- Outros:

8) N°. de filhos: _____

9) Qual a idade do(s) seu(s) filho(s):

- 0 à 10 anos
- 11 à 20 anos
- 21 à 30 anos

10) Quantos estão matriculados nesta escola?

- 0 à 10 anos
- 11 à 20 anos
- 21 à 30 anos

11) Seus filhos estudam na escola:

- 11^A • Estadual
- 11B • Municipal
- 11C • Particular
- 11 D • Fora da escola

12) Você participa de algumas entidade, associação ou sindicato?

- 12^A Sindicato
- 12B Soc A de Bairros
- 12C Partido Político
- 12D Igreja
- 12E ONG's
- 12F Não participo
- 12G Outros. Quais?

Obs: alguns pais poderão responder que participam em mais de uma respostas.

2- SOBRE A ESCOLA DO SEU FILHO

13) Distância entre sua residência e esta escola:

- 10 m à 500m
- 501 m à 1 km
- 1,1km à 2 km
- 2,1 km à 3 km
- + de 3 Km

14) A escola tem associação de pais e mestres?

- SIM
- NÃO

15) A escola tem Conselho de Escola?

- SIM
- NÃO

SOBRE A ESCOLA DO SEU FILHO

16) Você é membro (dirigente) da:

- É membro da APM
- É membro do CE
- Não sou dirigente de nenhum desses.

17) Na sua opinião qual é a melhor forma de comunicação com a escola?

- Contatos pessoais sem formalidades
- Reuniões individuais com professores
- Reuniões entre pais e professores
- Circulares
- Outras. Quais?

18) Você conhece o Regimento da escola onde seu(s) filho(s) estuda(m)?

- SIM
- NÃO

Se você respondeu sim:

- já recebi e li
- já recebi mas não li

19) Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola onde seu(s) filho(s) estuda(m)?

- SIM
- NÃO

20) Existem reuniões com os pais na escola do seu(sua) filho(a)?

- (sim)
- (não)
- (Não sei)

21) Se existe, qual ?

- APM
- CE
- Reunião de pais E prof?
- Não sei responder.

22) Quais reuniões que o Sr. ou a Sra. frequenta na escola de seu(s) filho(s)?

- APM
- CE
- Reunião de pais/professores
- Festas, eventos e comemorações (atividades informais.)
- Todas
- Nenhuma

23) Com qual frequência você participa das reuniões de pais com professores?

- Sempre
- Quase Sempre
- Raramente
- Nunca

Por que ? _____

24) Se você respondeu raramente ou nunca, como você acompanha o desenvolvimento e a frequência do(s) seu(s) filho(s) na escola?

- pelo boletim
- por informações do próprio filho

- telefone para a escola
- envio e recebo recados
- não acompanho
- outros. Quais

3- SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO:

25) Por que você **participa** da APM ou do CE?

- Porque gosto
- Acho importante.
- Me interessam os assuntos da administração pedagógica da escola
- Horários são adequados para as reuniões
- Os professores incentivam
- O diretor da escola incentiva
- Para ficar a par dos problemas da escola
- Não participo
- Outros. Quais?

26) Por que você **não participa** da APM e do CE?

- Por que trabalho.
- Por falta de tempo
- Pelos horários inadequados instituídos pela escola para as reuniões
- A escola não estimula
- Não me interessa por nenhum assunto administrativo ou pedagógico da escola
- Não me diz respeito como a escola trabalha

27) Como você acha que deve ser a participação dos pais na escola?

- Colaboração com dinheiro
- Só quando chamado pela escola
- Colaborar com a manutenção e limpeza e nas festas e eventos da escola.
- Estando sempre presente na escola.
- Dar sugestões, opinar, votar e tomar decisões junto com a escola.
- Outros:

28) Na sua opinião as **Reuniões de APM** são:

- Tenho dificuldade em entender os assunto tratados.
- Sempre a mesma coisa, discute-se muito e não se decide nada.
- Sem discussões e sugestões, apenas ouvimos e votamos
- Boas, dinâmicas, com discussões, sugestões e votação.
- Não compareço, por isso não sei.
- Outros. Quais?

29) Na sua opinião as **Reuniões de Conselho de Escola** são:

- Tenho dificuldade em entender os assunto tratados.
- Sempre a mesma coisa, discute-se muito e não se decide nada.
- Sem discussões e sugestões, apenas ouvimos e votamos
- Boas, dinâmicas, com discussões, sugestões e votação.
- Não compareço, por isso não sei.
- Outros. Quais?

30. Quais são os fatores que você identifica como **facilitadores** da sua participação na escola em que seu(s) filho(s) estuda(m)?

31. Quais são os fatores que você identifica como **dificultadores** da sua participação na escola em que seu(s) filho(s) estuda(m)?

32. Quais são, na sua opinião, as funções da APM na escola?

33. Quais os fatores **motivadores** para a participação na APM?

34. Quais os fatores **dificultadores** para a participação na APM?

35. Quais são, na sua opinião, as funções do Conselho de Escola?

36. Quais os fatores **motivadores** para a participação no Conselho de Escola?

37. Quais os fatores **dificultadores** para a participação no Conselho de Escola?

38. Como você avalia a participação dos pais hoje na escola onde seu(s) filho(s) estuda(m)?

- má
- Regular
- boa
- Ótima

Justifique: _____

39. Como tem ocorrido a participação dos pais na escola?

de maneira tranqüila e com boa integração com a direção e com os professores

de maneira tranqüila mas sem integração com a direção e com os professores

de maneira conflituosa e sem integração com a direção e com os professores.

40. Você acha que a escola estimula a participação dos pais nas decisões importantes?

SIM

NÃO

Justifique: _____

41. Dê exemplos de ações da escola que são **estimuladoras** da participação dos pais.

42. Dê exemplos de ações da escola que são **desestimuladoras** da participação dos pais.

43. Como você se sente quando vai à escola?

Todos os membros da escola (direção, professores e funcionários) são afáveis, recebem bem os pais e procuram resolver os seus problemas.

Somente alguns membros da escola recebem bem os pais

Os membros da escola são, em geral, pouco ou nada receptivos com os pais.

A escola é totalmente aversiva com os pais

44. O espaço abaixo é reservado para você fazer as observação que julgar necessárias em complementação às questões anteriores.

ANEXO III – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. O que o Sr.(a) entende por participação da comunidade na escola?
2. Como o Sr.(a) acha que deve ser a participação dos pais nos Conselhos de Escola e na Associação de Pais e Mestres?
3. O Sr.(a) acha que houve mudanças no que concerne a participação dos pais na escola após a LDB de 1996 ?
4. Qual é a importância que o Sr.(a) atribui à participação da comunidade na escola?
5. Como na sua escola se viabiliza essa participação?
6. Qual é o papel que o Sr.(a) atribui à APM e ao CE enquanto canais da participação formal?
7. Quais são as atribuições que correspondem a cada uma destas duas instâncias (APM e CE) nesta escola?
8. Há a participação dos pais nas reuniões do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres ? Justifique
9. Na opinião de diretores, professores e funcionários da escola pública, quais são os obstáculos para a efetiva participação dos pais de alunos na escola e, em especial, nas instâncias formais de gestão colegiada da APM e CE?
10. Como o Sr.(a) contorna a pequena participação dos pais nos órgãos colegiados ?
11. Quais tem sido as estratégias e as ações da escola no que diz respeito a estimulação da participação dos pais ?
12. O que deve ser discutido no Conselho de Escola e na Associação de Pais e Mestres que seja de interesse dos pais?

ANEXO IV - TABULAÇÃO DE DADOS DOS QUESTIONÁRIOS

1- CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

1) GENERO

	1ª Questão	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
1a	Fem	8	8	10	10	36
1b	Masc	2	2	0	0	04

2) FAIXA ETARIA

	2ª Questão	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
2a	Até 25 anos	0	0	0	0	0
2b	De 26 a 35 anos	0	1	5	3	9
2c	De 36 a 45 anos	6	5	5	6	22
2d	Mais de 45 anos	4	4	0	1	9

3) ESTADO CIVIL

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
3a	Casado	5	9	9	9	32
3b	Solteiro	2	1	1	1	5
3c	Divorciado	3	0	0	0	3
3d	Viúvo	0	0	0	0	0
3e	Outros	0	0	0	0	0

4) ESCOLARIDADE

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
4a	1º grau incomp	3	1	1	0	5
4b	1º grau compl	2	0	2	1	5
4c	2º grau incomp	1	1	2	3	7
4d	2º grau compl	3	4	5	2	14
4e	Superior incomp	1	0	0	0	1
4f	Superior compl	0	4	0	4	8
4g	Mestrado	0	0	0	0	0
4h	Doutorado	0	0	0	0	0

5) QUAL A SUA PROFISSÃO:

QUESTÃO 05	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
Do lar	3	2	6	4	15
Domestica	4	0	0	1	5
Professora	1	0	0	3	4
Secretária	0	1	0	1	2
Agente escolar	0	1	0	1	2
Coordenadora	0	1	0	0	1
Bibliotecária	0	1	0	0	1
Motorista	1	0	0	0	1
Autônomo	1	0	1	0	2
Encarregado de	0	1	0	0	1

produção					
Vendedor	0	2	0	0	2
Agente penitenciário	0	1	0	0	1
Recepcionista	0	0	1	0	1
Operadora de máquina	0	0	1	0	1
Radio operadora	0	0	1	0	1

5.1 VOCE EXERCE ATUALMENTE?

Sim = 25

Não= 15

6) QUAL A RENDA FAMILIAR?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
6 ^a	- 1 sal. mínimo	0	0	0	0	0
6b	De 1 a 2 sal.mínimo	5	1	3	0	9
6c	De 3 a 5 sal mínimo	4	5	3	9	21
6d	De 5 a 10 sal mínimo	0	4	4	1	9
6e	+ 10 sal mínimo	1	0	0	0	1

7) Quais tipos de lazer você pratica com maior frequência ? (TV, esportes, viagens, teatro, shows, cinema, outros)

Questões 07:	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D	TOTAL
TV	9	8	6	9	32
Esporte	0	1	0	0	1
Viagem	0	1	2	0	3
Teatro	1	0	0	0	1
Shows	0	0	0	0	0
Cinema	0	0	1	1	2
Outros:	0	0	1	0	1

8) N°. de filhos:

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
8 ^A	Filhos	29	22	23	23	97
	Média de filhos por respondentes	2,9	2,2	2,3	2,3	2,4

9) Qual a idade do(s) seu(s) filho(s):

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
9 ^A	0 à 10 anos	2	2	13	6	23
	11 à 20 anos	24	13	9	16	62
	21 à 30 anos	3	5	1	1	10

10) Quantos estão matriculados nesta escola?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
10 ^A	Matriculados	11	14	12	15	52

11) Seus filhos estudam na escola:

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
11 ^A	Estadual	11	14	12	15	52
11B	Municipal	0	1	0	0	1
11C	Particular	0	0	0	0	0
11 D	Fora da escola	18	5	11	8	42

12) Você participa de alguma entidade, associação ou sindicato?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
12 ^A	Sindicato	2	1	1	4	8
12B	Soc A de Bairros	0	0	0		0
12C	Partido Político	1	1	0		2
12D	Igreja	3	6	5	3	17
12E	ONG's	0	0	0		0
12F	Não participo	5	4	4	3	16
12G	Outros. Quais?	1 APAE	0	1 Pastoral		2

Obs: alguns pais responderam que participam em mais de uma resposta.

2- SOBRE A ESCOLA DO SEU FILHO

13) Distância entre sua residência e esta escola:

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
13 ^a	10 m à 500m	1	3	5	3	0
	501 m à 1 km	1	3	4	2	0
	1,1km à 2 km	0	1	1	3	0
	2,1 km à 3 km	4	2	0	1	0
	+ de 3 Km	4	1	0	1	0

14) A escola tem associação de pais e mestres?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
14 ^a	SIM	10	10	10	10	40
14b	NÃO	0	0	0	0	0

15) A escola tem Conselho de Escola?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
15 ^A	SIM	10	10	10	10	40
15B	NÃO	0	0	0	0	0

SOBRE A ESCOLA DO SEU FILHO

16) Você é membro (dirigente) da:

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
16 ^A	É membro da APM	4	2	2	4	12
16b	É membro do CE	3	1	4	2	10
16C	Não sou dirigente de nenhum desses.	6	8	5	5	24

Obs: Existem pais que simultaneamente pertencem a APM e ao CE

17) Na sua opinião qual é a melhor forma de comunicação com a escola?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
17 ^a	Contatos pessoais sem formalidades	2	3	3	4	12
17b	Reuniões individuais com professores	0	4	0	0	0
17c	Reuniões entre pais e professores	8	7	7	8	30
17d	Circulares	0	4	0	0	4
17e	Outras. Quais?	0	0	1	0	1

Obs: Os pais responderam marcando 2 ou mais resposta

18) Você conhece o Regimento da escola onde seu(s) filho(s) estuda(m)?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
18 ^a	SIM	6	8	9	5	28
18b	NÃO	4	2	1	5	12

Se você respondeu sim:

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
18 ^a 1	já recebi e li	4	7	9	3	23
18 ^a 2	já recebi mas não li	2	1	0	2	5

19) Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola onde seu(s) filho(s) estuda(m)?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
19a	SIM	5	8	8	5	26
19b	NÃO	5	2	2	5	14

20 Existem reuniões com os pais na escola do seu(sua) filho(a)?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
20a	(sim)	10	9	9	10	38
20b	(não)	0	0	0	0	0
20c	(Não sei)	0	1	1	0	2

21 Se existe, qual ?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
21 ^a	APM	3	7	6	6	22
21b	CE	2	7	4	4	17
21c	Reunião de pais E prof?	9	8	9	9	35
21d	Não sei responder.	0	1	1	0	2

Obs: houve mais de 1 resposta

22) Quais reuniões que o Sr. ou a Sra. frequenta na escola de seu(s) filho(s)?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
22 ^a	APM	0	3	1	3	7
22b	CE	1	1	2	2	6
22c	Reunião de pais/professores	9	7	9	10	35
22d	Festas, eventos e comemorações (atividades informais.)	1	5	6	4	16
22e	Todas	1	2	0	0	3
22f	Nenhuma	0	1	1	0	2

Obs; houve mais de uma resposta.

23) Com qual frequência você participa das reuniões de pais com professores?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
23 ^a	Sempre	9	6	8	9	32
23b	Quase Sempre	0	3	1	1	5
23c	Raramente	1	1	0	0	2
23d	Nunca	0	0	1	0	2

Por que ?

	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D
1	Não respondeu	Não respondeu	Necessito saber o comportamento da minha filha	Tudo que diz respeito aos meus filhos são de meus interesses
2	Não respondeu	Não respondeu	Para saber o andamento escolar	Para acompanhar de perto o rendimento
3	Acompanhar minha filha	Não respondeu	Por que trabalho	Não respondeu
4	Não respondeu	Não respondeu	Acho importante	Não respondeu
5	Não respondeu	Falta de tempo	Por que tenho prazer de acompanhar	É importante participar da vida dos filhos
6	Importante	Não respondeu	Não respondeu	Porque é importante
7	Não respondeu	Por que tudo que se refere ao meu filho é importante para mim	Não recebo bilhetes	Me interesse pela educação de meu filho
8	Não respondeu	Não respondeu	É importante	Não respondeu
9	Desencontro de horário	Não respondeu	É importante	Acho importante a união entre pais e professores
10	Não respondeu	Não respondeu	Acho muito importante	Acho muito importante e necessário

24) Se você respondeu raramente ou nunca, como você acompanha o desenvolvimento e a frequência do(s) seu(s) filho(s) na escola?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
24 ^A	pelo boletim	1	0	0	0	1
24b	por informações do próprio filho	1	0	1	0	1
24c	telefone para a escola	0	0	0	0	0
24d	envio e recebo recados	0	0	0	0	0
24e	não acompanho	0	1	0	0	0
24f	outros. Quais	0	0	0	0	0

3- SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO:

25) Por que você **participa** da APM ou do CE?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
25 ^a	Porque gosto	0	1	3	1	5
25b	Acho importante.	2	4	4	4	14
25c	Me interessam os assuntos da administração pedagógica da escola	1	2	3	1	7
25d	Horários são adequados para as reuniões	0	1	0	0	1
25e	Os professores incentivam	0	0	0	2	2
25f	O diretor da escola incentiva	1	0	3	1	5
25g	Para ficar a par dos problemas da escola	4	3	4	4	15
25h	Não participo	3	4	4	4	15
25i	Outros. Quais?	0	0	0	01	0

Obs: houve pais que responderam mais de 1 item

26) Por quê você **não participa** da APM e do CE?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
26a	Por que trabalho.	3	5	3	0	11
26b	Por falta de tempo	5	3		2	10
26c	Pelos horários inadequados instituídos pela escola para as reuniões	2	1	0	0	3
26d	A escola não estimula		1		1	2
26e	Não me interesso por nenhum assunto administrativo ou pedagógico da escola	5	0	2	0	7
26f	Não me diz respeito como a escola trabalha	7	0	0	1	8

27) Como você acha que deve ser a participação dos pais na escola?

	Questões	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	TOTAL
27 ^a	Colaboração com dinheiro	0	1	0	0	1
27b	Só quando chamado pela escola	0	1	0	0	1
27c	Colaborar com a manutenção e limpeza e nas festas e eventos da escola.	0	0	1	5	6
27d	Estando sempre presente na escola.	6	6	4	6	22
27e	Dar sugestões, opinar, votar e tomar decisões junto com a escola.	4	2	10	4	20
27f	Outros:	0	0	0	0	0

Obs: houve mais de uma resposta

28 Na sua opinião as **Reuniões de APM** são:

	Questões	ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA	TOTAL
28 ^a	Tenho dificuldade em entender os assunto tratados.	0	0	1	2	3
28b	Sempre a mesma coisa, discute-se muito e não se decide nada.	0	2	2	0	4
28c	Sem discussões e sugestões, apenas ouvimos e votamos	1	0	0	1	2
28d	Boas, dinâmicas, com discussões, sugestões e votação.	3	4	5	1	13
28e	Não compareço, por isso não sei.	6	4	3	6	19
28f	Outros. Quais?	0	0	0	1	1

29. Na sua opinião as **Reuniões de Conselho de Escola** são:

	Questões	ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA	TOTAL
29 ^a	Tenho dificuldade em entender os assunto tratados.	1	0	0	1	2
29b	Sempre a mesma coisa, discute-se muito e não se decide nada.	0	1	2	2	5
29c	Sem discussões e sugestões, apenas ouvimos	1	0	0	0	1

	e votamos					
29d	Boas, dinâmicas, com discussões, sugestões e votação.	2	4	4	3	13
29e	Não compareço, por isso não sei.	6	3	4	4	17
	Outros. Quais?	0	1	0	0	0

30. Quais são os fatores que você identifica como **facilitadores** da sua participação na escola em que seu(s) filho(s) estuda(m)?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	A educação e gentileza dos professores, o grau de esclarecimentos dos professores e a integração com os pais dos colegas de minha filha	Abertura dada pela escola. O diálogo com os professores. A participação efetiva de minha filha.
Para saber como ela está na escola	felicidade dos filhos	A comunicação com a diretora	As reuniões com os professores
Reunião	fácil acesso a conversa	A escola aberta para os pais	O incentivo do diretor a participação dos pais. Liberdade para expor idéias e opiniões, acesso livre as dependências da escola
Não respondeu	atender com atenção	Quando há eventos Reuniões de pais e professores	Quando a escola convoca para reunião de pais e professores a cada bimestre
Abertura da diretora	trabalho na escola interessa o bom andamento de escola	Estar sempre aberta aos pais Gosto de estar sempre presente A minha filha se sente mais segura	Bom relacionamento entre os envolvidos. Originalidade e responsabilidade dos envolvidos
Não respondeu	atendem muito bem	Reuniões de pais e professores Eventos e festas	Não respondeu
Comunicação de reuniões	família na escola ,projeto , reunião APM, festas em geral	Por estudar perto da minha residência	Não respondeu
Esta escola traz	bom	Interesse para	Morar perto e a escola é

confiança/atenção	atendimento, interesse letivo	com a escola	muito boa
Horário	Não respondeu	A escola estar de porta aberta para os pais participarem	Motivação da escola, melhorar o atendimento na secretaria, estar sempre convidando os pais.
Não respondeu	Não respondeu	A escola de portas abertas para os pais acompanhar minha filha na escola	

31. Quais são os fatores que você identifica como **dificultadores** da sua participação na escola em que seu(s) filho(s) estuda(m)?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Trabalho distância ^e	Não respondeu	Pouca participação dos pais	Nenhum
Não respondeu	Muita conversa	Convivência com outros pais	Não respondeu
Convocação em horário de trabalho	Não respondeu	Filhos em outras escolas	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Quando queremos ajudar a escola	Tempo disponível.
Falta de colaboração de alguns	Não respondeu	Não posso mais participar com frequência pois sou dona de casa e trabalho fora	O acesso nas escolas públicas é restrito. O pai crítico não é convocado, é um chato, etc. nas reuniões, geralmente a direção faz o que quer, etc.
Não respondeu	Não respondeu	Nenhum	Horário das reuniões
Reunião em horários de serviço	nenhum, contanto que seja dentro do horário de serviços	conciliar o meu horário de trabalho com o da escola	Não respondeu
Nesta escola não possui	Não respondeu	nenhum	Nenhum
Horário/viagem	mal atendimento de alguns funcionários	disponibilidade de horário, correria do dia a dia	Não participo mais porque não sei como ajudar
Não respondeu	Não respondeu	compromissos	A maior dificuldade no meu caso é que a escola deveria de ter maiores motivações para com os pais.

32. Quais são, na sua opinião, as funções da APM na escola?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Informar os pais sobre o andamento da escola Detectar eventuais problemas como os alunos/filhos Difundir os projetos da escola	APM é uma parte boa na escola , ajuda a direção
Melhoria da escola	melhorias nas instalações	Planejar , desenvolver, fiscalizar o trabalho e o dinheiro de verbas	Arrecadar fundos através de trabalho com a participação do grupo
Auxiliar orçamento da escola	ajudando no desenvolvimento da escola	Melhorias para a escola	Ajudar crianças carentes em material escolar e mantimentos
Não respondeu	muita participação	Ajudar na manutenção da escola, comprar materiais escolares e uniformes para quem não pode comprar.	Ajudar a manter serviços que o Estado não provém
Elo entre professores, diretor e pais	Não respondeu	Ajudar a diretora da escola Trabalhar em conjunto Estar sempre em contato com a escola	Quando tiver verba, chamar todos para fazer planejamento. Verificar a prioridade de cada aluno, seja na saúde, educação ou alimentação. Fazer funcionar a sala de informática; planejamento da escola seja passado para todos os pais, etc.
Não respondeu	Não respondeu	Arrecadação de fundos para eventualidades	Decidir o que fazer com a verba da APM, bem administrar a verba da APM, montar eventos e situações para arrecadar fundos para APM
Conseguir melhoria para escola	organizar festividades, deliberar verbas ,contratação de funcionários, prestar conta	Zelar para o bem estar da escola	Ajudar na compra de materiais da Educação Fundamental
Não respondeu	ajudar a melhorar	Não respondeu	Não sei
Opinar melhorias dos alunos	tartar do bom rendimento escolar	Aplicação das verbas na escola Trabalhar em conjunto	Não sei, por isso não vou dar opinião

		Estar sempre em contato	
Não respondeu	participação ativa na economia	Aplicação de verbas	Zelar pela escola

33. Quais os fatores **motivadores** para a participação na APM?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	A integração social, escola, pais e sociedade	Não participo
Para ajudar a escola	Filhos	Gosto de participar e servir ao próximo	Um grupo coeso que haja diálogo e discussão sobre os projetos que se pretende desenvolver
Ver a escola em bom estado	Não respondeu	Falta de infraestrutura na escola	Acredito que seja para ajudar os alunos com dificuldades
Não respondeu	contratos de funcionários novos, reformas pequenas obras	São as festas	Melhorar o ensino e a convivência entre pais, alunos, professores, funcionários e direção.
Melhoria na qualidade de ensino	Não respondeu	Ser participante das verbas Fiscalização Opinar sobre os acontecimentos	APM não funciona corretamente em nenhuma repartição pública, o meu modo de ver... pois você assina papel com linguagem estranhas.
Não respondeu	Não respondeu	Nenhum	Praticar a cidadania, estar ativo no movimento do mundo
Estar interado com os problemas dos alunos	Não respondeu	Cuidar da arrecadação para zelar a escola	E escola fica com um ambiente mais agradável
Não respondeu	Não respondeu	O abandono da escola pelo estado	Não sei
Não respondeu	Não respondeu	Saber das opiniões Saber dos problemas Saber das dificuldades da escola	Como é gasto as verbas
Não respondeu	Não respondeu	Saber dos problemas que a escola tem e tentar resolve-las.	A maior motivação seria se a escola tivesse mais segurança

34. Quais os fatores **dificultadores** para a participação na APM?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Disponibilidade de tempo	Não participo
Não respondeu	Filhos	Convivência entre pais e professores	Falta de diálogo e participação do grupo
Falta de	Não respondeu	Dias e horários	A falta de informação

dinheiro			sobre este assunto
Não respondeu	contratos de funcionários novos, reformas pequenas obras	Muitos não colaboram	Tempo disponível
nenhum	Não respondeu	A participação mais constante do governo na parte do abandono escolar	Todos
Não respondeu	Não respondeu	Nenhum	Tempo
Não respondeu	Não respondeu	A situação financeira dos pais para a contribuição junto a APM	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Horários	Nenhum
Não respondeu	Não respondeu	Dificulta o horário Dificulta o dia	A entrada do meu filho foi no Segundo semestre nesta escola
Não respondeu	Não respondeu	Horário e dia	Acredito que a maioria dos pais não participam da APM, devido ao baixo salário

. 35 Quais são na sua opinião, as funções do Conselho de Escola?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Não sei, estou desinformada	Conselho é muito importante, tanto para os alunos como para os professores
É bom saber dos problemas dos filhos	conhecer os alunos	Planejar regras do regimento escolar	Fiscalizar as normas ser ativo, decisivo, dinâmico, ouvir o aluno e decidir sobre o que deve ser feito.
Não respondeu	Não respondeu	Estar sempre por dentro dos problemas da escola	Discutir sobre o problema da escola
Não respondeu	Não respondeu	Discutir sobre a disciplina Ensino pedagógico Segurança da escola	Deliberar sobre qualquer questão levada ou não a ele
Tomada de decisão	Não respondeu	Opinar sobre os problemas dos filhos Ter paciência sobre qualquer assunto	Avaliar os alunos e não promover com privilégio que não sabe ler e escrever

Não respondeu	Não respondeu	Avaliação do aluno em todas as disciplinas	Deliberar ou não deliberar questões apresentadas. Discutir, debater antes de deliberar ou não. Fundamentar cada questão em discussão
Ver o aluno. O que está acontecendo com a parte pedagógica	Não respondeu	Rever os alunos que tem condições no ano letivo	Boas
Não respondeu	Não respondeu	Ajuda na escola	Muito bom
Não respondeu	Não respondeu	Cuidar da parte pedagógica da escola	A função é ajudar a resolver os problemas e situações na escola
Não respondeu	Não respondeu	Cuidar da parte pedagógica da escola	Que os professores se reúnem e estudem a situação do aluno um por um

36 Quais os fatores **motivadores** para a participação no Conselho de Escola?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Não sei, estou desinformada.	Não participa
Não respondeu	Estudo	Gosto de participar	Observar, aprender, opinar, dar sugestões ...
Não respondeu	Não respondeu	Regras Disciplina Qualidade de ensino	Não compareço por isso não sei
Não respondeu	Saber o que está acontecendo	Depende do interesse de cada um	Preocupação com o processo de ensino. Incentivo do diretor e professores. Abertura aos pais para participarem.
nenhum	Não respondeu	Participação da diretora	Seria bom, se funcionasse
Não respondeu	Não respondeu	Nenhum	Exercer a cidadania e buscar a ética. Decidir com democracia. Estar envolvido nos rumos do mundo
Estar interado com a situação da escola	Não respondeu	Para dar condições dos alunos que não conseguiram acompanhar o ano letivo	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Os incentivos da escola	Eu acho que para a escola velha ter um comportamento melhor
Não respondeu	Não respondeu	Melhor qualidade de ensino	Festas, comunidade presente
Não	Não	Melhor qualidade de	Depende mais do interesse

respondeu	respondeu	ensino	que os pais tem referente ao seu filho na escola
-----------	-----------	--------	--

37. Quais os fatores **dificultadores** para a participação no Conselho de Escola?

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Falta de divulgação e transparência	Não participo
Não respondeu	Não respondeu	Convivência entre os pais e professores	As vezes os horários das reuniões
Não respondeu	Não respondeu	Horários e dias	Não participo, por isso não sei
Não respondeu	não podem comparecer nos dias de reunião	Horário	Não respondeu
Nenhum	Não respondeu	Trabalhar fora Ser dona de casa	Todos
Não respondeu	Não respondeu	Nenhum	Tempo
Não respondeu	Não respondeu	É achar condições ou não para os alunos	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Dias e horários	Penso que os pais não comparece as reuniões
Não respondeu	Não respondeu	Dificuldades nos dias e horários	Resolver os problemas
Não respondeu	Não respondeu	Dias e horários	Desinteresse dos pais

38. Como você avalia a participação dos pais hoje na escola onde seu(s) filho(s) estuda(m)?

	Questões	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
38 ^a	má	0	2	3	1
38b	Regular	4	2	5	4
38c	boa	6	5	2	4
38d	Ótima	0	1	0	1

Justifique:

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Devido a participação com a escola	A falta de interesse sobre os filhos
Não respondeu	Não respondeu	Já foi melhor	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Falta de colaboração dos pais	É o primeiro ano que minha filha estuda aqui
Não respondeu	Não respondeu	Poucos comparecem	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Por motivo de troca de direção	Não respondeu
Por que nem	Não	Falta da participação de	Sempre que podem estão na UE

todos participam	respondeu	certos pais	
Não respondeu	Não respondeu	Pelo motivo do item 31 (conciliar o horário de trabalho com o da escola)	Muitos não dão atenção que precisa
O montante dos pais são bons	Não respondeu	Falta de frequência dos pais	Não respondeu
Falta de interesse	Não respondeu	Por que tem pais que não participa de nada na escola	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Os pais que precisam estar na reunião nunca estão	Pais de alunos que mais tem dificuldade na escola, esses não comparecem de maneira alguma na escola

39. Como tem ocorrido a participação dos pais na escola?

	Questões	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
39 ^a	de maneira tranqüila e com boa integração com direção e com os professores	7	5	4	6
39 ^b	de maneira tranqüila mas sem integração com a direção e com os professores	3	3	6	3
39 ^c	de maneira conflituosa e sem integração com a direção e com os professores.	0	2	0	1

40. Você acha que a escola estimula a participação dos pais nas decisões importantes?

	Questões	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
40 ^a	SIM	9	8	7	10
40 ^b	NÃO	1	2	3	0

Justifique

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Por que falta informação	Quando há necessidade convoca os pais e alunos
Não respondeu	Não respondeu	Sim, mas os pais são desinteressados	No próprio CE quando pede nossa opinião e participação
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Questionei sobre um passeio e fui convidada a participar
Não respondeu	Não respondeu	A escola está sempre convidando os pais	Convocando os a participar das reuniões da APM e do Conselho de escola
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Quando há necessidade para escola
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Através do conselho, APM, reuniões, eventos, etc.
Por que tudo que interessa aos	Não respondeu	Está faltando comunicação entre os	Não respondeu

filhos tem que interessar aos pais		professores e os pais	
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Por que as diretoras conversa com os pais	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Os pais tem livre acesso na escola	A maioria das vezes os pais só ficam sabendo depois da decisão tomada

41. Dê exemplos de ações da escola que são **estimuladoras** da participação dos pais.

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Abertura das escolas nos finais de semana	No comportamento de alunos problemáticos, eles podem ajudar ao pai
Não respondeu	Não respondeu	Doação de alimentos	Acolhimento, diálogo sobre os problemas com os alunos, convites para participar de eventos
Não respondeu	festas e comunicação	Datas comemorativas e reuniões na escola	Festas e eventos
Não respondeu	Não respondeu	Festas e eventos e Reuniões	Festivais de poesia, música e dança, culto ecumênico, palestras
Escola da família e Festa Junina	convites ,liberdade de expressão	Direção	Festas
Não respondeu	Não respondeu	Festas e amigos da escola	Culto ecumênico e outros eventos. Reuniões com diretores, coordenadores e professores. Família na escola vem ajudando muito
Festas culturais e assembléia	os cursos que a Escola oferece a comunidade nos fins de semana	Festa junina, gincana com os pais e alunos	Escola da família
Reuniões periódicas	Não respondeu	Datas comemorativas e reuniões escolares	É bom para o aluno e para a escola
Não respondeu	reunião de APM	Os eventos, as reuniões com os pais e as datas comemorativas	Jogos e festas
Não respondeu	trabalhar com projetos	Reunião de pais e eventos na escola.	Os pais de modo geral devem ser bem recepcionados por qualquer membro da escola

42. Dê exemplos de ações da escola que são **desestimuladoras** da participação dos pais.

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Reuniões em horários inadequados	São direção que não estão nem ai com os alunos e nem com a escola
Não respondeu	Não respondeu	Conflitos de alunos e conflitos de pais e professores	Falta de divulgação de passeios e eventos
Não respondeu	festas que a comunidade faz parte do processo de planejamento	Críticas e o estado de abandono na escola pelo estado	Até o momento não conheço nenhuma
Não respondeu	Não respondeu	Não tanto a escola, mas sim os pais que não se interessam em participar.	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	A falta de participação dos membros
Não respondeu	Não respondeu	Nenhum	Não imagino
Falta de comunicação	falta de professores, funcionários nada receptivos	A falta de professores	Não respondeu
Falta de contato	atende a gente com desrespeito	Críticas	E nos pais, não participamos das reuniões
Não respondeu	tomar decisões sem consultar os pais	O estado de abandono da escola pelo governo	Não tem
Não respondeu	Não respondeu	O estado de abandono da escola pelo governo	Quando a escola mantém aqueles professores que só dão aula para manter seu salário e não tem vontade de ensinar.

43. Como você se sente quando vai à escola?

	Questões	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
43 ^a	Todos os membros da escola (direção, professores e funcionários) são afáveis, recebem em os pais e procuram resolver os seus problemas.	9	7	7	9
43b	Somente alguns membros da escola recebem bem os pais	1	3	2	1
43C	Os membros da escola são, em geral, pouco ou nada receptivos com os pais.	0	0	1	0
43D	A escola é totalmente aversiva com os pais	0	0	0	0

4- O espaço abaixo é reservado para você fazer as observação que julgar necessárias em complementação às questões anteriores.

Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Nada a declarar
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Na minha opinião deveria nas reuniões sempre estarem explicando qual a importância dos pais na participação da APM e do Conselho de Escola e sobre esse Projeto político e pedagógico.
Eu não respondi, pois acho a escola ótima	Não respondeu	Acredito que se a escola procurar se empenhar um pouco mais em chamar os pais para a escola para participarem de todos os eventos e principalmente reuniões	Não respondeu
Não respondeu	A escola é de boa qualidade, tanto profissional quanto aos alunos	Não respondeu	Estas questões negativas são pelo próprio comodismo dos pais que não cobra as verdadeiras necessidades de seus filhos. Quem reclama é ridículo e incomoda e acaba sendo encostada esquecida.
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Abram mais escolas e façam mais eventos educativos e culturais com lazer. Busquem trazer a escola profissionalizante. Continuem com o projeto “ Família na escola”. Mandem mais recursos humanos e financeiros para melhorarmos a educação.
Não respondeu	Para q. haja o bom andamento da escola, participação da comunidade	Nada a declarar	Não respondeu
Como pai observador,	Os meus filhos gostam	Tudo que for de benefício para a escola	Não respondeu

acho absurdo o aluno passar de ano mesmo sem ter a devida condição	muito da escola, os professores ensinam muito bem.		
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Eu gostaria que a escola tivesse mais participação nas partes esportivas.
Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu

ANEXO V - ANÁLISE DAS ATAS DA ESCOLA A DE 1985 À 2006.

Pesquisa de registro de Atas do Conselho de Escola de 1985 à 2006

Esta escola comporta 45 classes à 51 classes

Artigo 95, **Lei Complementar Nº 444, de 27 de dezembro de 1985**. Publicado em Diário Oficial v.96, n.061, 02/04/1986. **Gestão:** André Franco Montoro

I – 40 % (quarenta por cento) de docentes (= 16 docentes + 2 suplentes)

II – 5% (cinco por cento) de especialistas em educação, com exceção do Diretor da Escola (= 2 + 2 suplentes)

III – 5% (cinco por cento) dos demais funcionários (= 2 + 2 suplentes)

IV – 25 % (vinte e cinco por cento) de pais de alunos (=10 pais + 2 suplentes)

V – 25% (vinte e cinco por cento) de alunos (= 10 alunos + 2 suplentes)

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1985	7 Extraordinárias	22/02/1985 – Eleição de 11 professores para o CE	-
		08/03/1985 – Eleição de 23 representantes de alunos e 3 alunos para CE	-
		11/03/1985 – Eleição de 11 pais representantes e 1 pai para o CE	11
		12/03/1985 – Eleição de 1 funcionário para o CE	-
		15/03/1985 – Extraordinária: Reunião com todos os membros do CE. Temas discutidos: importância da participação da comunidade, problemas de instalação elétrica, calendário de reunião do CE (aprovado por convocação do presidente ou pedido de 2/3 dos membros).	1
		21/3/1985 – Extraordinária: 18 membros eleitos para a gestão 1985 a 1986: diretor (membro nato), 1 funcionário, 1 especialista, 11 professores, 4 alunos e 1 pai de aluno. O Rotary Club irá adotar a escola. Ações: construir um anfiteatro, uma biblioteca e um consultório dentário; cuidar da parte elétrica, da entrada e saída de alunos, do intervalo, do adiantamento de aula e atividades nas aulas livres ou falta do professor para que a classe não fique ociosa. Para que esta última ação se concretize, foi aprovada a sala ambiente. O estacionamento será pago. Foi estabelecido o calendário para as provas bimestrais (além de não ter prova surpresa, os alunos terão somente até duas provas por dia). A escola será aberta aos sábados para aulas de reforço.	1

		14/06/1985 - Problemas já resolvidos (relacionados à APM): instalação da rede elétrica; instalação de lâmpadas ao redor da escola; troca dos vidros das janelas; rifa para angariar; utilização da sala de Educação física para teatro e apresentações. Para que os pais se integrem mais à escola, algumas atividades foram pensadas: aulas de pinturas, futebol e chá beneficente.	1
--	--	--	---

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1986	4 Extraordinárias e 2 Ordinárias	21/03/1986 – Extraordinária: Avaliação da sala ambiente, normas disciplinares, uso do uniforme, provão, leitura do novo Estatuto do Magistério.	0
		09/04/1986 – Extraordinária: Nova composição - 40 membros: 10 alunos, 2 funcionários, 2 especialistas, 16 professores, 10 pais. Discussões: manutenção da sala ambiente e provão (durante duas semanas provas marcadas com antecedência em todas as classes)	10
		04/07/1986 – Ordinária: remanejamento de uma aluna para outra escola por motivo de agressão a uma colega; pichamento de muros; grêmio estudantil; provão; Festa Junina; apresentação de balancete; construção da cantina escolar; concorrência.	3
		08/08/1986 – Ordinária: Estatuto do Grêmio estudantil; faltas dos alunos do noturno; pesquisa sobre o interesse nos cursos profissionalizantes; concorrência pública da cantina.	2
		09/09/1986 – Extraordinária : Posição sobre a greve dos professores; I Encontro Municipal de Conselho de Escola; pesquisar sobre o motivo de tantas faltas dos alunos do noturno; aula normal aos sábados que valerá como reposição da greve.	2
		11/10/1986 – Extraordinária: reposição de aulas dos dias de greve.	5

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1987	5 reuniões	19/03/1987 : Eleição e posse dos novos membros para o CE; calendário de reuniões ordinárias; normas e disciplina; prorrogação da eleição dos membros até março de 1988; horário de entrada e saída de alunos; intervalos; sala ambiente.	5
		02/06/1987: Ordinária: não houve quorum e a mesma será realizada em agosto de 1987.	0

		05/08/1987: Reposição de aulas; APM – déficit de pais na composição. É preciso que haja atividades, assim como é necessária a contribuição. Foi pedido a extinção da entidade devido à situação precária e falta de comparecimentos dos pais tanto na formatura quanto em outros assuntos.	3
		03/09/1987: Entrada de alunos. A dispensa dos alunos das aulas só ocorrerá se os inspetores e a direção permitirem. A saída se dará pelos portões laterais da escola. Se os alunos não quiserem sair, eles poderão usar a biblioteca e o laboratório, porém é proibida a permanência dos mesmos nos corredores da escola. É preciso conservar a limpeza da escola, assim como a sua horta e o grêmio.	5
		11/12/1987: Funcionamento do PROFIC (Centro de Línguas Estrangeiras); funcionamento da 8 ^a série do período noturno; as atividades extra-classe (passeios, gincanas, excursões) deverão constar em calendário; avaliação do ano letivo de 1987; campanhas Lar da Irmã Celeste e selos da Tuberculose; uso adequado da linguagem do professor em sala de aula.	2

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1988	4 Ordinárias e 2 Extraordinárias	09/02/1988: composição dos membros: 8 professores , 2 funcionários, 2 especialistas , 6 alunos e 6 pais.	9
		14/03/1988: Ordinária : Posse dos eleitos; coordenação do Ciclo Básico; professores-coordenadores do Estágio; Calendário Escolar; implantação da jornada Única; as aulas de Educação Física, assim como Educação Artística devem fazer parte dos horários da jornada dos alunos; Eleição da APM; inscrição para o CEFAM; grêmio Estudantil; normas da escola.	3
		19/04/1988: Extraordinária: Atividades extra-classe; APM e grêmio; atividades conjuntas aos sábados; apresentação de grupo teatral; congregação dos pais; bazar beneficente; passeio turístico; semana cultural; Calendário escolar 1988; zeladoria.	1
		26/04/1988; Extraordinária: Calendário de reposição das aulas paralisadas.	2
		22/07/1988: Reunião sem quorum, adiada para agosto.	0
		19/08/1988: Ordinária: centro de línguas; faltas de funcionários; falta de verbas; disciplina; aproveitamento e evasão de alunos; uso de carteirinha para evitar a presença de pessoas estranhas na escola; guarda escolar; Festa da Feijoada para arrecadação de fundos para APM.	1

		20/10/1988: Ordinária: apresentação do novo diretor; explanação da situação financeira da APM; reposição dos dias de paralisação; portões; mesa de ping-pong; inauguração do gabinete dentário (que conta com profissionais da PMG) doado pelo Rotary.	1
		09/12/1988: Ordinária: requerimento do professor sobre a indisciplina do aluno; implantação do Centro de Línguas.	1

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1989	3 Ordinárias e 4 Extraordinárias	06/03/1989 – Ordinária: eleição de 16 professores titulares e 2 suplentes, 2 funcionários titulares e 1 suplente, 02 especialistas, 10 alunos titulares e 2 suplentes, 10 pais titulares e 2 suplentes. Total: 40 membros.	10
		10/03/1989 – Ordinária : calendário escolar de 1989; eleição do coordenador de Ciclo Básico; homologação da APM eleita; homologação da chapa eleita do Grêmio Estudantil; normas disciplinares (entrada e saída dos alunos, intervalos, adiantamento de aulas, sanções disciplinares).	2
		14/04/1989 – Extraordinária: homologação do Plano Escolar de 1989	2
		08/07/1989 – Extraordinária: alteração do calendário escolar e plano de reposição.	4
		29/07/1989 – Extraordinária: referendar o novo coordenador do ciclo básico.	2
		10/10/1989 – Extraordinária: criar condições para a efetiva participação dos pais de alunos; projeto da FDE – Mobilizar para conservar a verba especial; projeto de desfile de modas; problemas do destelhamento (verba especial para o conserto e mão de obra da Prefeitura).	0
		24/11/1989 – Ordinária : calendário escolar de 1990; taxa de contribuição para APM; alunos de reforço e recuperação; datas de matrículas e alunos-problemas.	0

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1990	1 Ordinária e 3 Extraordinárias	23/02/1990 – Extraordinária: eleição de 1 especialista, 2 funcionários e 1 suplente, 17 professores e 2 suplentes, 10 alunos e 10 pais de alunos.	10

		01/03/1990 – Ordinária: reforma do telhado, da parte elétrica, hidráulica e maçanetas das portas. É necessário comprar lousas e flanelógrafos, pintar as classes e a parte externa da escola, comprar cadeiras para o auditório assim como produtos de limpeza. A carteirinha escolar serve como identificação; processo pedagógico dos professores e necessidade de acompanhamento dos pais; Nova coordenadora do Ciclo básico; renovação da zeladoria.	9
		23/03/1990 – Extraordinária: homologação do Calendário escolar de 1990, da APM eleita, do Plano escolar e das normas disciplinares. Uso da carteirinha escolar. Doação de sucata para APM.	0
		07/10 /1990 – Extraordinária: deliberar o uso de parte do terreno da escola para a construção de uma oficina de consertos mobiliários para a DRE – 4 Norte de Guarulhos.	1

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1991	3 Ordinárias e 3 Extraordinárias	18/02/91- Extraordinária: deliberação sobre o calendário para 1991.	0
		22/03/1991 – Extraordinária: homologação da Prof ^a eleita entre os pares para Coordenação do Ciclo Básico.	0
		05/04/1991 – Extraordinária: eleição entre os pares para a composição do conselho de escola.	10
		11/04/1991 – Ordinária: homologação de: Plano Escolar, calendário escolar, normas disciplinares, nova diretoria da APM. Atribuições do Conselho de Escola; liberação de contratos com terceiros; liberdade de decisões para APM.	1
		28/06/1991 – Ordinária: prioridades de conserto (hidráulica e elétrica) ou construção e pequena reforma; limpeza e conservação do prédio; semana da sensibilização; trabalhos realizados pela APM.	1
		23/10/1991 – Ordinária – Plano de reposição de aulas devido o período da greve (13/09 à 08/10).	1

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1992	2 Extraordinárias	07/11/1992 – Extraordinária: plano de reposição de aulas devido o período da greve (01 a 25/09)	0
		22/12/1992 - Extraordinária - deliberar a jornada Integral de Trabalho docente dos Professores PI.	0

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1993	3 Ordinárias e 3 Extraordinárias	1/03/1993 – Ordinária: deliberação e aprovação da indicação da prof Natália para assistente de direção. Atendendo a Res 243/92 – Coordenadora do projeto educacional, centro de Informação e criação; Res 289/91 coordenadora de 1ª a 4ª série, coordenador do período noturno; Res 290/91 coordenador de área correspondente ao crédito de 5 %; Res 8/93, coordenador da habilitação específica do Magistério.	1
		26/03/1993 – Ordinária: eleição dos membros do conselho de escola.	10
		26/05/1993 - Ordinária: Cópia do artigo 95 da Lei 444/85. O Estatuto do Magistério ressalta a importância deste conselho. Deliberação para a ocupação da zeladoria	5
		19/06/1993 – Extraordinária: discussão sobre o roubo de dinheiro de uma aluna. Alguém chamou a Tv Globo que fez uma reportagem não verídica, visto que eles se portaram de forma sensacionalista dizendo que houve revista aos alunos, o que não ocorreu.	4
		07/07/1993 – Extraordinária: implantação da caixa de custeio da escola padrão.	0
		10/11/1993 – Extraordinária: ocupação da zeladoria; reposição de aulas dos dias de greve dos professores paulistas.	1

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1994	2 Ordinárias e 2 Extraordinárias	21/02/1994 – Extraordinária: Atendendo a Res 243/92 – Coordenadora do projeto Educacional, Centro de Informação e Criação (CIC); Res 289/91 - coordenadora de 1ª à 4ª série, coordenador do período noturno; Res 290/91 - coordenador de área correspondente ao crédito de 5 %; Res 8/93 - coordenador da Habilitação específica do Magistério, área de ciências, área de Estudos Sociais.	0
		25/03/1994 – eleição entre os pares dos membros do Conselho de Escola: 16 Professores e 2 suplentes, 2 especialistas e 2 funcionários, 1 suplente, 10 pais e 2 suplentes, 10 alunos e 2 suplentes.	10
		05/07/1994 – Ordinária: aprovação do calendário escolar; plano de aplicação de recursos financeiros de 1994 pela Caixa de Custeio.	0
		07/12/1994 – Ordinária: deliberar a grade curricular, o calendário escolar de 1995, o regimento comum e as normas disciplinares.	0

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1995	1 Ordinária e 3 Extraordinárias	01/02/1995 – Extraordinária: deliberação e aprovação dos coordenadores: Atendendo a Res 243/92 – coordenadora do projeto educacional e Centro de Informação e criação (CIC); Res 289/91 - coordenadora de 1ª a 4ª série, coordenador do período noturno; Res 290/91 - coordenador de área correspondente ao crédito de 5 %; Res 8/93, o coordenador da habilitação específica do Magistério, área de ciências, área de Estudos Sociais.	1
		03/03/1995 – Ordinária: eleição entre os pares dos membros do Conselho de Escola (16 Professores e 2 suplentes, 2 especialistas e 2 funcionários, 1 suplente, 10 pais e 2 suplentes, 10 alunos e 2 suplentes).	10
		17/05/1995 – Extraordinária: análise e deliberação dos quadros que tratam da Res 103 de 08/05/95; análise do calendário escolar.	1
		19/08/1995 – Extraordinária : Plano de reposição de aulas do período de 27/03 à 28/04 (greve).	3

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1996	2 Ordinárias e 4 Extraordinárias	15/03/1996 – Ordinária : Eleição dos membros para o CE entre os pares (16 Professores e 2 suplentes, 2 especialistas e 2 funcionários, 1 suplente, 10 pais e 2 suplentes, 10 alunos e 2 suplentes).	10
		22/03/1996 – Extraordinária: deliberar a eleição do zelador da EU; uso das dependências pela paróquia (final de semana); calendário escolar de 1996; permanência do zelador por mais dois anos; uso das dependências da EU pela comunidade paroquial; calendário escolar; segurança escolar; formação de grupos de psicólogos para desenvolver a pintura; manutenção do prédio (multirão com os pais).	6
		03/06/1996 – Extraordinária: escolha do professor-coordenador do noturno; alunos com problemas de indisciplina.	2
		04/06/1996 - Extraordinária: homologação da eleição do professor-coordenador do noturno.	0
		21/06/1996 – Extraordinária: homologação do coordenador do diurno.	0
		20/12/1996 – Ordinária: homologação da grade curricular; calendário escolar para 1997.	0

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1997	4 Ordinárias e 4 Extraordinárias	09/01/1997 – Extraordinária: homologação do vice-diretor	0

		04/02/1997 – Extraordinária: homologação da utilização da EU pela paróquia para a realização da missa; homologação das coordenadoras do diurno e do noturno.	0
		11/03/1997 – Ordinária: eleição dos membros para o CE entre os pares (16 Professores e 2 suplentes, 2 especialistas e 2 funcionários, 1 suplente, 10 pais e 2 suplentes, 10 alunos e 2 suplentes).	10
		13/03/1997 – Ordinária: Plano Escolar: reativar a biblioteca da escola, o uso do laboratório, da sala ambiente e adequar o material; projeto Semana de História; participação nas Olimpíadas Escolares e Campeonato Escolar; projeto da Semana Santa; concurso da Rainha da Olimpíada; uniforme escolar; segurança na escola e nas aulas da Ed. Física; Grêmio e movimento estudantil de 13/03/97 que causou danos materiais e psicológicos à escola e a seus membros.	2
		13/03/1997 – Ordinária: homologação do calendário escolar alterado; a biblioteca será reativada após as reformas, assim como as salas ambientes (infra-estrutura como chaves nos armários e fechaduras).	2
		07/07/1997 – Ordinária: proibição do jogo de baralho; uso das dependências para aulas de danças.	0
		24/09/1997 – Extraordinária: incidente com a professora de matemática (falta de diálogo entre os alunos e a prof.)	1
		02/12/1997 – Extraordinária: homologação da coordenadora nos períodos matutino e vespertino.	2

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1998	2 Ordinárias e 9 Extraordinárias	16/02/1998 – Extraordinária: alteração da grade curricular (foi aprovado que as aulas de Ed. Física farão parte do horário normal de aulas); quantidade de aulas por dia: diurno de 5 para 6 aulas e noturno de 4 para 5 aulas.	1
		26/02/1998 – Extraordinária: aprovação do coordenador do diurno e do calendário escolar. Reunião sem efeito pois não teve quorum.	0
		12/03/1998 – Extraordinária: eleição de pais remarcada para o dia 17/03 pois não teve quorum.	2
		17/03/1998 – Extraordinária: Eleição de pais remarcada para o dia 19/03 pois não teve quorum.	16

		19/03/1998 – Extraordinária; leitura e explanação da importância da participação dos pais. Composição do CE: 40% de professores, 5% de funcionários, 5% de especialistas e 25% de pais de alunos e 25 % de alunos maiores de 16 anos, sendo 2 suplentes de cada segmento. Foi explicado que houve três convocações, mas sem quorum não puderam ser realizadas. Todos votaram a favor de continuar o processo de eleição de pais, mesmo sem quorum.	16
		03/04/1998 – Ordinária: exclusão da mãe Zélia, em virtude da má fé em dizer ser mãe de um aluno, o que não era verídico; contratação de funcionários com verba própria recebida do Estado; disciplina; drogadição e AIDS; gravidez precoce com o projeto “Prevenção também se ensina”; uso das dependências da escola pela paróquia; eleição do grêmio estudantil.	4
		22/05/1998 – Extraordinária: eleição do coordenador do noturno; zeladoria; informação sobre a escolha de diretor; multirão da pintura.	2
		31/07/1998 – Ordinária: apresentação da nova diretora; deliberação da vice-diretora; aprovação da nova coordenadora; abertura da biblioteca aos alunos do noturno; grêmio estudantil; contratação de funcionários; não dispensar aluno para que não haja necessidade de reposição de aulas.	2
		25/09/1998 – Extraordinária: ratificação do professor-coordenador eleito do noturno; informação sobre o regimento escolar; sala para a instalação do grêmio estudantil.	2
		10/11/1998 – Extraordinária: deliberar prioridades para o uso da verba FNDE/MEC (valor corresponde ao nº de alunos do Ensino Fundamental de 1997, sendo uma parte em material permanente e a outra em material de consumo).	2
		1/12/1998 – Extraordinária: prestação de contas da verba FNDE/MEC; apreciação do novo Regimento Escolar após a colaboração de todos para a redação final.	2

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
1999	4 Ordinárias e 6 Extraordinárias	24/02/99 - Ordinária : homologação do calendário escolar de 1999.	2
		17/03/99 – Assembléia geral extraordinária : eleição de professores, especialistas, funcionários, pais e alunos para o CE de 1999.	12

		09/04/99 - Extraordinária: zeladoria; atribuições do CE; plano de trabalho para 1999; aprovação do projeto “Grafite, Arte e cidadania”; nova licitação da cantina escolar; contratação de funcionários para completar o módulo (verba da FDE).	05
		13/05/99 - Ordinária : licitação da cantina; uniforme; carteirinha para o período noturno; disciplina; Festa Junina; aulas de reforço; aprovação dos projetos “karatê” e “Grafite”.	03
		17/05/99 – Extraordinária: empréstimo do estabelecimento escolar para o encontro de casais; inventário de materiais obsoletos que serão doados para a APM como sucata.	10
		01/07/99 – Extraordinária: prestação de contas da Festa Junina. Boa parte do dinheiro arrecadado desta festa será aplicado na organização da Festa das Nações, em setembro. Eleição do grêmio estudantil (chapa ALTERNATIVA), cujo mandato irá até março de 2000.	2
		27/08/99 – Extraordinária: prestação de contas da APM; Festa das Nações; assuntos gerais.	6
		16/09/99- Extraordinária: transferência compulsória de um aluno, devido a ameaça à direção e à professores (registrada em BO n ° 2505/99).	2
		29/10/99 – Ordinária : prestação de contas da Festa das Nações; aplicação da verba FNDE – MEC.	7
		15/12/99 – Ordinária: prestação de contas da verba FNDE – MEC; prestação de contas dos gastos do DMPP; convênio FNDE – MEC sobre o pagamento de funcionários que preenchem o módulo da escola; pagamento do aluguel da cantina que está atrasado; avaliação da Unidade Escolar; período de recuperação dos alunos de 03 à 31/01/2000.	3

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
2000	4 Ordinárias e 4 Extraordinárias	24/03/00 – Ordinária: Assembléia Geral: eleição de especialistas, funcionários, professores, pais e alunos.	09
		30/03/00 – Ordinária: avaliação da atuação do conselho de escola/99; projeto “Brasil 500 anos”; calendário escolar de 2000; apresentação das chapas para a eleição do Grêmio Estudantil; abaixo-assinado para a segurança dos alunos na saída da escola; uso do uniforme.	4
		09/06/2000 – Extraordinária: reposição de aulas em virtude da paralisação de 14 dias letivos; doação de materiais obsoletos para que a APM venda como sucata.	6
		07/07/2000 – Extraordinária: homologação do calendário de reposição para os dias parados.	2

		04/10/00 – Extraordinária : Festa Cultural; cantina escolar; construção da guarita; balanço do primeiro e segundo trimestre de 2000.	1
		06/11/00 – Ordinária: aplicação da verba do FNDE-MEC, licitação da cantina; prestação dos gastos da guarita e da compra de cortinas.	1
		05/12/000 – Ordinária: kit de informática doados pela Microhard; prestação de contas da verba FNDE/MEC; os coordenadores pedagógicos do diurno e noturno manifestaram em deixar as suas funções em 2001; cantina escolar será administrada pela APM.	3
		22/12/00 – Extraordinária: apreciação e homologação das grades curriculares do curso Normal e Pós Médio; apreciação e homologação das grades curriculares do Ensino Médio diurno e noturno, Suplência noturno e curso normal diurno; avaliação da Unidade Escolar em 2000. Em 2001, logo nas primeiras reuniões, solucionar os problemas de admitir novos coordenadores devido a desistência de ambos os coordenadores (diurno e noturno); ocupação da zeladoria.	3

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
2001	5 Ordinárias e 3 Extraordinárias	12/02/2001 – Extraordinária: eleição de professores-coordenadores para o diurno e noturno; empréstimo do estabelecimento escolar para encontro de casais; zeladoria; uso de uniforme; segurança na saída da escola (praça) .	1
		09/03/01 – Assembléia Geral Ordinária: eleição dos membros para composição do Conselho de Escola.	11
		11/04/01 – Ordinária: plano de trabalho 2001; prestação de contas (sala de informática); projetos e atividades aos sábados.	10
		23/05/01- Ordinária: prestação de contas do 1º trimestre/2001, Festa Junina (organização e definição da data – seria dia 9, mas em virtude do Provão do MEC ela foi alterada)	6
		04/07/01 – Ordinária: prestação de contas da Festa Junina; aplicação dos recursos da Festa Junina; verbas para o Ensino Médio: R\$ 25.000,00. Este montante será destinado à construção de 2 salas para o Centro de Línguas; Grêmio Estudantil; Festa Cultural com o tema “Guarulhos, nossa terra nossa gente”.	3

		08/08/01 – Extraordinária : Festa Cultural; organização dos eventos; Olimpíadas Colegiais de Guarulhos - os professores de Educação Física estão preparando os nossos alunos e necessitam de verba para o transporte até os locais de competição; Grêmio Estudantil - nova eleição, apresentação das chapas.	3
		05/09/01- Ordinária: avaliação e prestação de contas da Festa Cultural; aplicação dos recursos FNDE-MEC no valor de R\$ 4500,00.	3
		07/11/2001- Extraordinária: prestação de contas; verba FNDE-MEC 2001; balanço do segundo e terceiro trimestre de 2001; prioridades da escola para o Ensino Médio; data da matrícula dos alunos; inscrições para a Frente de Trabalho; contratação de alunos no programa “Jovem Cidadão”; avaliação da escola em 2001.	3

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
2002	8 Ordinárias e 2 Extraordinárias	06/02/2002 – Extraordinária : deliberação do projeto de atividades desportivas (karatê, dama e xadrez, tênis de mesa, ginástica olímpica, judô, voleibol, handebol, futebol de salão, basquetebol) - formação de turmas masculinas e femininas compostas por alunos do Ensino Fundamental e Médio.	02
		27/03/2006 – Ordinária : eleição do novo conselho de escola – gestão: março de 2002 a março de 2003.	12
		29/04/2002 – Ordinária: projetos, metas e prioridades para 2002; eleição do Grêmio Estudantil; normas de convivência; assuntos gerais.	05
		13/05/2002 – Extraordinária: aprovação das chapas para eleição do Grêmio Estudantil.	05
		29/05/2002 – Ordinária: apresentação da chapa eleita para o Grêmio Estudantil; formatura - apresentação da comissão de formatura; Festa Junina.	02
		28/06/2002 – Ordinária : aplicação da verba da Festa Junina; apresentação do calendário de julho (feito pelo Grêmio).	02
		28/08/2002 – Ordinária: aplicação da verba MEC/FNDE; rendimento escolar; evasão; disciplina. Será realizada uma reunião com os pais dos alunos-problemas juntamente ao Conselho Tutelar.	02
		02/10/2002 – Ordinária: prestação de contas – 2º trimestre/2002; Festa Cultural; disciplina (capoeira, karatê e coral servirão para amenizar a situação e stress).	02
		13/11/2002 – Ordinária: prestação de contas da Festa Cultural; concerto da caixa d’água; prestação de contas da verba MEC-FNDE, dispensa dos funcionários contratados com a verba FDE.	01

		12/12/2002 – Ordinária: verba FDE para a compra do computador; prestação de contas do 3º trimestre; materiais obsoletos para serem doados como sucata para a APM; dispensa de seis dos funcionários pois o Estado não enviará a verba. Porém se a verba vier no próximo ano os mesmos serão re-contratados. Proposta para aumento da atual grade curricular; inscrição para o próximo ano do coordenador do noturno devido a desistência do prof. Aguinaldo; resultado final da avaliação dos Projetos de 2002.	02
--	--	---	----

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
2003	6 Ordinárias e 4 Extraordinárias	07/02/2003 – Extraordinária: escolha do professor-coordenador do noturno; cessão do prédio escolar para sediar a equipe esportiva (deficientes visuais)	02
		20/03/2003 - Assembléia geral extraordinária: eleição de membros do CE.	14
		27/03/2003 – Ordinária: apresentação dos membros; cronograma das reuniões; proposta para 2003 e prioridades da escola; organização do Fórum na escola: “a escola dos nossos sonhos”.	08
		11/04/2003 – Extraordinária: eleição do Grêmio Estudantil.	7
		30/04/2003 – Ordinária: Festa Junina; homenagem ao Dia das Mães; balanço do 1º trimestre/2003	01
		30/06/2003 – Ordinária : prestação de contas da Festa Junina; levantamento de prioridades para aplicação da arrecadação da Festa Junina; avaliação do 1º semestre; assuntos gerais (reivindicação do Farol na Av. Monteiro Lobato).	6
		31/07/2003 – Ordinária: programa Escola da Família; assuntos gerais; Festa Cultural - organização.	3
		03/10/2003 – Ordinária: Prestação de contas da Festa Cultural; prestação de contas do 2º trimestre; aplicação da verba MEC/FNDE.	3
		28/11/2003 – Ordinária : prestação de contas da verba FNDE/MEC; avaliação das turmas de treinamento; atividades curriculares esportivas; prestação de serviço da cooperativa (dispensa dos funcionários em dezembro); assuntos gerais; projeto Jardinagem da inspetora de alunos .	6
		18/12/2003 – Extraordinária : deliberação do calendário escolar 2004.	2

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
2004	7 Ordinárias e 1 Extraordinária	12/02/2004 – Extraordinária: eleição do professor-coordenador do diurno (Maria do Amparo); avaliação do professor-coordenador do noturno (Márcia); renovação do contrato da zeladoria; cessão do prédio escolar para o encontro de casais; Frente de Trabalho (programa emergencial aos desempregados); eleição do novo conselho de escola e da APM (calendário de eleição).	1
		22/03/2004 – Assembléia Geral ordinárias : eleição dos novos membros do CE, entre os pares.	25
		30/04/2004 – Ordinária: Avaliação das chapas do Grêmio Estudantil; cessão do prédio para o Encontro de Casais; Festa Junina; projetos e investimentos; assuntos gerais.	2
		28/05/2004 - Ordinária : Designação da Vice-diretora; convênio APM/FDE; Festa Junina; assuntos gerais.	5
		23/06/2004 – Ordinária: substituição da educadora profissional do programa Escola da Família; prestação de contas da Festa Junina; levantamento de prioridades para aplicação dos recursos da Festa Junina; assuntos gerais (grêmio, festa cultural e selo ambiental).	5
		30/08/2004 – Ordinária: Prestação de contas da verba de manutenção e dos recursos da arrecadação da APM; organização da Festa cultural em setembro.	2
		28/10/2004- Ordinária: aplicação da verba FNDE/MEC; cantina escolar; prestação de contas do 4º trimestre de 2004; projeto “Preservando a vida”, rematrícula dos alunos para 2005; assuntos gerais.	3
		06/12/2004 – Ordinária : informes sobre a licitação da cantina; avaliação das turmas de atividades esportivas; prestação de contas da verba FNDE/MEC; deliberação do calendário escolar de 2005; reunião do conselho de classe e reunião de pais e mestres; avaliação da unidade escolar; avaliação dos professores-coordenadores; assuntos gerais (cópias reproduzidas e uniformes doados aos alunos carentes).	2

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
2005	3 Ordinárias e 5 Extraordinárias	25/02/2005 – Extraordinária : apresentação da nova candidata para a função de professor-coordenador do diurno e da nova vice-diretora; apresentação da nova diretora designada pela diretora anterior (motivo: aposentadoria).	3

		18/03/2005 – Ordinária : eleição do Conselho de Escola e da APM (gestão 2005/2006); prestação de contas do balanço do 4º trimestre/2004; contratação de funcionários pela APM; eleição da APM gestão 2005; aprovação das atividades esportivas e das turmas de treinamento; turmas de reforço e recuperação.	6
		28/04/2005 – Ordinária : turmas de atividades curriculares esportivas; ratificação do Grêmio Estudantil eleito para a gestão 2005/2006; uso da sala de informática com a contratação de alunos provenientes do programa Jovem Cidadão; déficit de professor de geografia; projeto Leitura.	2
		05/08/2005 – Extraordinária : renovação da zeladoria; ratificação dos projetos Reforço e Recuperação.	2
		31/08/2005 – Ordinária : Prestação de contas; Festa Cultural; projeto – academia de Letras Vereador Antonio de Ré; projeto Hip Hop; uso da sala de informática pelo projeto Escola da Família.	1
		24/10/2005 – Extraordinária : indisciplina de um aluno.	1
		29/11/2005 – Extraordinária: avaliação de turmas de atividades curriculares esportivas; homologação de novas turmas esportivas.	1
		07/12/2005 – Extraordinária : alteração no regimento escolar; utilização da verba FNDE-MEC; doação de materiais obsoletos para a APM.	1

ANO	No DE REUNIÕES	ASSUNTOS TRATADOS	No DE PAIS PARTICIPANTES
2006		08/02/2005 – Extraordinária: aprovação do calendário escolar 2006; organização da primeira semana de aula; processo seletivo do educador profissional para a Escola da Família.	4
		03/03/2006 – Ordinária : Calendário escolar 2006; verba de embelezamento; reprogramação da verba FNDE-MEC; prestação de contas da APM; insuficiência dos kits escolares para todos os alunos da escola; avaliação da unidade; assuntos gerais (cantina escolar).	2